

Ementas e Programação de Disciplinas da Graduação

Prezado(a) aluno(a),

A Secretaria da Coordenadoria de Graduação em **Direito** disponibiliza as ementas e programas das disciplinas nos arquivos anexados abaixo.

Por gentileza, confira com atenção se a disciplina de interesse está disponível em um dos arquivos.

Imprimir apenas as ementas das disciplinas aprovadas em seu histórico *acadêmico*.

Nos casos não contemplados e/ou se houver a necessidade de autenticação ou carimbo dos documentos, fineza entrar em contato com os Departamentos, através do endereço abaixo:

CEO Salvador

Av. Tancredo Neves

Salvador, BA

41820-021

Brasil

Sala :2010

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO

CARGA HORÁRIA: 30 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Conceito de Ciência Política. Ciência Política e Teoria do Estado. O fenômeno político, o fenômeno social e o fenômeno jurídico. O poder político. Evolução Histórica do Pensamento Político: Grécia, Roma, Idades Média e Moderna. Pensamento Político Contemporâneo. Origem e Evolução do Estado. Estado Moderno. Estado Contemporâneo. Função Social do Estado Contemporâneo. Elementos do Estado. Nação, Soberania e globalização. Formas de Estado e de Governo. Regimes Políticos. Investidura dos Governantes. Partidos Políticos. Formação do Estado Brasileiro. Transição política, revolução e golpe de Estado. Democracia e direito no Brasil.

OBJETIVOS:

Geral:

Discutir o Estado de forma reflexiva e de maneira interdisciplinar, relacionando a Ciência Política com aspectos jurídicos, econômicos, filosóficos e sociológicos, permitindo um desenrolar de seus dilemas atuais e futuros, favorecendo a afirmação dos postulados do Estado Democrático de Direito.

Específicos:

Fortalecer a compreensão do profissional do Direito diante dos desafios que estão postos politicamente na sociedade, a fim de que haja uma efetiva interação entre a Ciência do Direito e as estruturas de decisão política, compreendendo que uma depende da outra.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

Aulas expositivas com debates em torno de questões atuais, relacionando-os com os elementos teóricos apresentados.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

- Estado e sociedade:
- Elementos característicos da formação da sociedade e do Estado;
- Estado, ordem social e Instauração da Ordem;
- O Estado sua natureza e essência, origem, justificação, fins, funções, nascimento e extinção;
- Funções do Estado (Legislar, Executar, Julgar, Administrar e Assegurar a Segurança).
- Elementos formadores do Estado:
- Território, princípios da territorialidade e limites territoriais;
- Povo, cidadania e nação;
- Poder Soberano, Poder Social e Soberania;
- Sistemas e Modelos de Estados e Governos:
- Principais Regimes de Governo;
- Principais Modelos de Estados;
- Principais Sistemas de Governos (Parlamentarismo, Presidencialismo).

UNIDADE II

- O Estado e sua Organização Econômica:
- Estado Liberal,
- Neoliberal;
- Social Democracia.
- Principais Formas de Estado
- Estado Unitário;
- Composto;
- Federação;
- Confederação.
- ✓ Processo Eleitoral e Sistema de Partido:
Sistemas Eleitorais (Eleições, Votos e Mandatos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Aplicação do direito e contexto social.** São Paulo: RT, 2014

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico.** Editora Edipro, 2ª ed, 2014.

DALARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** São Paulo: Saraiva, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Teoria geral do Estado.** Pearson. 2010

ARAUJO, Cícero. **Teoria Política Latino-americana.** São Paulo: Hucitec, 2009

CICCO, Cláudio. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política.** São Paulo: Revista os Tribunais 2016

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Indagação sobre os limites da ação do Estado.** São Paulo: RT, 2015

SILVA, Eduardo Moreir da. **Experiências internacionais de participação.** São Paulo: Cortez, 2010

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: VIDA E SOCIEDADE

CARGA HORÁRIA: 60 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Conceito de Ciência Política. Ciência Política e Teoria do Estado. O fenômeno político, o fenômeno social e o fenômeno jurídico. O poder político. Evolução Histórica do Pensamento Político: Grécia, Roma, Idades Média e Moderna. Pensamento Político Contemporâneo. Origem e Evolução do Estado. Estado Moderno. Estado Contemporâneo. Função Social do Estado Contemporâneo. Elementos do Estado. Nação, Soberania e globalização. Formas de Estado e de Governo. Regimes Políticos. Investidura dos Governantes. Partidos Políticos. Formação do Estado Brasileiro. Transição política, revolução e golpe de Estado. Democracia e direito no Brasil.

OBJETIVOS:

Geral:

compreender a necessidade da Sociologia e da Antropologia, tendo em vista os fenômenos sociais e as relações entre Direito, Justiça e Sociedade. Analisar processos sociais numa visão crítico-analítica da

sociedade contemporânea. Desenvolver reflexões interdisciplinares indispensáveis ao enfoque de temas e problemas da atualidade, com ênfase nos preceitos de cidadania e meio ambiente.

Específicos:

Entender o surgimento da Sociologia e da Antropologia; debater os reflexos da globalização no mundo jurídico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

Aulas expositivas com debates em torno de questões atuais, relacionando-os com os elementos teóricos apresentados.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0
-

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

Unidade I

- ✓ Surgimento da sociologia e da Antropologia.
- O Campo e o Objeto da Sociologia e da Antropologia Cultural
- ✓ O surgimento da Sociologia;

- ✓ Contexto histórico, econômico e cultural;
- Antropologia
- ✓ Conceituação;
- ✓ Objeto de estudo;
- ✓ Objetivos da Antropologia;
- ✓ Antropologia Cultural;
- ✓ Etnologia;
- ✓ Antropologia Social;
- ✓ Cultura e personalidade.
- ✓ Sociedade e Indivíduo

Unidade II

- Visão sócio antropológica da sociedade contemporânea
- ✓ Definição de moral;
- ✓ Função das normas morais: controle social;
- ✓ Direito e controle social;
- ✓ Controle social e instituições;
- ✓ Conceito de controle social;
- ✓ Tipologia das instituições e controle social - Família - Escola - Instituições econômicas - Estado - Justiça - Religião.
- ✓ Globalização e exclusão social: a realidade brasileira
- ✓ Princípios gerais da ética, liberdade, responsabilidade e moral e social;
- ✓ Ética de cidadania e despotismo;
- ✓ Histórico da cidadania e Direitos Humanos.
- ✓ Tipos de cidadania (civil, política, social, ambiental, relações étnico raciais e indígenas).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AUGÉ, Marc. **O antropólogo e o mundo Global**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Aplicação do direito e contexto social**. São Paulo: RT, 2014
- LAPLATINE, François. **Aprender Antropologia**. 15^a ed. SÃO PAULO: Brasiliense, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ARDUINI, Juvenal. **Antropologia: ousar para reinventar a humanidade**. São Paulo: aulus 2002
- HERZFILD, Michael. **Antropologia: Prática teórica na cultura e na sociedade**. São Paulo: Vozes, 2014

MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia: uma introdução**, 7^a ed., São Paulo: Atlas, 2008.

OWEN FISS . **Direito como Razão Pública - Processo, Jurisdição e Sociedade**. 2^a ed. Editora Juruá, 2017

RIBEIRO, Alessandra A. **Teoria e prática em antropologia**. Curitiba: Intersaberes, 2016

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

CARGA HORÁRIA: 60 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

O fenômeno jurídico como objeto do estudo do direito. Direito e Moral. Sociedade e Direito. Instrumentos de controle social. Ramos do Direito Público e do Direito Privado. Fontes do direito. Conceito de norma e conceito de norma jurídica. Normas morais, normas

sociais, regras naturais e normas jurídicas. Norma jurídica, características, estrutura. Teoria do ordenamento jurídico. Validade, eficácia, vigência. Hermenêutica jurídica e linguagem normativa: a interpretação do direito. Integração. Necessidade da interpretação. Aplicação e integração do direito. Aplicação de normas no tempo e no espaço. Solução de conflitos entre princípios e regras. Direito subjetivo e direito positivo. Relação jurídica. Situação jurídica.

OBJETIVOS:

Geral:

Fornecer ao aluno elementos epistemológicos jurídicos e introduzi-lo criticamente nos conceitos técnicos básicos

Específicos:

Estabelecer a compreensão dos procedimentos inerentes à atividade jurídica, a habilidade de raciocínio lógico e crítico, o discernimento crítico e a capacidade de percepção de uma concepção aberta e especulativa na formação do jurista.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

Aulas expositivas com debates em torno de questões atuais, relacionando-os com os elementos teóricos apresentados.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) – 8,0

- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

Diferenciação entre Ciência do Direito e Direito;

O Fenômeno Jurídico:

- A) O Homem, A Sociedade e o Direito;
- B) Os Instrumentos de Controle Social e a Normatividade;
- C) Relações e Distinções entre Direito e Moral.
- D) Conceito de Direito – A Tentativa de Conceituar o Direito e as diversas significações desta Expressão;

Norma Jurídica: Conceito, Classificação, Caracteres e Atributos.

Relação Jurídica: Noções, Elementos e Espécies.

Ordenamento Jurídico:

- A) Visão Sistemática Do Direito – Unidade, Coerência E Completude;
- B) Unidade, Norma Fundamental, Constituição;
- C) Coerência, Antinomias, Completude E Lacunas;

Fontes do Direito:

- A) Noção e Classificação;
- B) Materiais e Formais;
- C) Constituição, Lei, Costume, Doutrina e Jurisprudência;
- D) Hierarquia das Fontes Legais;
- E) Equidade e Princípios Gerais do Direito.

UNIDADE II

Enciclopédia Jurídica:

- A) Direito Público, Privado e Misto;
- B) Ramos do Direito;
- C) Direito Processual e Material;
- D) Direito Interno, Externo e Uniforme.

Interpretação, Integração e Aplicação do Direito:

- A) Hermenêutica – Conceito e Importância;
- B) Métodos de Interpretação.

Escolas Jurídicas:

- A) Jusnaturalismo;
- B) Positivismo;

- C) Normativismo;
- D) Teoria Ecológica;
- E) Teoria Tridimensional de Miguel Reale;
- F) Escola De Exegese.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBERTO, Carlos. **Estudos de Direito Público e Privado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

MONTORO, André Franco. **Introdução à Ciência do Direito**. 33. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016

OWEN FISS . **Direito como Razão Pública - Processo, Jurisdição e Sociedade**. 2ª ed. Editora Juruá, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Introdução à história do Direito**. São Paulo: RT, 2013

GUEDES, Carlos Eduardo Paletta. **Advocacia Estratégica**. Curitiba: Primeira Impressão, 2006.

HORCAIO, Ivan. **Dicionário Jurídico Compacto**. São Paulo: Primeira Impressão, 2008.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **A arte de fazer Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Introdução ao estudo de direito**. São Paulo: Freitas, 2015

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: ESCRITA ACADÊMICA

CARGA HORÁRIA: 30 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

A disciplina trata da linguagem nos conceitos e experiências. Os elementos da comunicação e das linguagens. Coesão e coerência. O tópico frasal. Gêneros textuais: narrativo, descritivo e dissertativo. A linguagem escrita: estrutura e aplicabilidade. A linguagem escrita e textual acadêmicas: paráfrases e citações diretas. Trabalhos acadêmicos: resumo e resenha.

OBJETIVOS:

Geral:

Promover nos alunos o domínio da produção dos gêneros textuais jurídicos, bem como a leitura e a intercompreensão de textos legais, munindo-os de estratégias argumentativas e recursos linguísticos para a sua atuação acadêmica e profissional.

Específicos:

1. Desenvolver a leitura crítica dos gêneros textuais circundantes no contexto do Direito,
2. Desenvolver a lógica argumentativa oral e escrita;
3. Identificar técnicas para elaboração de texto acadêmico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, resolução de exercícios e elaboração de textos**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

Leitura de textos de natureza técnica, científica e/ou acadêmica:

- identificar marcas estilísticas caracterizadoras da linguagem técnica, científica e/ou acadêmica;
- reconhecer traços configuradores de gêneros técnicos, científicos e/ou acadêmicos (especialmente do resumo, da resenha, do relatório e do artigo científico);
- recuperar a intenção comunicativa em resenha, relatório e artigo científico;
- descrever a progressão discursiva em resenha, relatório e artigo científico;
- reconhecer as diversas formas de citação do discurso alheio e avaliar-lhes a pertinência no co-texto em que se encontram; utilizar-se de estratégias de sumarização;
- avaliar textos/trechos representativos dos gêneros supracitados, considerando a articulação coerente dos elementos lingüísticos, dos parágrafos e das demais partes do texto;
- a pertinência das informações; os juízos de valor; a adequação às convenções da ABNT; e a eficácia comunicativa

UNIDADE II

Organização do texto escrito de natureza técnica, científica e/ou acadêmica:

- Características da linguagem técnica, científica e/ou acadêmica;
- Sinalização da progressão discursiva entre frases, parágrafos e outras partes do texto;
- Reflexos da imagem do autor e do leitor na escritura em função da cena enunciativa; Estratégias de pessoalização e de impessoalização da linguagem.
- Discurso alheio no texto escrito de natureza técnica, científica e/ou acadêmica: Formas básicas de citação do discurso alheio: discurso direto, indireto, modalização em discurso segundo a ilha textual;
- Convenções da ABNT para as citações do discurso alheio. Estratégias de sumarização.
- Gêneros técnicos, científicos e/ou acadêmicos: resumo, resenha, relatório e artigo científico: Estrutura composicional e estilo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 10^a ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria.

Fundamentos de Metodologia Científica. 8^a ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamento, resumos, resenhas.** 12^a ed. Editora Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos da metodologia científica.** Curitiba: Pearson, 2007

CERVO, Amado. L. **Metodologia científica.** 6^a ed. São Paulo: Pearson, 2007.

KLEIN, Cláudio. **Metodologia da pesquisa do trabalho científico.** São Paulo: IESD, 2014

LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do Trabalho Científico.** Rio de Janeiro: Vozes, 2014

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 7^aed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: METODOLOGIA E TID I SEMES

CARGA HORÁRIA: 60 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

A disciplina trata da introdução à prática de produção acadêmica em Direito, destacando as técnicas e a metodologia do trabalho científico universitário por meio de questões específicas próprias da disciplina jurídica. A caracterização da ciência é feita a partir da modernidade, tomando-se o método como meio para sistematizar o conhecimento, o rigor e as dimensões qualitativa e quantitativa do pensamento científico.

Geral:

Compreender a metodologia científica para o planejamento, execução, análise e interpretação de pesquisa científica, bem como produzir trabalho de investigação científica acerca de temática jurídica, buscando aquisição de conhecimento a partir da interação entre as matérias estudadas no 1º semestre de Direito, sempre visando a superar o isolamento das disciplinas e aproximar a teoria da prática.

Específicos:

Fomentar a produção científica na graduação do curso de Direito. Formar concepção crítica entre o Direito e as relações sociais. Identificar técnicas para elaboração de documento acadêmico. Estabelecer relações entre vários ramos do conhecimento. Trabalhar problemas propostos, com a integração das disciplinas referentes ao semestre em estudo. Iniciar o graduando no processo de Investigação Científica, preparando-o para elaborar textos acadêmicos, além de melhor instrumentá-lo para a realização de pesquisas. Auxiliar o aluno de Direito no desenvolvimento de um olhar crítico sobre os principais tipos de pesquisa, segundo seus fundamentos epistemológicos, buscando adaptá-los à sua realidade e ao seu objeto de pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, resolução de exercícios e elaboração de textos**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)– 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

1. Fundamentos Filosóficos da Pesquisa Científica;
2. Metodologia da Pesquisa Científica: abordagem quantitativa e qualitativa numa perspectiva interdisciplinar;
3. Produção Textual: aspectos linguísticos no contexto da pesquisa científica;
4. A natureza do estudo universitário;
5. A organização do trabalho acadêmico: normas da ABNT;
6. O ato de estudar;
7. A disciplina do estudo;

UNIDADE II

8. A documentação como método de estudo;
9. A natureza humana, as formas e os tipos de conhecimento;
10. A ciência e suas implicações;
11. Métodos de pesquisa;
12. A investigação científica: observação, dedução, indução, experimentação, dialética;
13. A pesquisa científica: tipos de pesquisa;
14. As fases e a execução da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUILLAR, Fernando H. **Metodologia do Direito**. São Paulo: Max, 2013

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica**. 10^a ed São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8^a ed. São Paulo: Atlas, 2017.

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos.** São Paulo: Manole, 2009

CERVO, Amado. L. **Metodologia científica.** 6ª ed. São Paulo: Pearson, 2007

LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do Trabalho Científico.** Rio de Janeiro: Vozes, 2014

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamento, resumos, resenhas.** 12ª ed. Editora Atlas, 2014.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito.** 7ªed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 60 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

O surgimento da Filosofia delinea um novo horizonte na história do Pensamento Ocidental, na medida em que vai transformar toda a estrutura da sociedade. Tal proposta revela, dentre outras reflexões, uma análise sistemática e ordenada sobre pontos da vida no que tange à ciência, à política, à ética, à moral, à religião, à estética e ao direito. Assim, verifica-se que tais heranças deixaram profundas marcas das quais somos caudatários desta rica e grande tradição, na qual ora seguimos dando continuidade as suas ideias ali fecundas, ora reestruturando-as.

Neste horizonte, cabe a nós compreender todos os meandros que deram origem a filosofia, ver a tensão que cerca sua preocupação, bem como as soluções ora dadas a estas questões e proposições formadas. Só assim compreenderemos o esforço filosófico em dar sentido às indagações da vida, bem como explicações acerca do mundo exterior. E por fim, é na trama da construção da polis que encontramos o sentido de justiça e do papel da cidadania para a composição da sociedade frente aos dilemas do passado e atuais.

OBJETIVOS:

Geral:

A disciplina apresenta um conjunto de leituras, conceitos e discussões que enfatizam a importância da fundamentação filosófica que perpassam as noções de cidadania, justiça, direito no mundo ocidental. O curso se orienta por um recorte temático que expõe exemplos destas discussões (conhecer, verdade, liberdade, justiça, igualdade) no âmbito da Filosofia, entrelaçando-as com a construção da Filosofia do Direito, visando demonstrar o papel das ideias na formulação do conhecimento bem como dos Direitos e das diversas possibilidades de justificação das noções de Direito.

Específico:

Contribuir para a construção de um posicionamento crítico, cientificamente fundamentado, ante a realidade sociocultural.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, resolução de exercícios e elaboração de textos**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

- 1) Introdução à Filosofia;
 - 1.1) O questionamento do Senso Comum;
 - 1.2) A Atitude Filosófica;
 - 1.3) Ramos da Investigação Filosófica: Ética, Epistemologia, Estética e Política;
 - 1.4) O Papel crítico da Filosofia.
- 2) A herança pré-socrática: Pitágoras, Parmênides e Heráclito;
 - 2.1) A Filosofia Clássica: Sócrates e os Sofistas;
 - 2.2) Platão: Mundo das ideias, Sumo bem e virtude;
 - 2.3) Aristóteles: A sistematização das ciências e da noção de justiça.

UNIDADE II

3) Fundamentação dos Direitos;

3.1) Ciências jurídicas como ciências humanas;

3.2) A filosofia do direito como parte da filosofia;

3.3) O surgimento histórico da filosofia do direito;

3.4) Filosofia do direito: conceitos, atribuições, funções;

3.5) Direito e os limites do poder: as Teorias Contratualistas.

4) Temas Contemporâneos na Filosofia do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CITLADINO, Gisele. **Pluralismo, Direito e Justiça**. São Paulo: Lumen, 2004

MASCARO, Alysso. Leandro. **Filosofia do Direito**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2018

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. São Paulo: Cortez, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARISTOTELES. **Ética a nicômaco**. São Paulo: Atlas, 2009.

GUERRA, Carlos Eduardo (org.) **Teoria e filosofia do direito**. São Paulo: Freitas Bastos, 2015

MATTAR, João. **Filosofia**. São Paulo: Pearson, 2012

PEREIRA, Rodolfo Viana. **Hermenêutica filosófica e constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2017

RACHID, Alysso. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PENAL – TEORIA DO CRIME

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Estudo dos limites da atuação do direito penal, partindo-se de uma perspectiva histórica para dar as noções fundamentais e essenciais para o início do estudo dessa matéria. Estudo partindo dos conceitos históricos básicos para chegar ao conceito de crime como entidade jurídica no Estado Democrático de Direito. Fato típico: conceitos de crime; o tipo penal; tipos dolosos e tipos culposos; relação de causalidade; tipicidade; sujeitos do crime. Crime consumado e tentado; desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior; crime impossível e crime putativo.

OBJETIVOS:

Geral:

Descrever as grandes linhas do Direito Penal no mundo e no Brasil, identificando o crime e as penas a partir da análise filosófica e, sobretudo, da legislação pátria.

Específicos:

Construir os conceitos dos diversos institutos de Direito Penal; Enumerar e distinguir as categorias jurídico-penais; Diferenciar as principais tendências ideológicas da dogmática penal; Contextualizar os temas de Direito Penal de maior relevância; Verbalizar e criticar os problemas do Direito Penal na atualidade; Refletir sobre o uso do sistema penal como forma de controle social; Selecionar textos informativos (jornalísticos e científicos) relacionados com os temas debatidos em sala de aula.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0

- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)
2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

I UNIDADE

1. NOÇÕES DO DIREITO PENAL, FONTES E INTERPRETAÇÃO DA NORMA PENAL.

- 1.1. Finalidade do Direito Penal e seletividade dos bens jurídicos tutelados;
- 1.2. Breve histórico dos códigos penais no Brasil;
- 1.3. Conceitos e espécies de fontes do Direito Penal;
- 1.4. Espécies de interpretação e de integração.

2. A NORMA PENAL, SUA APLICAÇÃO E OS PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL.

- 2.1. Classificação das normas Penais;
- 2.2. Concurso Aparente de Normas Penais;
- 2.3. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço, imunidades diplomáticas e parlamentares;
- 2.4. Princípios do Direito Penal.

II UNIDADE

3. CONCEITO E EVOLUÇÃO DA TEORIA DO CRIME.

- 3.1. Conceito de crime; Classificação dos crimes; Fato típico e antijurídico;
- 3.2. Elementos do fato típico: conduta, resultado, relação de causalidade e tipicidade;
- 3.3. Ilicitude;
- 3.4. Crime culposos; Crime preterdoloso; Erro de tipo; Desistência Voluntária, Arrependimento Eficaz e Arrependimento Posterior; Crime Impossível; Estado de Necessidade; Legítima Defesa; Estrito Cumprimento do Dever Legal; Exercício Regular do Direito; Excesso;
- 3.5. Culpabilidade; Imputabilidade Penal; Potencial Consciência da Ilicitude; Exigibilidade de Conduta Diversa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO, Rogério. **Um panorama da teoria da Imputação Objetiva.** São Paulo: RT, 2014.

MOTTA, Ivan Martins. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: RT, 2014

NUNES JUNIOR, Flavio Martins e al. **Leis penais especiais**. São Paulo: RT, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALIMENNA, Bernardino. **Introdução ao Direito Penal**. São Paulo: Rideel, 2007

BUENO, Paulo Amador T.A. **Direito Penal**. São Paulo: Manole, 2012

JUNQUEIRA, Gustavo O. **Direito penal**. São Paulo: RT, 2004

SARRUBBO, Mario Luiz. **Direito Penal**. São Paulo: Manole, 2012

ZAFFARONI, Eugênio Raul & PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 11^a ed. RT, 2015.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: HERMENÊUTICA JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA: Hermenêutica jurídica como compreensão, interpretação e aplicação do direito. Hermenêutica e constituição. Da inesgotabilidade do sentido, compreensão, interpretação e aplicação da norma. O papel da ideologia na aplicação do direito. Tendências contemporâneas em hermenêutica jurídica.

OBJETIVOS:

Geral:

Discutir o objeto, a metodologia e a finalidade da Hermenêutica como paradigma geral da interpretação humana.

Específicos:

Fornecer aos alunos as bases para entender os procedimentos intelectuais inerentes à atividade jurídica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

Justificar a relevância da Hermenêutica para a reflexão teórica e a orientação prática da interpretação do direito.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0

- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

I UNIDADE

- ✓ Conceitos Fundamentais:
 - Interpretação das leis.
 - Métodos e efeitos da interpretação.
 - Do critério hermenêutico: vontade do legislador e sentido normativo da lei.
- ✓ O Método do Positivismo Jurídico
 - Vinculação à lei e teoria da subsunção.
 - A Teoria Pura do Direito.
 - A crise do positivismo e a superação do método jurídico positivista.

II UNIDADE

- Da discussão jurídico-metodológica contemporânea
- ✓ Tópica Jurídica.
- ✓ Teorias da Argumentação Jurídica.
- ✓ Interpretação e compreensão: a hermenêutica filosófica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERREIRA, Nazaré do Socorro Conte. **Da interpretação à hermenêutica jurídica.** Porto Alegre, Fabris, 2017

HORCAIO, Ivan. **Dicionário Jurídico Compacto.** São Paulo: Primeira Impressão, 2008.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Aplicação do Direito e o Contexto Social** São Paulo: Contexto Social. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação.** São Paulo: Cortez, 2012

MENDES, Gilmar, Ferreira. **Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais.** Brasília: Jurídica, 2002



caelis

GRUPO EDUCACIONAL

PEREIRA, Rodolfo Viana.

Hermenêutica constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 2017

SILVA, Kelly Susane Alflen da. **Hermenêutica jurídica e concretização judicial.** Porto Alegre: Fabris, 2000

STRECK, Lênio Luiz. **Hermenêutica jurídica E(m) Crise.** 11^a ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.



FACULDADE

são

salvador

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA JURIDICA

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Contexto histórico da sociologia jurídica. Quadros teóricos referenciais para o estudo da relação direito/sociedade. Sociologia do direito natural. Correntes contemporâneas da Sociologia Jurídica: Luhmann e a teoria dos sistemas sociais; Habermas e a teoria do agir comunicativo; Foucault: da microfísica do poder ao biopoder; Bauman e a modernidade líquida; Agambem e o Estado de exceção.

OBJETIVOS:

Geral:

O objetivo do curso é que o aluno desenvolva conhecimentos mínimos sobre a teoria sociológica, sua relação com o direito e aplicação ao estudo do fenômeno jurídico. Para atingir esse objetivo, o curso envolve o conhecimento das principais linhas da sociologia jurídica contemporânea (Habermas, Luhmann, Foucault, Bauman e Agambem).

Específicos:

O conhecimento da teoria sociológica e sua aplicação ao campo jurídico permitirá ao estudante de Direito uma percepção crítica do contexto histórico-social em que desenvolve/desenvolverá sua prática jurídica. Os estudantes e profissionais do Direito, em um momento de

profundas transformações no campo econômico, social e político (a exemplo da globalização), devem desenvolver a habilidade de reconhecer os impactos destas mudanças na prática e saberes jurídicos contemporâneos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

Aulas expositivas com debates em torno de questões atuais, relacionando-os com os elementos teóricos apresentados.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

I UNIDADE

- Sociologia Aplicada ao Direito
 - ✓ Historicidade da Sociologia Jurídica;
 - ✓ Principais pensadores - Objeto da Sociologia;
 - ✓ Metodologia na aplicação da Sociologia ao Direito.
- Direito e Sociologia
 - ✓ Conceituações: Direito e Sociologia; Escolas de Origem;
 - ✓ Conceito Sociológico do Direito;
 - ✓ Função Social do Direito - Direito como Fato Social - Interface entre Direito e Realidade Social.
- Correntes contemporâneas da Sociologia Jurídica

- ✓ Luhmann e a teoria dos sistemas sociais;
- ✓ Habermas e a teoria do agir comunicativo;
- ✓ Foucault: da microfísica do poder ao biopoder;
- ✓ Bauman e a modernidade líquida;
- ✓ Agambem e o Estado de exceção.

II UNIDADE

- Sociologia Pura do Direito (dos sociólogos juristas) e Sociologia do Direito aplicada (dos juristas sociólogos)
 - ✓ Utilidade da Sociologia do Direito na aplicação do Direito;
 - ✓ Utilidade da Sociologia Jurídica na criação do Direito;
 - ✓ Limites da Sociologia do Direito.
- Sociologia do Direito, valores sociais e regime democrático
 - ✓ As grandes concepções sobre o Direito;
 - ✓ O Direito vazio de facticidade e de valores;
 - ✓ O Direito instrumento ideológico das forças sociais;
 - ✓ O Direito atividade social de realização de valores.
- As grandes concepções sobre a Sociologia
- A sociologia instrumento de luta ideológica.
- A sociologia em busca de objetividade e valores

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AUGÉ, Marc. **O antropólogo e o mundo Global**. Petrópolis: Vozes, 2014.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Aplicação do Direito e o Contexto Social**. São Paulo: Contexto Social. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil** Rio de Janeiro: Civilização, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Aurélio Wander. **Teoria e sociologia do Direito**. São Paulo: Freitas Bastos, 2012

CORRÊA, P. H. da Rocha. **Seara Nacionalista**. São Paulo: Nobel, 2004.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**. São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Luciano. Manual de sociologia jurídica. São Paulo: Vozes, 2015

VASCONCELOS, J. **Democracia no terceiro milênio**. São Paulo: Nobel, 2002.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TEORIA DA

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Constitucionalismo. Neoconstitucionalismo. Direito Constitucional enquanto disciplina. Teoria Geral da Constituição. Constituições Brasileiras. Classificação e Estrutura da Constituição Federal de 1988. Cláusulas Pétreas. Elementos da Constituição. Poder Constituinte. Entrada em vigor de uma constituição. Eficácia da Norma Constitucional. Hermenêutica Constitucional. Teoria dos Direitos Fundamentais.

OBJETIVOS:

Geral:

Viabilizar a aprendizagem de temas básicos de direito constitucional, sobretudo, quanto ao conceito, formação e classificação das Constituições. Propiciar a compreensão da Interpretação das normas constitucionais. Sedimentar noções de mudanças históricas ocorridas nas normas constitucionais. Permitir a compreensão crítica das normas constitucionais e de sua aplicação.

Específicos:

Ao final do curso pretende-se que o aluno seja capaz de: compreender a importância das normas constitucionais com normas fundamentais e fonte de validade de todo ordenamento jurídico; interpretar as normas de direito constitucional de modo sistemático com os demais ramos do direito; dominar conceitos e terminologia jurídicos de Direito Constitucional; realizar adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais; ter atitude reflexiva, crítica e ética; compreender de forma interdisciplinar os fenômenos políticos, sociais, econômicos, filosóficos, entre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; construir uma argumentação lógica e consistente diante de problemas jurídico-constitucionais da realidade brasileira; melhor se expressar na forma oral e escrita; desenvolver trabalhos em grupo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

Aulas expositivas com debates em torno de questões atuais, relacionando-os com os elementos teóricos apresentados.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)– 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

1. Constitucionalismo e Neoconstitucionalismo. 1.1. Origem do Constitucionalismo. 1.2. Espécies de Constitucionalismo. 1.2.1. Constitucionalismo Antigo. 1.2.2. Constitucionalismo Medieval. 1.2.3. Constitucionalismo Moderno. 1.2.4. Constitucionalismo Social. Transconstitucionalismo. 1.2.5. Constitucionalismo do Futuro. 1.2.6. Constitucionalismo Transnacional. 1.3. Neoconstitucionalismo. 1.3.1. Histórico e fundamentos. 2. Direito Constitucional enquanto disciplina. 2. 1. Origem. 2.2. Conceito e Objeto. 2.3. Objeto enquanto foco de investigação. 2.3.1. Direito Constitucional especial. 2.3.2. Direito Constitucional Comparado. 2.3.2.1. Critério Temporal. 2.3.2.2. Critério Espacial. 2.3.2.3. Critério da mesma forma de Estado. 2.3.3. Direito Constitucional Geral.3. Teoria Geral da Constituição. 3.1. Conceito de Constituição. 3.2. Constituição em diferentes sentidos. 3.2.1. Sociológico – Ferdinand Lassalle. 3.2.2. Político – Carl Schmitt. 3.2.3. Jurídico – Hans Kelsen. 3.2.3.1. Constituição em sentido lógico-jurídico. 3.2.3.2. Constituição em sentido jurídico-positivo. 3.3. Classificação das Constituições. 3.3.1. Quanto à Origem. 3.3.2. Quanto à forma. 3.3.3. Quanto ao Conteúdo. 3.3.4. Quanto ao modo de elaboração. 3.3.5. Quanto à estabilidade. 3.3.6. Quanto à correspondência com a realidade. 3.3.7. Quanto à extensão. 3.3.8. Quanto à finalidade.4. Constituições Brasileiras. 4.1. Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988. 4.2. Momentos históricos. 4.3. Principais características das constituições brasileiras.5. Classificação e Estrutura da Constituição Federal de 1988. 5.1. Preâmbulo. 5.2. Parte Permanente. 5.3. ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.6. Cláusula pétrea. 6.1. Conceito. 6.2. Espécies. 6.2.1. Forma Federativa de Estado. 6.2.2. Voto Direto, secreto, universal e periódico. 6.2.3. Separação dos poderes. 6.2.4. Direitos e garantias fundamentais.7. Elementos da Constituição. 7.1. Elementos Orgânicos. 7.2. Elementos Limitativos. 7.3. Elementos Socioideológicos. 7.4. Elementos de Estabilização Constitucional. 7.5. Elementos Formais de

Aplicabilidade.8. Poder Constituinte. 8.1. Conceito. 8.2. Teoria do Poder Constituinte. 8.3. Titular. 8.4. Formas de exercício. 8.2. Espécies. 8.3. Poder Constituinte Originário. 8.3.1. Momentos de atuação do Poder Constituinte. 8.3.2. Quanto ao momento do seu exercício. 8.3.3. Características. 8.4. Poder Constituinte Derivado. 8.4.1. Origem. 8.4.2. Espécies. 8.4.3. Características. 8.4.4. Poder Constituinte Derivado Reformador. 8.4.5. Limitações ao Poder Constituinte Derivado. 8.4.6. Poder Constituinte Derivado Revisor. 8.4.7. Poder Constituinte Derivado Decorrente. 8.5. Poder Constituinte Difuso. 8.6. Poder Constituinte Supranacional (Transnacional).

UNIDADE II

9. Entrada em vigor de uma constituição. 9.1. Consequências da entrada em vigor de uma nova constituição. 9.2. Vacatio Constitutionis. 9.3. Retroatividade Mínima. 9.4. Consequências em relação à Constituição anterior. 9.5. Direito ordinário pré-constitucional. 9.6. Direito ordinário pré-constitucional. 9.7. Direito ordinário pré-constitucional sem validade e vigência. 9.8. Direito ordinário pré-constitucional em vacatio legis. 9.9. Controle de constitucionalidade do direito pré-constitucional. 10. Eficácia da Norma Constitucional. 10.1. Eficácia social x eficácia jurídica. 10.2. Classificação tradicional/norte-americana - Bipartite. 10.3. Classificação de José Afonso da Silva - Tripartite. 10.3.1. Críticas de Jose Afonso da Silva à teoria tradicional. 10.3.2. Normas Constitucionais de Eficácia Plena. 10.3.3. Normas Constitucionais de Eficácia Contida. 10.3.4. Normas Constitucionais de Eficácia Limitada. 10.3.5. Classificação das normas constitucionais de eficácia limitada. 10.4. Classificação de Maria Helena Diniz - Quadripartite. 11. Hermenêutica Constitucional. 11.1. Conceito - ciência de interpretar a Constituição. 11.2. Origem: Neoconstitucionalismo. 11.3. Motivo de sua origem. 11.3. Correntes sobre a interpretação da Norma Constitucional. 11.4. Objeto do interprete. 11.4.1. A vontade do Legislador (mens legislatoris). 11.4.2. A vontade da Lei (mens legis). 11.5. Métodos de Interpretação Constitucional. 11.5.1. Método Jurídico (Hermenêutico Clássico - método de Savigny). 11.5.2. Método Tópico-problemático (teoria de Theodor Viehweg). 11.5.3. Método Científico Espiritual (teoria de Rudolf Smend). 11.5.4. Método Hermenêutico-concretizador (Teoria de Konrad Hesse). 11.5.5. Método Normativo-estruturante (teoria de Friedrich Müller). 11.5.6. Método Comparativo. 11.6. Princípios de Interpretação Constitucional. 11.6.1. Princípio da Unidade. 11.6.2. Princípio da Eficiência ou

máxima efetividade. 11.6.3. Princípio da Força Normativa da Constituição (Konrad Hesse). 11.6.4. Princípio da concordância prática ou harmonização. 11.6.5. Princípio da Justeza ou Conformidade Funcional. 11.6.6. Princípio da força integradora (ou efeito integrador). 11.6.7. Princípio da Razoabilidade. 11.6.8. Princípio da Proporcionalidade. 10.6. Interpretação Conforme a Constituição. 12. Teoria dos Direitos Fundamentais. 12.1. Antecedentes históricos. 12.2. Características dos direitos fundamentais. 12.3. Direitos e garantias fundamentais. 12.4. Dimensões/gerações dos direitos fundamentais. 12.5. Funções dos direitos fundamentais. 12.6. Eficácia dos direitos fundamentais. 12.7. Destinatários. Colisão entre normas de direitos fundamentais. 12.8. Direitos fundamentais na CF/88: individuais, sociais, políticos, dos partidos políticos. 12.9. Direito de Nacionalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2017.
NOVELINO, Marcelo. **Teoria da constituição e controle da constitucionalidade**. São Paulo: Juspodivm, 2008
OLIVEIRA, Erival da Silva. **Prática Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NOVELINO, Marcelo. **Teoria da constituição e controle da constitucionalidade**. São Paulo: Juspodivm, 2008
OLIVEIRA, Erival da Silva. **Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
PEREIRA, Rodolfo Viana. **Hermenêutica filosófica e constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2017
SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
SPITZCOVSKY, Celso. **Mini VadeMecum - Constitucional e Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Lei de Introdução. Sujeito de Direito. A relação jurídica. Pessoa física e jurídica. Tipos de bens. Domicílio. Os fatos jurídicos (e o seu esboço classificatório - fato, ato e negócio). Problemas de invalidade na teoria dos fatos jurídicos (inexistência, nulidade, anulabilidade, vícios). Direito intertemporal (Aplicação temporal das normas - aquisição e perda de direitos). Prescrição e Decadência.

Geral:

Analisar e compreender os princípios doutrinários e legais pertinentes à disciplina da relação jurídica em seus elementos estruturais (sujeitos, objetos e fatos) contidos no Código Civil (Lei nº. 10406, de 10/01/2002).

Específicos:

Conhecer os dispositivos normativos do direito privado brasileiro; Comparar e analisar os preceitos normativos do direito civil pátrio e alienígena; Examinar as relações sociais privadas e sua repercussão no ordenamento jurídico; Identificar as formas de atuação do indivíduo como sujeito de direito relacionando-as com o objeto; Compreender e conhecer as posições doutrinárias e jurisprudenciais concernentes ao direito civil brasileiro.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

Aulas expositivas com debates em torno de questões atuais, relacionando-os com os elementos teóricos apresentados.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

1. A Codificação do Direito Civil
 - ✓ Antecedentes históricos;
 - ✓ A codificação do Direito Civil brasileiro.
2. Pessoa Natural
 - ✓ A Personalidade Jurídica;
 - ✓ Capacidade Jurídica e Legitimação;
 - ✓ Incapacidade;
 - ✓ Suprimento da Incapacidade;
 - ✓ Extinção da Personalidade Natural;
 - ✓ Individualização da Pessoa Natural.
3. Direitos da Personalidade
 - ✓ Conceito. Natureza. Titularidade
 - ✓ Características
 - ✓ Classificação
4. Pessoa Jurídica
 - ✓ Conceito. Natureza. Requisitos para a sua constituição;
 - ✓ Classificação;
 - ✓ Desconsideração da personalidade jurídica;
 - ✓ Responsabilidade civil e penal das pessoas jurídicas;
 - ✓ Extinção da pessoa jurídica.
5. Domicílio
 - ✓ Conceito;
 - ✓ Distinções necessárias;
 - ✓ Espécies.

UNIDADE II

6. Bens Jurídicos;
 - ✓ Objeto da relação jurídica;
 - ✓ Classificação dos bens.
7. Fatos Jurídicos;
 - ✓ Fato jurídico em sentido amplo;
 - ✓ Negócio jurídico;
 - ✓ Ato jurídico em sentido estrito;

- ✓ Ato-fato jurídico;
- 8. Negócios Jurídicos
 - ✓ Conceito. Classificação. Interpretação;
 - ✓ Elementos constitutivos;
 - ✓ Pressupostos de validade;
 - ✓ Vícios do negócio jurídico;
 - ✓ Invalidez do negócio jurídico;
 - ✓ Eficácia do negócio jurídico;
 - ✓ Prova do negócio jurídico;
 - ✓ Ato Ilícito;
 - ✓ Conceito. Responsabilidades. Imputabilidade;
 - ✓ Pressupostos da responsabilidade objetiva;
 - ✓ Atos lesivos não considerados ilícitos.
- 9. Prescrição e Decadência
 - ✓ Conceito. Requisitos. Características;
 - ✓ Disposições legais. Causas interruptivas e impeditivas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASSETTARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil - Vol. I - Teoria Geral do Direito Civil**. 30^a ed Rio de Janeiro: Forense, 2017.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil - Parte Geral - Vol. 1**, 17^a ed, Atlas, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LISBOA, Roberto Senise. **Direito Civil de A-Z**. São Paulo: Manole, 2008

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito Civil**. São Paulo: Freitas Bastos, 2017

NERY, Rosa Maria de Andrade. **Instituições de Direito Civil. Volume I - Tomo II - Parte Geral**. São Paulo: RT, 2015.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Código Civil Comentado**. 12^a edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TUTORIA JURÍDICA II

EMENTA:

Os alunos deverão desenvolver atividades de pesquisa e desenvolvimento científico em uma área do conhecimento complementar à sua área de formação profissional principal, promovendo-se a interdisciplinariedade, com enfoque dentro da Área de Conhecimento do Direito Penal.

OBJETIVOS:

GERAL:

Promover a análise da contribuição trazida pelos diversos campos disciplinares em relação ao mundo jurídico e social, a partir de reflexões e práticas da construção da perspectiva interdisciplinar.

ESPECÍFICOS:

Propiciar aos alunos o contato com as pesquisas interdisciplinares por meio de leitura e discussão dos estudos desenvolvidos e em desenvolvimento no programa. Avaliar o desempenho final do aluno a partir do produto intelectual (bibliográfico, técnico ou artístico/cultural) gerado durante o semestre, apresentado no decorrer da disciplina e através das avaliações de cada unidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)– 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

1. Construção de programas interdisciplinares de pesquisa
2. Desenvolvimento do plano de investigação interdisciplinar (através de Seminários Interdisciplinares)
3. Atividades de pesquisa interdisciplinar e orientação.
4. Técnicas para apresentação de seminários
 - 4.1. Comunicação oral e visual
 - 4.2. Uso de recursos computacionais para apresentação
5. Seminários abertos
 - 5.1. Seminários diversos com a participação obrigatória dos estudantes.
 - 5.2. Apresentação final dos debates realizados com a turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BUSATO, Paulo César. **Direito Penal - Parte Especial - Vol. 2**, 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017
- CAPANO, Evandro Fabiani. **Legislação Penal Especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- MIRABETE, JulioFabrinni. **Manual de Direito Penal. Vol. II**, 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- JUNQUEIRA, Gustavo O. **Direito penal**. São Paulo: RT, 2014
- MASSON, Cleber. **Direito Penal**. V.3. São Paulo: Método, 2016
- PRADO, Luiz Regis. **Bem jurídico-penal e Constituição**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- SANTOS, José Anacleto Abduch. **Comentários à Lei Anticorrupção**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- ZAFFARONI, Eugênio Raul & PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 11ª ed. RT, 2015

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL – DIREITOS FUNDAMENTAIS E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Estudo dos aspectos estruturais e organizacionais do Estado Democrático de Direito delineado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, contextualizados em relação à história constitucional do Brasil e ao direito constitucional geral. Organização do Estado. Federação. União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Competências e sua distribuição. Competências privativas. Competências comuns e concorrentes. Intervenção Federal e Estadual.

OBJETIVOS:

Geral:

Proporcionar ao participante o conhecimento e o entendimento da organização da República Federativa do Brasil. A Constituição, promulgada em 1988, no seu Título I, trata da estrutura do Estado brasileiro e os princípios em que ele se fundamenta como o Estado Democrático de Direito.

Específicos:

Proporcionar aos alunos a compreensão do direito constitucional positivo brasileiro e do seu papel dentro do ordenamento jurídico e da sociedade, especificamente no que tange à estrutura e organização da República Federativa do Brasil, habituando-os ao uso do texto constitucional como instrumento de trabalho e objeto de reflexão crítica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

• **Da organização do Estado Brasileiro**

Noções conceituais

Estado unitário

• **O Princípio Federativo e o Estado Federal**

• **Características do Estado Federal**

- **Soberania e autonomia**

- Existência de uma Constituição Federal
- Repartição de competências com previsão constitucional
- Participação dos Estados na vontade federal
- Inexistência do direito de secessão
- O papel da Suprema Corte e a intervenção federal
- Estado Federal e Estado Regional

• **Estado Federal e Confederação de Estados**

• **Estado Federal e tipos de federalismo**

• **Por que os Estados assumem a forma federal?**

• **O Federalismo Brasileiro**

• **Origem e evolução histórica**

• **Federação na Constituição Federal/88 Fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil**

• **Princípios que regem a República Federativa do Brasil nas relações internacionais**

• **Vedações constitucionais impostas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios**

UNIDADE II

• **União Federal**

- Bens da União
- Competências administrativas ou material e legislativas
- Limitação relativa à competência legislativa reservada da União
- Regiões administrativas

• **Estados federados**

- Formação dos Estados: fusão, cisão, desmembramento
- Bens dos Estados
- Exploração dos serviços locais - Regiões metropolitanas
- Auto-organização do Estado federado e processo legislativo
- Separação de poderes e princípio da simetria

• **Municípios**

• **O Distrito Federal Características**

• **Territórios Federais**

• **Intervenção Federal**

• **A repartição de competências na Constituição de 1988:**

competência geral da União, competência de legislação privativa da União, competência relativa aos poderes reservados dos Estados,

competência comum, material da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (competências concorrentes administrativas), competência legislativa concorrente, competência dos Municípios

- Inexistência de hierarquia entre lei federal e estadual
- Competência privativa ou exclusiva?
- Conflitos jurídicos no Estado Federal Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

OLIVEIRA, Erival da Silva. **Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, Luís Roberto. **Temas de Direito Constitucional. Tomo II**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009

BULOS, Uadi Lamego. **Direito Constitucional ao alcance de todos**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direitos fundamentais e dignidade da pessoa humana**. São Paulo: Freitas Bastos, 2015

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

SPITZCOVSKY, Celso. **Mini VadeMecum - Constitucional e Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PENAL – TEORIA DA PENA

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Organização do Estado. Federação. União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Competências e sua distribuição. Competências privativas. Competências comuns e concorrentes. Intervenção Federal e Estadual. Organização dos Poderes. Separação dos Poderes. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Ministério Público. Advocacia Pública e Privada. Defensoria Pública. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Tributação e Orçamento. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social.

OBJETIVOS:

Geral:

Aprendizagem e compreensão da dogmática penal no tocante a *penologia*; destacando a formação do saber crítico-criminológico, ou seja, a constituição da capacidade prático-teórico de desmistificar o discurso punitivo e a forma como ele opera na execução da pena.

Específicos:

Continuação do estudo da ciência do direito penal, agora como objeto o estudo da Pena Criminal; Domínio do Direito Penal Objetivo (CP. Arts. 32 a 120); Formação propedêutica da Criminologia Crítica; Capacitação técnica do estudante para uma atuação de garantia redutora do poder punitivo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse. Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)– 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

I UNIDADE

1. TEORIA GERAL DAS PENAS.

1.1. Conceito e visão constitucional dos princípios e garantias individuais da aplicação da pena.

1.2. Penas privativas de liberdade. 1.3. Regimes penais. Regras. 1.4. Fixação do regime inicial. 1.5. Progressão e Regressão. 1.6. Superveniência de doença mental. 1.7. Detração. 1.8. Incidentes da execução. 1.9. Penas restritivas de direitos. 1.10. Características. 1.11. Cominação e critérios para a substituição. 1.12. Conversão. 1.13. Inconvertibilidade da pena pecuniária. 1.14. Pena de multa. 1.15. Cominação e aplicação. 1.16. O sistema dias-multa. Limites. 1.17. Multa substitutiva. 1.18. Execução. 1.19. Cominação e aplicação da pena. 1.20. A individualização. 1.21. O critério trifásico. 1.22. Circunstâncias judiciais e fixação da pena base. 1.23. Circunstâncias agravantes e atenuantes. 1.24. Reincidência. 1.25. Formas e espécies. 1.26. Pressupostos. 1.27. Principais efeitos. 1.28. Critério da temporariedade. 1.29. Desconsideração para efeito de reincidência dos crimes militares próprios e crimes políticos.

2. CONCURSO DE CRIMES.

2.1. Espécies. 2.2. Requisitos. 2.3. Fixação da pena no concurso de crimes. 2.4. Desígnios autônomos. 2.5. Erro na execução e resultado diverso do pretendido.

3. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.

3.1. Conceito e natureza jurídica. 3.2. Sistemas. Formas e requisitos. 3.3. Período de provas e condições. 3.4. Revogação e seus efeitos. 3.5. Prorrogação. 3.6. Extinção da pena.

II UNIDADE

4. LIVRAMENTO CONDICIONAL.

4.1. Conceito e natureza jurídica. 4.2. Requisitos. 4.3. Pênas de provas e condições. 4.4. Suspensão. 4.5. Revogação e seus efeitos. 4.6. Prorrogação. 4.7. Extinção da pena.

5. EFEITOS DA CONDENAÇÃO.

5.1. Efeitos penais e extrapenais. 5.2. Principal e secundários. 5.3. Genéricos e específicos. 5.4. Motivação.

6. MEDIDAS DE SEGURANÇA.

6.1. Conceito, finalidade e requisitos. 6.2. Periculosidade. 6.3. Espécies. Cabimento e prazo. 6.4. Execução, desinternação ou liberação condicional e extinção da medida de segurança. 6.5. Superveniência de doença mental do condenado. 6.6. Extinção da punibilidade e cálculo prescricional na medida de segurança.

7. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.

7.1. Punibilidade: conceito e condições objetivas. 7.2. Escusas absolutórias. 7.3. Imunidades. 7.4. Prescrição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JAPIASSÚ / GUEIROS. **Direito Penal - Volume Único.** 1ª ed.

Editora GEN, 2018

GRECO, Luís. **Um Panorama da teoria da imputação objetiva.**

São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014

ZAFFARONI, Eugênio Raul & PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro.** 11ª ed. RT, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BACILA, Carlos Roberto. **Introdução ao Direito Penal e à Criminologia.** Curitiba: InterSaberes, 2016

BELING, Ernest. **A ação púnivel e penal.** São Paulo: Reedel, 2013

JUNQUEIRA, Gustavo O. Diniz. **Finalidades da pena.** São Paulo: Manole, 2004

MIRABETE, Julio Fabrinni. **Manual de Direito Penal. Vol. II,** 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PRADO, Luiz Regis. **Bem jurídico-penal e Constituição.** São Paulo: RT, 2015.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: OBRIGAÇÕES

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Obrigação. Noções gerais. Terminologia. Natureza jurídica. Fontes das obrigações. Elementos. Classificação das obrigações. Obrigações civis e naturais. Obrigações *propter rem*. Obrigações positivas e negativas. Obrigações unitárias e solidárias. Obrigações principais e acessórias; Divisíveis e indivisíveis; Instantâneas e contínuas; Simples e cumulativas; Facultativas; Condicionais morais e a termo. Prestação pecuniária. Dívida de valor. Prestação de juros. Efeitos das obrigações. Pagamento. Pagamento voluntário. Condições subjetivas e objetivas. Correção monetária. Lugar do pagamento. Tempo do pagamento. Prova. Quitação. Consignação. Sub-rogação. Imputação do pagamento. Dação em pagamento. Novação, Compensação, Transação, Confusão, Remissão. Enriquecimento sem causa. Pagamento indevido. Repetição do pagamento. Inadimplemento. Mora. Consequências da Inexecução. Cláusula penal. Perdas e danos. Caso fortuito e força maior. Teoria da imprevisão. Teoria do risco. Transferência das obrigações. Cessão do crédito. Assunção de dívida.

OBJETIVOS:

Geral:

Incentivar a leitura, a pesquisa, a discussão e a produção de ideias acerca do Direito obrigacional.

Específicos:

Identificar, classificar e relacionar as modalidades das obrigações, sua forma de transmissão e de extinção.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

1. NOÇÕES GERAIS SOBRE DIREITO DAS OBRIGAÇÕES:

- 1.1 Conceito e Importância do Direito das Obrigações;
- 1.2 Evolução Histórica;
- 1.3 Noções de Obrigações;
- 1.4 Elemento das Obrigações;
- 1.5 Fontes das Obrigações;
- 1.6 Distinção entre Direitos Obrigacionais e Direitos Reais;
- 1.7 Distinção entre Obrigação e Responsabilidade.

2. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES

- 2.1. Introdução;
- 2.2. Obrigações Especificadas, ou de Coisa Certa. 2.3. Obrigações Genéricas, ou de Dar Coisa Incerta. 2.4. Obrigações Pecuniárias ou de Dar Quantia Certa. 2.5. Obrigações de Prestação de Fato (Fazer e não Fazer). 2.6. Obrigações Alternativas. 2.7. Obrigações Solidárias e não Solidárias. 2.8. Obrigações Divisíveis e Indivisíveis. 2.9. Outras Modalidades de Obrigações.

3. TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES

- 3.1. Cessão de Crédito. 3.2. Assunção de Dívida. 3.3. Cessão de Contrato

UNIDADE II

4. MODOS EXTINTIVOS DAS OBRIGAÇÕES

- 4.1. Meios existentes para solver a Obrigação; 4.2. Cumprimento Direto: Conceito. Requisitos Essenciais. Tempo. Lugar e Prova do Pagamento. Teoria do Pagamento. Pagamento Indevido. Quitação. 4.3 Cumprimento Indireto - Conceito. Pagamento por Consignação. Pagamento com Sub-Rogação, Imputação do Pagamento, Dação em Pagamento. Novação. Compensação. Transação. Compromisso. Confusão. Remissão das Dívidas e Arbitragem. 4.4. Extinção das Obrigações sem Pagar.

5. INADIMPLEMENTO

- 5.1. Espécies e Efeito do Inadimplemento Obrigacional. Teoria do Inadimplemento. 5.2. Inadimplemento Voluntário e Responsabilidade Contratual. 5.3. Mora: Conceito. Espécies. Mora do Devedor e do Credor. Mora de Ambos os Contratantes. Juros Moratórios e Correção Monetária. Purgação e Cessação da mora. 5.4. Perdas e Danos: Noções. Fixação de Indenização e Modos de Liquidação do Dano. 5.5. Cláusula Penal: Conceito. Funções. Características.

Modalidades. Requisitos para sua Exigibilidade. Efeitos. Inadimplemento Involuntário (Inexecução Escusável) Generalidades. Caso Fortuito e Força Maior. Exceção à Regra de não Indenizar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NERY, Rosa Maria de Andrade. **Instituições de Direito Civil. Volume I - Tomo II - Parte Geral.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil - Vol. II - Teoria Geral das Obrigações.** Rio de Janeiro: Forense, 2014.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil - Parte Geral - Vol.1.** 17^a ed. São Paulo: Saraiva, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÓDIGO CIVIL, São Paulo: Manole, 2016.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Código Civil Comentado.** São Paulo: Freitas Bastos, 2016

NERY JÚNIOR, Nelson. **Código Civil Comentado.** 12^a edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

SANTOS, José Carlos Van Clef de Almeida. **Manual de Direito Civil.** São Paulo: São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil - Volume Único.** 7^a ed. São Paulo: Ed. Método, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Linguagem e semiologia; história e elementos. Usos da linguagem. Principais correntes da semiologia. Formas de argumentação. A nova retórica. Falácias não-formais e argumentos. As técnicas de

argumentação nas práticas jurídicas. O senso comum teórico dos juristas. Verdade e ideologia.

OBJETIVOS:

Objetivo Geral:

Proporcionar aos alunos uma apresentação ampla e crítica da ciência do Direito. Fornecer aos alunos as bases para entender os procedimentos intelectuais inerentes à atividade jurídica.

Objetivos específicos:

Exercitar a leitura e análise intertextual de textos filosóficos, jurídicos e literários; Apresentar a estrutura básica de raciocínio jurídico lógico - argumentativo; Desenvolver a capacidade crítica a respeito das estratégias jurídico - argumentativas, dos institutos jurídicos, das instituições jurídicas e das decisões judiciais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse. Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0

- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)
2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

1. Conceitos Fundamentais: 1.1 Interpretações das leis. 1.2 Métodos e efeitos da interpretação. 1.3 do critério hermenêutico: vontade do legislador e sentido normativo da lei.

2. O Método do Positivismo Jurídico 2.1 Vinculação à lei e teoria da subsunção. 2.2 A Teoria Pura do Direito. 2.3 A crise do positivismo e a superação do método jurídico positivista.

UNIDADE II

3. Da discussão jurídico-metodológica contemporânea 3.1 Tópica Jurídica. 3.2 Teorias da Argumentação Jurídica. 3.3 Interpretação e compreensão: a hermenêutica filosófica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHALITA, Gabriel. **A sedução no discurso: o poder da linguagem nos tribunais de júri.** São Paulo: Saraiva, 2007
DAMIÃO, Regina Toledo. **Curso de Português Jurídico.** São Paulo: Atlas, 2015
HENRIQUES, Antonio. **Prática da linguagem jurídica.** São Paulo: Atlas, 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PINTO, Raymundo Antonio Carneiro. **Guia prático de linguagem forense.** São Paulo: LTR, 2017
ROSA, Eliasar. **Linguagem forense: os erros mais comuns nas petições.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2003
KASPARY, Adalberto J. **O verbo na linguagem jurídica.** Porto Alegre: Livraria do advogado, 2000
MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação.** São Paulo: Cortez, 2012
FERREIRA, Nazaré do Socorro Conte. **Da interpretação à hermenêutica jurídica.** Porto Alegre, Fabris, 2017

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO PROCESSO

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Sociedade e Direito. Mecanismos de resolução de conflito. Jurisdição. Equivalentes jurisdicionais: Autotutela, autocomposição, mediação e arbitragem. Direito material e direito processual. Direito Processual Constitucional. Princípios gerais processuais. Norma processual: Objeto, natureza, fontes, eficácia no tempo e no espaço, interpretação e integração. Teorias, condições e elementos da ação. Processo e procedimento. Relação jurídica processual: Sujeitos, objeto e pressupostos processuais. Partes, procuradores, Ministério Público, auxiliares da justiça. Competência.

OBJETIVOS:

Objetivo Geral:

Conhecer a Teoria Geral do Processo.

Objetivos específicos:

Analisar casos concretos julgados em nossos Tribunais a partir dos institutos fundamentais da Teoria Geral do Processo. Abordar as novas tendências do Direito Processual Brasileiro.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

1. Conceitos Fundamentais. Jurisdição e competência 1.1. Noções de processo. 1.2. A lei processual no tempo e no espaço. 1.3. Análise e natureza jurídica do processo. 1.4. Interpretação do Direito Processual. 1.4.1. Métodos: Gramatical; lógico; histórico-evolutivo; sistemático. 1.5. Jurisdição. 1.5.1. Natureza. 1.5.2. Espécies. 1.5.3. Funções. 1.5.4. Competência. 1.5.5. Critérios de distribuição. 1.5.6. Processos Jurisdicionais e administrativos. 1.6. Organização Judiciária. 1.6.1. Noções gerais. 1.6.2. Justiça Comum. 1.6.3. Justiça Federal. 1.6.4. Justiça Eleitoral. 1.6.5. Justiça Militar. 1.6.6. O duplo grau de jurisdição. 1.6.7. Tribunais Superiores e Supremo Tribunal Federal.

2. Princiologia do Processo Civil e a Constituição Federal 2.1 Princípios fundamentais do processo. 2.2. Princípio do devido processo legal (Contraditório; ampla defesa; juiz natural). 2.3. Princípio Dispositivo. 2.4. Princípio da Demanda. 2.5. Princípio da Oralidade. Princípio da Imediatidade. 2.6. Princípio da Identidade Física. 2.7. Princípio de Concentração dos atos. 2.8. Princípio do Livre Convencimento. 2.9. Princípio da Bilateralidade da audiência. 2.10. Princípio da economia processual.

UNIDADE II

3. Da pretensão e estudo das ações no processo civil. 3.1 Demanda Civil. 3.1.1. Noções gerais. 3.1.2. Identificação das

Demandas. 3.1.3. Causa de pedir: pedido, espécies. 3.1.4. Cumulação de pedidos. 3.2. Ação. 3.2.1. Estudo crítico das teorias. 3.2.2. Natureza. 3.2.3. A relação de direito material e a relação de direito processual. 3.3. Classificação: ações declaratórias, constitutivas, condenatórias, executivas e mandamentais. 3.3.1. Partes: individualidade, litisconsórcio, coletividade. Interesses difusos. 3.3.2. Conceito. 3.3.3. Personalidade processual. 3.3.4. Capacidade processual. 3.3.5. Capacidade postulatória. 3.4. O Ministério Público. 3.4.1. Hipóteses e regras de intervenção do Ministério Público.

4 Procedimentos - Atos processuais 4.1. Prazos e Atos processuais. 4.1.1. Classificação. 4.1.2. Formas. 4.1.3. Prazos Especiais. 4.1.4. Tempo. 4.1.5. Lugar. 4.1.6. Atos de comunicação processual. 4.1.7. Teoria das Nulidades. 4.1.8. Citação. 4.1.9. Efeitos e formas. 4.2. Tipos de processo. 4.2.1. Processo de conhecimento. 4.2.2. Processo de execução. 4.3. Processo cautelar. 4.3.1. Procedimentos. 4.3.2. Natureza. 4.3.3. Espécies. 4.3.4. Procedimento Comum Ordinário. 4.3.5. Procedimento Sumário. 4.4. Cognição. 4.4.1. Limites.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KREBS, Hélio Ricardo Diniz. **Sistemas de Precedentes e direitos fundamentais.** São Paulo: RT, 2015.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil, Volume I,** 19ª ed, Salvador: Podivm, 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, Volume I,** 56ª Ed, Rio de Janeiro: Forense, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico.** Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ARAUJO JUNIOR, G. C. de. **Práticas no Processo Civil.** 22ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ARENHART, Sérgio Cruz. MARINONI, Luiz Guilherme. **Processo de conhecimento.** 12ª ed. São Paulo: RT, 2014.

LUDWIG, Marcos de Campos. **Usos e costumes no Processo Obrigacional.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SARRO, Luis Antonio. **Novo Código de Processo Civil.** São Paulo: Rideel, 2015

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TUTORIA JURÍDICA III

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Os alunos deverão desenvolver atividades de pesquisa e desenvolvimento científico em uma área do conhecimento complementar à sua área de formação profissional principal, promovendo-se a interdisciplinariedade, com enfoque dentro da Área de Conhecimento do Direito do Trabalho.

OBJETIVOS:

GERAL:

Promover a análise da contribuição trazida pelos diversos campos disciplinares em relação ao mundo jurídico e social, a partir de reflexões e práticas da construção da perspectiva interdisciplinar.

ESPECÍFICOS:

Propiciar aos alunos o contato com as pesquisas interdisciplinares por meio de leitura e discussão dos estudos desenvolvidos e em desenvolvimento no programa. Avaliar o desempenho final do aluno a partir do produto intelectual (bibliográfico, técnico ou artístico/cultural) gerado durante o semestre, apresentado no decorrer da disciplina e através das avaliações de cada unidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

1. Construção de programas interdisciplinares de pesquisa
2. Desenvolvimento do plano de investigação interdisciplinar (através de Seminários Interdisciplinares)

3. Atividades de pesquisa interdisciplinar e orientação
4. Técnicas para apresentação de seminários
 - 4.1. Comunicação oral e visual
 - 4.2. Uso de recursos computacionais para apresentação
5. Seminários abertos
 - 5.1. Seminários diversos com a participação obrigatória dos estudantes.
 - 5.2. Apresentação final dos debates realizados com a turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAIRO JUNIOR, José. **Curso de direito do Trabalho**. Salvador: Juspodvm, 2017

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Curso De Direito Do Trabalho**. 4ª ed. SÃO PAULO: LTr, 2017.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 40ª ed. SÃO PAULO: LTr, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CLT Acadêmica, São Paulo: Saraiva. 2018;

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; NETO, Francisco Ferreira Jorge. **Direito do Trabalho**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2015

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Processo trabalhista de conhecimento**. 7ª ed São Paulo: LTr, 2005

SANTOS, José Aparecido dos. **Curso prático de cálculos de liquidação trabalhista**. 4ª ed. Curitiba: Juruá, 2017

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Sistemas dos recursos trabalhistas**. 13ª ed. São Paulo: LTR, 2017

YONE, Frediani. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Manole, 2010

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL – ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

EMENTA:

Organização dos Poderes. Separação dos Poderes. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Ministério Público. Advocacia Pública e Privada. Defensoria Pública. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Tributação e Orçamento. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social.

OBJETIVOS:

Geral:

Estudo dos aspectos estruturais e organizacionais do Estado Democrático de Direito delineado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, contextualizados em relação à história constitucional do Brasil e ao direito constitucional geral.

Específicos:

Proporcionar aos alunos a compreensão do direito constitucional positivo brasileiro e do seu papel dentro do ordenamento jurídico e da sociedade, especificamente no que tange à estrutura e organização da República Federativa do Brasil, habituando-os ao uso do texto constitucional como instrumento de trabalho e objeto de reflexão crítica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

Aulas expositivas com debates em torno de questões atuais, relacionando-os com os elementos teóricos apresentados.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)– 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

1. Organização dos Poderes
2. Separação dos Poderes.
 - 2.1. Poder Legislativo.
 - 2.1.1. Funções, Estrutura e Competências.
 - 2.2. Imunidades Parlamentares.
 - 2.3. Processo Legislativo.
 - 2.4. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.
 - 2.5. Poder Executivo.
 - 2.5.1. Funções, Estrutura e Competências.
 - 2.5.2. Eleição e Mandato do Chefe do Poder Executivo.
 - 2.5.3. Responsabilidade do Chefe do Poder Executivo.

UNIDADE II

- 2.6. Poder Judiciário.
 - 2.6.1. Funções, Estrutura e Competências.
 - 2.6.2. Estatuto da Magistratura.
 - 2.6.3. Funções Essenciais à Justiça.
- 2.7. Ministério Público.
 - 2.7.1. Ministério Público da União.
 - 2.7.2. Ministério Público Federal.
 - 2.7.3. Ministério Público Eleitoral.
 - 2.7.4. Ministério Público do Trabalho.
 - 2.7.5. Ministério Público Militar.
 - 2.7.6. Ministério Público Estadual.
- 2.8. Advocacia Pública e Privada.
- 2.9. Defensoria Pública.
3. Sistema Constitucional de Solução de crises: Estado de Defesa, Estado de Sítio e Intervenção Federal.
 - 3.1. Segurança Pública.
 - 3.2. Ordem Social e Ordem Econômica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

OLIVEIRA, Erival da Silva. **Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, Luís Roberto. **Temas de Direito Constitucional. Tomo II**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009

BULOS, Uadi Lamego. **Direito Constitucional ao alcance de todos**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MENDES, Gilmar, Ferreira. **Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais**. Brasília: Jurídica, 2002

RICCTELLI, Antonio. **Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição**. São Paulo: Manole, 2016

SPITZCOVSKY, Celso. **Mini VadeMecum - Constitucional e Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL I

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Dos crimes contra a vida; Dos crimes contra a incolumidade física; Da periclitacão da vida e da saúde, Da rixa, dos crimes contra a honra; Dos crimes contra a liberdade individual; Dos crimes contra o patrimônio.

OBJETIVOS:

Geral:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os tipos penais elencados no programa, analisando problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente e realizar a adequação de um fato penalmente relevante entre os diversos dispositivos analisados.

Específicos:

Interpretação de casos concretos à luz dos direitos e garantias penais consagrados na Constituição Federal, tendo como objetivo cerne o estudo de um direito penal mínimo, preparando o aluno mediante análise das últimas provas de concursos e de Exames da Ordem dos Advogados do Brasil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA:

- Dos crimes contra a vida.
 - ✓ Homicídio;
 - ✓ Infanticídio;
 - ✓ Induzimento, Instigação e Auxílio ao Suicídio;
 - ✓ Abortamentos;
 - ✓ Das Lesões corporais.
- Dos crimes contra a honra (correlação com a Lei Eleitoral)
 - ✓ Calúnia;
 - ✓ Difamação;
 - ✓ Injúria.
 - ✓ Disposições Gerais Atinentes a estes crimes.
- Dos crimes contra a liberdade individual.
 - ✓ Sequestro.
 - ✓ Constrangimento ilegal.
 - ✓ Cárcere privado.

UNIDADE II

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO:

- Furto;
- Roubo;
- Extorsão;
- ✓ Extorsão mediante sequestro;
- Noções sobre dano;
- Apropriação indébita;
- Estelionato;
- Receptação;
- Disposições gerais.
-

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Legislação Penal Especial**. 11^a ed. São Paulo: Saraiva, 2016

MIRABETE, JulioFabrinni. **Manual de Direito Penal. Vol. II**, 28^a ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal - Parte Especial - Vol. 2**. 2^a ed. Ed Forense, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUSATO, Paulo César. **Direito Penal - Parte Especial - Vol. 2**, 3^a ed. São Paulo: Saraiva, 2017

CAPANO, Evandro Fabiani. **Legislação Penal Especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

JAPIASSÚ / GUEIROS. **Direito Penal - Volume Único.** 1ª ed.

Editora GEN, 2018

PEREIRA, Gisele Mendes. **Direito Penal I.** EDUCS, 2012

ZAFFARONI, Eugênio Raul & PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro.** 11ª ed. RT, 2015

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PROCESSO DO CONHECIMENTO

EMENTA:

Litisconsórcio e intervenção de terceiros. Atos processuais. Processo de conhecimento: Noções introdutórias. Formação, suspensão e extinção do processo. Petição inicial. Gratuidade de Justiça. Pedido. Citação e intimação. Atitudes do réu: Reconhecimento jurídico do pedido, contestação, exceção, revelia e reconvenção. Tutela provisória. Saneamento do processo.

OBJETIVOS:

Geral:

O escopo da disciplina será possibilitar ao alunado a compreensão do sistema processual civil - notadamente após as recentes reformas e da Emenda Constitucional 45 e seu processo de conhecimento, os atos e elementos do procedimento comum (ordinário, sumário, sumaríssimo), como também dos elementos, bem como a análise específica do Processo de Conhecimento, suas fases, seus institutos e seus efeitos.

Específicos:

Formar concepção crítica no Direito Processual Civil; Identificar os requisitos necessários para compreensão e desenvolvimento no processo judicial; Estabelecer relações entre vários ramos do conhecimento; Trabalhar problemas propostos, com a integração das disciplinas referentes ao semestre em estudo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Atos processuais: Existência, validade e eficácia. Vícios dos atos processuais. Petição inicial: Funções, requisitos, indeferimento, julgamento liminar de improcedência. Gratuidade de Justiça. Pedido: Classificações e cumulação de pedidos. Citação: Momento, local, efeitos, modalidades. Intimação.

UNIDADE II

Atitudes do réu: Reconhecimento jurídico do pedido, contestação (defesas de admissibilidade e de mérito), revelia (conteúdo e efeitos), exceção de suspeição e impedimento e reconvenção. Suspensão e extinção do Processo. Tutela provisória: De urgência e da evidência. Julgamento antecipado da lide. Saneamento do processo: Questão prejudicial, decisão de saneamento e organização do processo, atividades saneadoras e audiência de instrução e julgamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual De Direito Processual Civil - Volume Único** - 18^a ed.. Ed. Saraiva 2017

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil, Vol I** . Salvador: Podivm, 2017.

SANTOS, Ernane Fidelis dos. **Manual de Direito Processual Civil**
Vol. I. 16ª ed. São Paulo. Saraiva. 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MELLO, Cleyson de Moraes; e ARAUJO, Luis Carlos de. **Curso Do Novo Processo Civil** 1ª Edição , Ed. Freitas Bastos, 2015

PIRES, Alex Sander Xavier et al. **Código de Processo Civil - Doutrina e Anotações.** 1ª ed. Ed. Freitas Bastos, 2015

PORTO, Sérgio Gilberto. **Processo Civil Contemporâneo - Elementos, Ideologia e Perspectivas.** 1ª ed. Salvador: JusPodivm, 2018

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil.** Vol. I, 28ª ed. São Paulo. Saraiva. 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil,** Volume I, 56ª Ed, Rio de Janeiro: Forense, 2015

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: ECONOMIA

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

A disciplina norteará o discente no tocante a: Introdução Geral à Economia, Teoria Econômica e a Econômica como Ciência, Objeto da Ciência Econômica, Evolução Histórica das Escolas e Doutrinas Econômicas, A Economia Política Clássica, origens e desenvolvimento. A crítica à economia política clássica. O excedente econômico. A economia capitalista. Indicadores de riqueza econômica. Economia e cidadania. As relações econômicas entre países. Formulações sobre o subdesenvolvimento, Organização das Atividades Econômicas, Fatores de Produção, Sistemas Econômicos, O Mercado, modos e Relações de Produção, O Papel do Governo, Fundamentos de Microeconomia, Teoria da Produção, Fundamentos de Macroeconomia, Contabilidade Nacional, Mercado Real e Monetário, Setor Externo e Desenvolvimento Econômico e Noções de Juros.

OBJETIVOS:

Geral:

Identificar a importância das variáveis da conjuntura econômica como requisito fundamental para compreensão do contexto regional.

Específicos:

Aprender os conceitos básicos da Ciência Econômica; Conhecer os elementos fundamentais, que regem a economia capitalista, destacando a economia brasileira; Entender e identificar o caráter desigual de produção, circulação e distribuição capitalista: social e

especialmente; Compreender as características da divisão do trabalho, na qual a economia brasileira está inserida; Identificar as mudanças estruturais no processo produtivo da economia mundial e brasileira; Identificar as características fundamentais do mundo do trabalho no Brasil, social e especialmente, como as classes os grupos sociais e regiões participam do processo produtivo na economia brasileira; Identificar e compreender as iniciativas empreendedoras.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

- ✓ Introdução à ciência econômica: objeto e fundamentos;
- ✓ O funcionamento dos mercados: demanda e oferta; equilíbrio de mercado e políticas econômicas do governo; elasticidade; influências no setor tecnológico;
- ✓ Estruturas de Mercado: concorrência perfeita; monopólio; oligopólio; concorrência perfeita; Macroeconomia: PIB/PNB.

UNIDADE II

- ✓ Política Econômica e sua Influência no Setor Tecnológico: flutuações na atividade econômica; políticas monetária, cambial, fiscal e de renda;
- ✓ Crescimento Econômico e Desenvolvimento econômico: tecnologia e crescimento econômico; empreendedorismo e o papel das inovações;
- ✓ Informática e a Globalização Econômica e Financeira: a nova ordem econômica no Pós-Segunda Guerra; desenvolvimento das comunicações e a globalização; informática e bolsa de valores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, Cássia Celina Paulo Moreira. **A Função Socioeconômica da Propriedade**. América Jurídica, 2006.

TEBCHIRANI, Flavio Ribas. **Princípios de Economia**. Curitiba, IBPEX, 2008

ULBRA. **Fundamentos da Economia**. IBPEX, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOARATI, Vanessa. **Economia para o Direito**. São Paulo: Manole, 2006

EPPING, Randy Charles. **Descomplicando a Economia do Século XXI**. São Paulo, 2010.

LACERDA, Antonio Correa de Economia Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2013

NOGAMI, Otto. **Economia**. Curitiba: IEWSD, 2012

SINGER, Paul. **Aprender economia**. São Paulo: Contexto, 2010

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Formação, desenvolvimento e funcionamento do psiquismo. Personalidade, Identidade e formação moral. Psicologia e Direito. Conduta e ética do advogado. Contribuições da Psicologia Jurídica para o Direito Penal: Imputabilidade e periculosidade, Psicologia do delito, Doença mental, Psicologia e Psiquiatria Forense. Psicologia Jurídica e Direito Civil: capacidade, família, Separação, Guarda de filhos e adoção, Mediação de conflitos. Temas atuais em Psicologia Jurídica.

OBJETIVOS:

Geral:

Conhecer de forma crítica o panorama geral dos estudos da Psicologia Jurídica como contribuição para a melhor prática do Direito.

Específicos:

Conhecer e compreender as principais teorias e teóricos da Psicologia que trazem contribuições importantes para o Direito; Analisar criticamente o papel das leis e normas na organização do comportamento humano; “Desconstruir” os caminhos percorridos pela ciência psicológica; Conhecer o papel auxiliar e ativo da Psicologia jurídica brasileira; Refletir sobre os temas atuais que necessitam do apoio do psicólogo na interface com o direito; Analisar as temáticas a partir da interlocução com textos, autores e grupo; Produzir textos a partir das discussões em sala; Construir um olhar reflexivo acerca das questões ligadas aos sujeitos sociais, a realidade brasileira e as perspectivas teóricas; Abertura para as diferentes concepções de sujeito, experimentando novas lentes para a leitura do mundo; Desenvolver autonomia intelectual, ampliando informações sobre a psicologia jurídica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

Aulas expositivas com debates em torno de questões atuais, relacionando-os com os elementos teóricos apresentados.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

Introdução ao estudo da Psicologia no curso de Direito:

- ✓ História da Psicologia e a interface com o Direito;
- ✓ Principais abordagens teóricas da psicologia: Psicanálise, Behaviorismo e Gestalt;
- ✓ Personalidade e Formação Moral.

A psicologia e a Justiça:

- ✓ Interfaces entre Psicologia e Direito;
- ✓ Objetivo e Atuações do psicólogo jurídico;
- ✓ Auxílio jurídico, Perícia e avaliação psicológica;
- ✓ Psicologia do testemunho.

UNIDADE II

Psicologia Jurídica e Direito Civil:

- ✓ A questão da capacidade;

- ✓ A família em discussão;
- ✓ Separação e suas consequências;
- ✓ Guarda de filhos e adoção;
- ✓ Mediação de conflitos.

Psicologia Jurídica e Direito Penal:

- ✓ Imputabilidade e periculosidade;
- ✓ Punição e efeitos psicológicos do confinamento;
- ✓ Presídios e Lei de Execuções Penais;
- ✓ Criminologia;
- ✓ Doença mental;
- ✓ Psicologia e Psiquiatria Forense.

Temas atuais em Psicologia Jurídica:

- ✓ Lei Maria da Penha e psicologia da mulher;
- ✓ Menoridade Penal e ECA;
- ✓ Autópsia psicológica;
- ✓ Discutindo a Lei de Inclusão escolar

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOOK, Ana Mercedes Bahia. **Psicologias**. São Paulo: Saraiva, 2005
MARTIN, K; SPERLING, A. **Introdução à Psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
SCHULTZ, Duane. **História da Psicologia moderna**. São Paulo: CENGAGE, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HUR, Domenico Uhng. **Psicologia política e movimentos sociais**. São Paulo: Vozes, 2016
MARTIN-BORO, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia**. São Paulo: Vozes, 2017
MASSIMI, Marina. **História da psicologia no Brasil: novos estudos**. São Paulo: Cortez
NUCCI, Guilherme de Souza. **Prisão e Liberdade**. Rio de Janeiro: Forense, 2014
SERAFIM, Antonio de Pádua. **Psicologia e práticas forenses**. São Paulo: Manole, 2012

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Teoria geral dos contratos. Princípios fundamentais dos contratos. Formação dos contratos. Classificação dos contratos. Contratos atípicos. Cessão de contratos. Efeitos dos contratos. Extinção dos contratos. Institutos conexos aos contratos. Arras, evicção, vícios redibitórios, teoria da imprevisão e cláusula r.s.s.. Autocontrato, promessa de contrato. Contratos de alienação. Compra e venda, cláusulas especiais de compra e venda pactos: comissório, retrovenda, melhor comprador, preferência. Permuta. Doação. Contratos nominados: Comodato. Depósito. Mútuo. Locação de serviço e coisas. Locação predial urbana. Mandato. Seguro. Fiança. Declaração unilateral de vontade. Títulos ao portador. Contratos inominados e especiais: Alienação fiduciária em garantia. *Leasing/Franchise/Factoring.*

Geral:

Proporcionar ao futuro operador do direito o conhecimento necessário sobre as relações contratuais, suas implicações e consequências na formação da vontade dos contratantes. Conhecer os efeitos produzidos nas diversas relações contratuais. Examinar os contratos em espécie.

Específicos:

Analisar as relações contratuais e os princípios gerais dos contratos; Mostrar o panorama classificatório; Estudar as consequências de cada categoria e suas implicações práticas; Realçar a formação da vontade contratual; Compreender e conhecer a interpretação e dissolução dessa relação jurídica; Conhecer e examinar os tipos de contratos em espécie.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO: UNIDADE I

- ✓ O universo das relações contratuais: Antecedentes históricos. Princípios gerais do direito contratual: Autonomia da vontade; Obrigatoriedade; Relatividade; Boa-fé; Classificação dos contratos; Elementos do contrato: Teoria dos negócios jurídicos; Capacidade dos contratantes; Objeto dos contratos; Vícios dos contratos; Interpretação dos contratos; Teoria da imprevisão. Revisão dos Contratos: Princípios e fundamentos; Cláusula *rebus sic stantibus*.
- ✓ Responsabilidade contratual, pré-contratual e pós-contratual; Relatividade dos contratos: Contratos em favor de terceiros; Contrato com pessoa a declarar; Promessa de fato de terceiro; Extinção dos contratos: Resilição; Resolução.
- ✓ Formação dos contratos: Consentimento. Oferta ou proposta. Lugar de celebração. Vícios redibitórios: Requisitos; Efeitos.
- ✓ Evicção: Conceito; Requisitos.

UNIDADE II

- ✓ Contrato de Compra e Venda: Conceito; Classificação; Elementos constitutivos; Cláusulas especiais.
- ✓ Troca ou Permuta: Conceito. Natureza. Efeitos.
- ✓ Contrato estimatório ou de consignação: Conceito. Natureza. Direitos e obrigações do consignante e do consignado
- ✓ Doação: Conceito. Aceitação. Objeto. Forma. Efeitos. Modalidades. Reversão e Resolução
- ✓ Locação de coisas: Espécies. Conceito. Natureza. Obrigações do locador e locatário. Modalidades. Extinção. Alienação. Cessão, sublocação e empréstimo do imóvel.
- ✓ Agência e distribuição: Comercialização por terceiros
- ✓ Corretagem: Conceito. Natureza. Corretor. Remuneração e Extinção
- ✓ Transporte: Conceito. Natureza. Sujeitos. Objeto. Frete. Obrigações das partes.
- ✓ Seguro: Conceito. Natureza. Risco. Prêmio. Indenização. Obrigações do segurado e segurador.

- ✓ Constituição de renda: Conceito. Direitos e obrigações partes. Extinção
- ✓ Jogo e aposta: Conceito. Natureza. Espécies.
- ✓ Fianças: Conceito. Natureza. Requisitos. Efeitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASSETTARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil - Vol. 3 - Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie**. Ed. Forense, 2017

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil - Contratos - Vol. 3**, 18^a ed, Atlas, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CABRAL, Wagner. **Teoria Geral dos Contratos**. São Paulo: São Paulo: Pillares, 2006.

FERNANDES, Alexandre Cortez. **Direito Civil: Contratos**. EDUCS, 2011

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito Civil: Contratos**. São Paulo: Freitas Bastos, 2017

SANTOS, José Carlos Van Clef de Almeida. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: São Paulo: RT, 2011.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil - Volume Único**. 7^a ed. São Paulo: Ed. Método, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TUTORIA JURÍDICA IV

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Os alunos deverão desenvolver atividades de pesquisa e desenvolvimento científico em uma área do conhecimento complementar à sua área de formação profissional principal, promovendo-se a interdisciplinariedade, com enfoque dentro da Área de Conhecimento do Direito do Idoso.

OBJETIVOS:

GERAL:

Promover a análise da contribuição trazida pelos diversos campos disciplinares em relação ao mundo jurídico e social, a partir de reflexões e práticas da construção da perspectiva interdisciplinar.

ESPECÍFICOS:

Propiciar aos alunos o contato com as pesquisas interdisciplinares por meio de leitura e discussão dos estudos desenvolvidos acerca do direito do idoso no âmbito do ordenamento jurídico nacional, observando o papel do profissional do Direito no atendimento e garantia à proteção desses segmentos Avaliar o desempenho final do aluno a partir do produto intelectual (bibliográfico, técnico ou artístico/cultural) gerado durante o semestre, apresentado no decorrer da disciplina e através das avaliações de cada unidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

Iª Unidade

1. Histórico, definição e contextualização do idoso na sociedade contemporânea;
2. Lei 10.741/2003: Estatuto do Idoso;
3. Direitos Constitucionais e Infraconstitucionais do idoso: vida, liberdade, respeito, dignidade e saúde;
4. Alimentos: disposições específicas, aplicação do Código Civil, aplicação do Código de Processo Civil, aplicação da Lei nº 5.478/68 (Lei de Alimentos);
5. Educação, cultura, esporte e lazer; profissionalização e trabalho do idoso; habitação e transporte.

IIª Unidade

- 6 Previdência e Assistência Social do idoso;
 1. Medidas de Proteção e Políticas de Atendimento ao idoso;
 2. Do acesso do idoso à justiça;
 3. Dos crimes contra o idoso;
 4. Saúde do idoso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOLDFINGER, Fabio Ianni e GARCIA, Leonardo. **Estatuto do Idoso**. Salvador: Editora Juspodivm, 2018.

MENDES, Gilmar e SALOMÃO, GEORGE. **Manual dois direitos da pessoa idosa**. São Paulo: Saraiva, 2017.

RAMIDOFF, Mario Luiz e RAMIDOFF, Henrique Munhoz Bürgel. **Direito da pessoa idosa**. Curitiba: Juruá Editora, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Estatuto do Idoso - Col. Legislação De Bolso - 4ª Ed, Editora Saraiva, 2018.

LEITE, Flávia Piva Almeida; GARCIA, Maria; BORBA, Carla Matuck. **Comentários ao Estatuto do Idoso**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016

PINHEIRO, Naide Maria; RIBEIRO, Gabrielle Carvalho. **Estatuto do Idoso Comentado**. 4ª Ed. Servanda, 2016

FREITAS JUNIOR, Roberto Mendes de **Direitos E Garantias Do Idoso: Doutrina, Jurisprudência e Legislação**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2015

CAMPOS SILVA, Nilson Tadeu Reis. **Direito do Idoso - Tutela Jurídica Constitucional**. Ed. Juruá, 2012

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL II

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Dos crimes contra os costumes; Dos crimes contra a paz pública; Dos crimes contra a fé pública; Dos crimes contra a administração pública - Lei de tóxicos; Crimes de trânsito; Crimes hediondos.

OBJETIVOS:

Geral:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os tipos penais elencados no programa, analisando problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente e realizar a adequação de um fato penalmente relevante entre os diversos crimes analisados.

Específicos:

Identificar os tipos penais atinentes à dignidade sexual; Identificar os tipos penais cometidos contra a Administração Pública; Identificar os

tipos penais cometidos contra a paz Pública; Identificar tipos penais cometidos contra a fé Pública.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

- DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL:
 - ✓ Estupro;
 - ✓ Assédio sexual;
 - ✓ Disposições Finais.
- DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA:
 - ✓ Moeda Falsa;
 - ✓ Crimes equiparados à moeda falsa;
 - ✓ Petrechos para a falsificação;
 - ✓ Da falsidade documental e ideológica.

UNIDADE II

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- Crimes funcionais;
- Crimes praticados por particular contra a administração;
- Crimes praticados contra a administração da justiça;
- Crimes contra as finanças.
- Introdução à Legislação Penal Extravagante.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Legislação Penal Especial**. 11^a ed. São Paulo: Saraiva, 2016

CAPANO, Evandro Fabiani. **Legislação Penal Especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal - Parte Especial - Vol. 3**. 2^a ed. Ed Forense, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUSATO, PAULO CÉSAR. **Direito Penal - Parte Especial - Vol. 2**. 3^a ed, São Paulo: Atlas, 2017

MASSON, Cleber. **Direito Penal - Vol. 3 - Parte Especial**. São Paulo: Método, 2016.

MIRABETE, Julio Fabrinni. **Manual de Direito Penal. Vol. II**, 28^a ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, José Anacleto Abduch. **Comentários à Lei Anticorrupção**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ZAFFARONI, Eugênio Raul & PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. 11^a ed. RT,2015.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – RECURSOS

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Prova. Despesas processuais e honorários advocatícios. Sentença. Coisa julgada. Teoria geral dos recursos e sucedâneos recursais. Recursos em espécie. Processos nos tribunais. Ação rescisória. Incidente. Reclamação.

OBJETIVOS:

Geral:

Compreender o significado e importância de um pronunciamento judicial definitivo, com suas peculiaridades, bem como discutir sua principal característica e controvérsias, tornar seu efeito perpétuo. Além disso, proporcionar ao Acadêmico o conhecimento necessário, com os instrumentos disponíveis no Ordenamento Pátrio, para combater, se possível, os efeitos de uma sentença a fim de evitar que se tornem definitivos.

Específicos:

Formar concepção crítica no Direito Processual Civil; Identificar os requisitos necessários para compreensão e desenvolvimento no processo judicial; Estabelecer relações entre vários ramos do conhecimento; Trabalhar problemas propostos, com a integração das disciplinas referentes ao semestre em estudo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

- ✓ Teoria geral da prova: Conceito, objeto, classificação, ônus, admissibilidade e valoração pelo juiz.
- ✓ Espécies de provas: Depoimento pessoal, confissão, exibição de documento ou coisa, documental, testemunhal, perícia e inspeção.
- ✓ Despesas processuais e honorários advocatícios.
- ✓ Sentença: Conceito, conteúdo, classificação e requisitos. Resolução de mérito (sentença terminativa e definitiva). Extensão da sentença (*Citra, ultra e extra petita*).
- ✓ Coisa julgada: Conceito, natureza jurídica e tipos. Funções e limites da coisa julgada. Eficácia preclusiva da coisa julgada. Coisa julgada nas relações continuativas. Relativização da coisa julgada.

UNIDADE II

- ✓ Teoria geral dos recursos e sucedâneos recursais.
- ✓ Sucadâneos recursais internos e externos.
- ✓ Recurso adesivo.
- ✓ Classificação dos recursos.
- ✓ Efeitos dos recursos. Princípios recursais.
- ✓ Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.
- ✓ Recursos em espécie. Apelação. Agravo (retido, de instrumento, regimental e interno). Embargos Infringentes. Embargos de declaração. Embargos de divergência. Recurso ordinário constitucional. Recurso especial. Recurso extraordinário.
- ✓ Processos nos Tribunais.
- ✓ Ação rescisória.
- ✓ Incidente.
- ✓ Reclamação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil, Volume III**, 15ª ed, Salvador: Podivm, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novo Curso de Processo Civil. Vol. 3**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, Volume III**, 50ª ed, Rio de Janeiro: Forense, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual De Direito Processual Civil**
Volume Único - 18^a ed.. Ed. Saraiva 2017

JORGE, Flávio Cheim. **Teoria geral dos recursos cíveis.** São Paulo: RT, 2015

PORTO, Sérgio Gilberto. **Processo Civil Contemporâneo - Elementos, Ideologia e Perspectivas.** 1^a ed. Salvador: JusPodivm, 2018

SOUZA, Marcos C. **Procedimentos especiais, processo de execução e cumprimento de sentença e procedimentos,** Curitiba: Intersaberes, 2014

VEZZONI, Marina. **Direito Processual Civil.** São Paulo: Manole, 2015

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITOS REAIS

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Estudo do Direito das Coisas e as relações jurídicas entre homens e bens, traçando normas para aquisição, conservação, exercício e perda do poder. Direitos reais sobre coisas alheias e direitos reais de garantia: De Gozo ou Fruição. Enfitese. Servidão. Usufruto. Uso. Habitação. Renda Constituída Sobre Imóveis. De Garantia. Penhor. Anticrese. Hipoteca. Alienação Fiduciária. Posse: Conceito e Teorias. Compose. Classificação. Aquisição. Efeitos. Perda. Proteção Possessória. Propriedade: Conceito e Elementos. Objeto e Extensão Do Direito De Propriedade. Restrições Ao Direito De Propriedade. Propriedade Imóvel - Aquisição e Perda. Propriedade Móvel - Aquisição e Perda. Direito de Vizinhança. Condomínio. Propriedade Resolúvel.

OBJETIVOS:

Geral:

Compreender os conceitos dados, fazendo clara distinção entre posse e a propriedade, bem como dos outros institutos relacionados, dentro de um contexto fático.

Específicos:

Distinguir posse e propriedade; Apreender a natureza jurídica dos demais institutos dos direitos reais na coisa alheia; Distinguir os direitos reais de garantia; Identificar os institutos diante do caso prático; Apreender a forma legal da perda e aquisição da posse e da propriedade; Conceituar e identificar condomínio, incorporação

imobiliária e loteamentos; Identificar a correta função social da propriedade dentro de uma visão constitucional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

INTRODUCAO AO DIREITO DAS COISAS: GENERALIDADES

- ✓ Objetos do Direito das Coisas. Características e evolução.
- ✓ Direitos reais e Direitos pessoais. Direito Subjetivos e

- ✓ Direito Objetivo. Direito -Norma e Direito-Faculdade. Direitos Absolutos e Relativos.
- ✓ Relação Jurídica Dever Jurídico. Conceitos Jurídicos Fundamentais.
- ✓ Classificação dos Direitos Reais: sua importância atual.
- ✓ Aspectos econômicos.

DA POSSE

- ✓ Conceitos e antecedentes históricos. Evolução.
- ✓ Posse e Propriedade. Fundamentos da proteção possessória.
- ✓ Savigny e Ihering - Teorias
- ✓ Natureza Jurídica.
- ✓ Classificação da Posse: Direta, Indireta, Justa, Injusta, de Boa-Fé, de Má-Fé, Originária,
- ✓ Derivada. Justo Título, Comosse. Posse versus Determinação.
- ✓ Aquisição, Conservação e Extinção da Posse.
- ✓ Efeitos da Posse.
- ✓ Proteção Possessória: Os Interditos Proibitórios e Reintegração.
- ✓ Proteção Possessória e Proteção Petitória.
- ✓ Conclusão.

UNIDADE II

DA PROPRIEDADE

- ✓ Evolução Histórica, Conceitos, Características, Espécies e objeto. Função Social e Limitações.
- ✓ Aquisição da Propriedade; Modos originários e derivados.
- ✓ Perda da Propriedade.
- ✓ Usucapião.
- ✓ Limitações e Restrições ao Direito de Propriedade.
- ✓ Condomínio.
- ✓ Direitos de Vizinhança.

DOS DIREITOS REAIS DE GOZO (DIREITO REAIS SOBRE COISA ALHEIA)

- ✓ Introdução.
- ✓ Enfitese ou Aforamento.
- ✓ Servidões.
- ✓ Usufruto, Uso e Habitação.

DOS DIREITOS REAIS GARANTIAS(DIREITOS REAIS SOBRE COISA ALHEIA)

- ✓ Introdução - Tipos de Garantias.
- ✓ Penhor.
- ✓ Hipoteca.
- ✓ Anticrese.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASSETTARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito das Coisas. Volume 4**. 28ª ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2014

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil - Vol. 4 - Direito das Coisas**. 9ª ed. São Paulo: Forense, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERNANDES, Alexandre Cortez. **Direito Civil: Direito Reais**. EDUCS, 2011

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito Civil: Direito das Coisas**. São Paulo: Freitas Bastos, 2017

NERY JÚNIOR, Nelson. **Código Civil Comentado**. 12ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil - Volume Único**. 7ª ed. São Paulo: Ed. Método, 2017.

SANTOS, José Carlos Van Clef de Almeida. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: PROCESSO CONSTITUCIONAL

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Introdução: Conceito e princípios do Direito Processual Constitucional. Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança. Outros instrumentos constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Instrumentos constitucionais de controle da constitucionalidade. Perspectivas do Direito Processual Constitucional.

OBJETIVOS:

Geral:

Estudo teórico e prático dos aspectos processuais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com ênfase nas ações

constitucionais, nas garantias constitucionais processuais e na evolução e peculiaridades do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.

Específicos:

Proporcionar aos alunos a compreensão do direito constitucional positivo brasileiro e do seu papel dentro do ordenamento jurídico e da sociedade, especificamente no que tange aos aspectos processuais, habituando-os ao uso do texto constitucional como instrumento de trabalho e objeto de reflexão crítica

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

1. PROCESSO CONSTITUCIONAL.

- 1.1. Constituição e Processo.
- 1.2. Garantias Constitucionais Processuais.

2. AÇÕES CONSTITUCIONAIS.

- 2.1. Habeas Corpus.
- 2.2. Habeas Data.
- 2.3. Mandado de Segurança individual e coletivo.
- 2.4. Mandado de Injunção.
- 2.5. Ação Popular.
- 2.6. Ação Civil Pública.
- 2.7. As ações constitucionais na justiça eleitoral.**

UNIDADE II

3. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.

- 3.1. Noção, evolução, modalidades.
- 3.2. Controle difuso.
- 3.3. Controle concentrado genérico.
- 3.4. ADIN.
- 3.5. ADC.
- 3.6. ADPF.
- 3.7. Controle concentrado por omissão.
- 3.8. Reclamação.
- 3.9. Representação interventiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

NAVARRO COÊLHO, Sacha Calmon. **O Controle de Constitucionalidade das Leis e o Poder de Tributar na Constituição de 1988**. 4ª ed. Ed. Forense, 2016

OLIVEIRA, Erival da Silva. **Prática Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, Luís Roberto. **Temas de Direito Constitucional**. Tomo II. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

FISS, Owen. **Direito como Razão Pública - Processo, Jurisdição e Sociedade**. 2ª ed. Editora Juruá, 2017

NERY JÚNIOR, Nelson. **Constituição Federal Comentada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.



caelis

GRUPO EDUCACIONAL

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**
36ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.



FACULDADE

são

salvador

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TEORIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Noções Gerais de Direito Administrativo. Princípios Básicos da Administração Pública. Descentralização, desconcentração, privatização e publicização da atividade administrativa. Estrutura Administrativa: Administração Pública Direta e Indireta. Agências executivas. Atividade Administrativa. O Ato Jurídico Estatal. O Ato Administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Poderes Administrativos. Processo Administrativo. O Termo nas Relações Administrativas. Prescrição.

OBJETIVOS:

Geral:

Propiciar aos alunos contato com os grandes temas do Direito Administrativo brasileiro. Capacitação dos alunos para o trabalho autônomo com as fontes normativas. Demonstrar a perspectiva dos profissionais sobre os temas do direito administrativo brasileiro abordados no curso. Contato com as principais leis brasileiras de Direito Administrativo. Transmissão de conhecimentos da prática do Direito Administrativo. Apresentação dos debates atuais do Direito Administrativo.

Específicos:

Ao final do curso pretende-se que o aluno seja capaz de interpretar as normas de direito administrativo de modo sistemático com os demais ramos do ordenamento jurídico. Seja capaz de construir uma argumentação lógica e consistente diante de problemas jurídicos administrativos da realidade brasileira. Expressão oral. Análise crítica do real. Expressão escrita. Organização em trabalho em grupo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

Aulas expositivas com debates em torno de questões atuais, relacionando-os com os elementos teóricos apresentados.

RECURSOS DIDÁTICOS:

AValiaÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

PRINCÍPIOS BÁSICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 1- Princípios e Regras Jurídicas. Importância, relevância e densidade dos Princípios. Aplicabilidade na Administração Pública; 1.1- Princípios Constitucionais: Legalidade. Moralidade. Impessoalidade. Publicidade. Eficiência; 1.2-Princípios Normativos e sua sistematização na Lei de Processo administrativo federal: Razoabilidade. Proporcionalidade. Motivação. Segurança Jurídica. Ampla defesa e Contraditório. Finalidade e Interesse Público. Lei nº. 9.784 de 29.01.99- art. 2º e Parágrafo único.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL: 1 - A Reforma do Estado: 1.1 - Sistema de descentralização (Decreto Lei nº. 200/67 - art 10: interna: direção e execução; Externas: a) entre Entes; para a órbita privada. 1.2 -desconcentração: entre órgãos da mesma esfera estatal, 1.3 - Sistema de Privatização. O Terceiro Setor: OSs. OSIPS. Consórcios Públicos e PPPs. **1 - Administração Direta:** 1.1 - Estrutura Orgânica (Presidente da República e Ministérios), 1.2 - Estrutura de cargos, a) cargos: efetivo e comissionado, b) empregos:

vinculação pela CLT, 1.3 - Estrutura de pessoal; 3.4- Agentes públicos: a) agentes políticos (governamentais e legislativos), b) servidores administrativos (efetivos, comissionados, empregados e temporários), c) agentes políticos vitalícios (membros da magistratura, ministério público e ministros de tribunais de contas).

Administração Indireta: 2.1-Entes Públicos: a) **Autarquias:** comuns, especiais e executivas, b) **Fundações:** públicas e privadas instituídas pelo poder público; 2.2- **Entes Privados:** prestadores de serviço público e exploradores de atividade econômica; 2.3- Espécies: **Sociedade de Economia Mista e Empresas Públicas.**

UNIDADE II

PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 1 - Conceito e Características. 2. Poder vinculado e poder discricionário. 3. Poderes: Regulamentar, Hierárquico, Disciplinar e de Polícia. 4. Poderes e deveres do administrador público. 5. Súmulas correlatas.

ATO ADMINISTRATIVO: 1-Ato Administrativo e Ato Jurídico; 2- Conceito; 3- Elementos: Sujeito (competência). Finalidade. Forma. Motivo e Objeto- art.2º da lei nº 4.717/65-Ação Popular. Lei nº. 9.784/99; 4- Atributos: Legitimidade. Exigibilidade e Auto - Executoriedade; 5- Classificação; 6- Espécies; 7-Extinção: Natural (por termo). Excepcional. Nulidade (art.2º da lei nº 4.717/65) - Ação Popular; 8-Prescrição da ação administrativa: prescrição da ação disciplinar; prescrição da ação judicial. Prescrição ou decadência da nulidade dos atos administrativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 30ª ed. São Paulo: Editora. Atlas S.A, 2017.
JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO. **Manual de Direito Administrativo.** 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.
MEIRELES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 42ª ed, São Paulo: Malheiros, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAS, José. **Prática profissional de direito administrativo.** Salvador: Juspodivm, 2011
CARVALHO, Raquel Melo Urbano. **Curso de Direito Administrativo.** 2ª edição. Salvador: Edições Jus Podivm, 2009.
MARINELA, Fernanda; BOLZAN, Fabrício. **Leituras Complementares de Direito Administrativo.** 2ª edição. Salvador: Edições Jus Podivm, 2010.



caelis

GRUPO EDUCACIONAL

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 5ª ed. Ed. Método, 2017

SILVA, Lauri Romário. **Direito Administrativo v.1**. Educ, 2013



FACULDADE

são
salvador

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TUTORIA JURÍDICA V

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Os alunos deverão desenvolver atividades de pesquisa e desenvolvimento científico em uma área do conhecimento complementar à sua área de formação profissional principal, promovendo-se a interdisciplinariedade, com enfoque dentro da Área de Diversidade Sexual e de Gênero.

OBJETIVOS:

GERAL:

Promover a análise da contribuição trazida pelos diversos campos disciplinares em relação ao mundo jurídico e social, a partir de reflexões e práticas da construção da perspectiva interdisciplinar; abordar questões de identidade numa sociedade pluriétnica, multicultural e diversificada, asseverando-se o papel do direito na promoção de políticas de ações afirmativas.

ESPECÍFICOS:

Propiciar aos alunos o contato com as pesquisas interdisciplinares por meio de leitura e discussão dos estudos desenvolvidos e em desenvolvimento no programa. Avaliar o desempenho final do aluno a partir do produto intelectual (bibliográfico, técnico ou artístico/cultural) gerado durante o semestre, apresentado no decorrer da disciplina e através das avaliações de cada unidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiaÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

- Dimensões histórica, política, ideológica e tecnológica dos Movimentos Sociais: feminista e LGBTTIQ;
- Gênero / diversidade sexual: abordagens teóricas e conceituais;
- Gênero / diversidade sexual como categorias de análise social;
- Gênero / diversidade sexual nas políticas públicas;
- Retrato das desigualdades de gênero;
- Indicadores de saúde x indicadores de gênero;
- (Re) Organização dos serviços de saúde pautados no gênero / diversidade sexual;
- As questões de gênero / diversidade sexual na formação do profissional de direito;
- O direito e as questões de gênero / diversidade sexual;
- As pesquisas jurídicas e questões gênero / diversidade sexual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBUGIANI, Luiz Henrique Sormani. **Igualdade de Gênero. O Redimensionamento da Concepção da Igualdade Material no Âmbito Laboral.** 2ª ed. Lumem Juris, 2015.

CUNHA, Leandro Reinaldo da. **Identidade e Redesignação de Gênero.** 2ª ed. Lumem Juris, 2018

SANTOS, Marina França. **Imparcialidade e Diversidade de Gênero nos Tribunais.** Ed. Lumem Juris, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIAS, Maria Berenice. **Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo**. RT, 2017

FOCAULT, Michel. **História da Sexualidade - A Vontade de Saber - Vol.1**. 7ª ed. Paz e Terra, 2014.

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. **Transexualidade e Direitos Humanos**. O Reconhecimento da Identidade de Gênero Entre os Direitos da Personalidade. Ed. Juruá, 2014

MAUSS, Adriano e MOTTA, Marianna Martini. **Direito Previdenciário e a População LGBTI**. Ed. Juruá, 2018

MAZEO, Carla Costa da Silva. **Preconceito e Discriminação de Gênero**. Juruá Editora, 2015

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO APLICADO

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Licitação e Contrato Administrativo (Lei 8666/93): conceito, distinções, características, modalidades, formalização, execução e controles. Extinção. Convênios e Consórcios. Bens Públicos. Domínio Público. Tipologia. Afetação e desafetação. Regime Jurídico. Uso de bens públicos por particulares. Agentes Públicos. Cargos, empregos e funções. Regimes jurídicos aplicáveis. Servidores Públicos. Regime Disciplinar e Responsabilidades. Responsabilidade Civil do Estado: evolução histórica e regras constitucionais. Responsabilidade objetiva. Controle da Administração Pública. Controle interno. Controle parlamentar. Tribunal de Contas. Controle jurisdicional. Ações constitucionais de controle.

OBJETIVOS:

Geral:

Propiciar aos alunos contato com os grandes temas do Direito Administrativo brasileiro. Capacitação dos alunos para o trabalho autônomo com as fontes normativas. Demonstrar a perspectiva dos

profissionais sobre os temas do direito administrativo brasileiro abordados no curso. Contato com as principais leis brasileiras de Direito Administrativo. Transmissão de conhecimentos da prática do Direito Administrativo. Apresentação dos debates atuais do Direito Administrativo.

Específicos:

Ao final do curso pretende-se que o aluno seja capaz de interpretar as normas de direito administrativo de modo sistemático com os demais ramos do ordenamento jurídico. Seja capaz de construir uma argumentação lógica e consistente diante de problemas jurídicos administrativos da realidade brasileira. Expressão oral. Análise crítica do real. Expressão escrita. Organização em trabalho em grupo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

10 Regime Jurídico dos Serviços Públicos: concessões e permissões de serviço público

- ✓ Noções preliminares: conceito, legislação aplicável e regime jurídico.
- ✓ Formação do contrato de concessão e peculiaridades.
- ✓ O regime de remuneração dos delegatários.
- ✓ Posição jurídica do poder concedente e do concessionário.
- ✓ Posição jurídica dos usuários dos serviços públicos delegados sob concessão ou permissão.

2 Os Agentes Públicos

- ✓ Noções preliminares.
- ✓ Classificação: agentes políticos, servidores públicos, particulares em colaboração.
- ✓ Regime jurídico dos agentes públicos: regimes estatutário, celetista e especial (temporários).
- ✓ O tratamento constitucional dos agentes públicos.
- ✓ Direitos e deveres dos agentes públicos.
- ✓ As esferas de responsabilidade dos agentes públicos: administrativa, civil e penal.

3 Domínio Público

- ✓ Noções preliminares.
- ✓ Bens públicos: conceito, classificação e utilização.
- ✓ Aquisição e alienação de bens pela Administração Pública: imprescritibilidade e impenhorabilidade
- ✓ Regime jurídico dos bens públicos: bens de uso comum do povo e de uso especial.
- ✓ Bens dominicais, terras devolutas e desafetação.

4 Da licitação

- ✓ Conceito
- ✓ Objeto
- ✓ Princípios
- ✓ Dispensa e inexigibilidade de licitação
- ✓ Modalidades e procedimentos: Concorrência, tomada de preço, convite, leilão, concurso e pregão.

5 Dos contratos Administrativos

- ✓ Contratos de direito privado e contratos administrativo
- ✓ Conceito
- ✓ Sujeito e características dos contratos administrativas

- ✓ Espécies: Contratos de obra pública; contratos de serviços; contratos de fornecimento; contratos de concessão;
- ✓ Formalização, garantia, controle, fiscalização, penalidades contratuais e extinção dos contratos administrativos.
- ✓ Causas justificadoras de inexecução do contrato: Caso fortuito e força maior; Fato do Príncipe e Fato da Administração.

UNIDADE II

6 Limitação da propriedade Intervenção do Estado na propriedade: conceito, competência e fundamentos

- ✓ Modalidades: servidão requisição ocupação temporária limitação administrativa tombamento desapropiação (Conceito, natureza jurídica, fontes, objeto, competência, espécies, fases indenização, direito de extensão, retrocessão e confisco)

7A Responsabilidade Civil do Estado

- ✓ Noções preliminares.
- ✓ O tratamento constitucional da responsabilidade civil do Estado.
- ✓ Reponsabilidade civil do Estado por atos administrativos, legislativos e judiciais.
- ✓ Responsabilidade civil do Estado por ação e omissão.
- ✓ Dano e nexos de causalidade.
- ✓ Excludentes de responsabilidade civil do Estado.
- ✓ Caso fortuito, força maior e prescrição.

8 O Controle da Administração Pública

- ✓ Noções preliminares.
- ✓ Controle da Administração Pública: conceito e classificação.
- ✓ Controle administrativo, legislativo e jurisdicional.
- ✓ O controle pelo Tribunal de Contas.
- ✓ A Administração Pública em juízo: aspectos destacados.
- ✓ Controle da Administração Pública e ações constitucionais típicas: Mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data, ação popular, ação civil pública e ação direta de inconstitucionalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30^a ed. São Paulo: Editora. Atlas S.A, 2017.

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO. **Manual de Direito**

Administrativo. 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42ª ed,
São Paulo: Malheiros, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAS, José. **Prática profissional de direito administrativo**.

Salvador: Juspodivm, 2011

CARVALHO, Raquel Melo Urbano. **Curso de Direito**

Administrativo. 2ª edição. Salvador: Edições Jus Podivm, 2009.

MARINELA, Fernanda; BOLZAN, Fabrício. **Leituras**

Complementares de Direito Administrativo. 2ª edição. Salvador:
Edições Jus Podivm, 2010.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito**

Administrativo. 5ª ed. Ed. Método, 2017

SILVA, Lauri Romário. **Direito Administrativo v.1**. Educus, 2013



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO DA FAMÍLIA

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Direito de Família: noções, origem e evolução. A família e a sociedade. Especificidades das relações familiares, ou de afeto. A família na Constituição de 1988. Famílias monoparentais. Eixo matrimonial: casamento, habilitação, celebração, impedimentos, provas, nulidade e anulação, e efeitos. Regime de bens. Dissolução da sociedade conjugal e divórcio. Eixo concubinário: união estável, histórico e evolução, visão atual, regulamentação e legislação projetada. Eixo parental: parentesco, filiação legítima e ilegítima, reconhecimento de filhos, alimentos, adoção. Eixo assistencial: pátrio poder, tutela e curatela.

OBJETIVOS:

Geral:

Possibilitar ao acadêmico o conhecimento dogmático e a metadogmático sobre o fenômeno do Direito de Família, proporcionando as competências e habilidades necessárias à compreensão e utilização das disciplinas.

Específicos:

Capacitar o aluno para a lida prática com os institutos do Direito de Família, para a boa interpretação das várias situações vivenciais, a partir dos referenciais teóricos e principiológicos característicos desses ramos do Direito Civil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

- A família através dos tempos: do modelo tradicional à família plural. A eterna busca de novos horizontes.
- Família e casamento. Definição, natureza, caracteres jurídicos e finalidades do casamento.
- Casamento civil e religioso. A influência do Direito Canônico no Direito de Família. O casamento entre Igreja e Estado.
- Habilitação para o casamento. Impedimentos matrimoniais. Celebração e prova do casamento.
- Efeitos do casamento. Regimes de bens. Extinção do casamento. Casamento inexistente, irregular e putativo.
- Outras formas de família: união estável e concubinato. Uniões de pessoas do mesmo sexo. Famílias monoparentais.

UNIDADE II

- Parentesco: espécies e graus de parentesco. Bioética e tecnologia.
- Filiação: aspectos naturais e sócio-afetivos. Presunção de paternidade. Ações de estado. Adoção.
- Poder familiar: definição, conseqüências, cessação, suspensão e perda.

- A trilogia da proteção: tutela, curatela e guarda.
- Alimentos: solidariedade ou egoísmo? Os sujeitos e a prestação dos alimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASSETTARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil - Direito de Família - Vol. 5 - 12ª ed.** São Paulo: Forense, 2017

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil - Família e Sucessões - Vol. 5 - 17ª ed.** São Paulo: Editora Atlas, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA JUNIOR, Fernando Frederico **Direito Civil: Família e sucessões**. São Paulo: Manole, 2012

FERNANDES, Alexandre Cortez. **Direito Civil: Direito de Família**. EDUCS, 2015

MELLO, Gleyson de Moraes. **Direito Civil : Famílias**. São Paulo: Freitas Bastos, 2017

SANTOS, José Carlos Van Clef de Almeida. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil - Volume Único**. 7ª ed. São Paulo: Ed. Método, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Definição, autonomia, classificação e fontes. Direito Individual do Trabalho. Empregado e Empregador. Contrato de Trabalho. A estabilidade. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Normas gerais de tutela do trabalho: identificação profissional; duração do trabalho; jornada de trabalho; prorrogação da jornada; períodos de descanso; trabalho noturno; salário mínimo; férias; segurança e medicina do trabalho. Normas especiais de tutela do trabalho. Disposições especiais sobre a duração e condições de trabalho. Proteção do trabalho da mulher e do menor. Do contrato individual de trabalho: disposições gerais; salário e remuneração; alteração; suspensão e interrupção; aviso prévio; rescisão contratual, homologação, e estabilidade. A relação do emprego rural.

OBJETIVOS:

Geral:

Proporcionar ao aluno uma visão global do direito e legislação social, com vista à sua formação jurídico-social e à sua participação na sociedade e nas atividades empresariais.

Específicos:

Reconhecer a importância do estudo do direito do trabalho para o desenvolvimento do acadêmico em sua compreensão na aplicação junto a Justiça do Trabalho; Conceituar direito do trabalho modo a aplicar os conhecimentos em situações envolvendo as relações de emprego; Identificar os diversos tipos de empregados e empregadores, contratos, requisitos de caracterização do vínculo empregatício, direitos e deveres de ambos os sujeitos envolvidos nas relações de emprego.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0

- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

- **Teoria geral do Direito do Trabalho:**

Noções gerais de história, conceito, divisão, princípios, fontes e interpretação.

- **Direito Internacional do Trabalho**
- **Direito Individual do Trabalho**

Conceito e divisão, natureza jurídica da relação de trabalho, contrato de trabalho, sujeitos do contrato de trabalho, grupo de empresas, o Estado como empregador e as empresas de serviços temporário.

UNIDADE II

- **Remuneração**

Conceito, equiparação salarial, proteção de salários, política salarial, estabilidade, alteração do contrato de trabalho, transferência do empregado, aviso-prévio, estabilidade, indenização - FGTS, critérios de não discriminação no trabalho.

- **Direito Tutelar do Trabalho**

Identificação profissional, jornada de trabalho, repouso semanal remunerado, férias, trabalho da mulher e do adolescente, segurança e medicina do trabalho, fiscalização do trabalho, decadência e prescrição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAIRO JUNIOR, José. **Curso de direito do Trabalho**. Salvador: Juspodvm, 2017

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Curso De Direito Do Trabalho**. 4ª ed. SÃO PAULO: LTr, 2017.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 40ª ed. SÃO PAULO: LTr, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; NETO, Francisco Ferreira Jorge. **Direito do Trabalho**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2015

CLT Acadêmica, São Paulo: Saraiva. 2018;

COSTA Machado (org). **CLT interpretada**. São Paulo: Manole, 2015

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16ª ed. São Paulo: LTr, 2017.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho**. 9ª ed. Ed. Método, 2016

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PROCESSO DE EXECUÇÃO

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Teoria geral da execução. Cumprimento de sentença e processo de execução. Princípios. Partes. Competência. Responsabilidade patrimonial. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Execução provisória e definitiva. Liquidação. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Processo de execução de entrega de coisa. Execução de pagar quantia certa. Execuções especiais: Contra a Fazenda Pública e de prestação alimentícia. Suspensão e extinção do processo de execução. Defesa do executado. Embargos à execução. Impugnação. Exceção e objeção de pré-executividade. Ações prejudiciais à execução (defesa heterotópica). Embargos de terceiros.

OBJETIVOS:

Geral:

Possibilitar ao aluno a reflexão sobre a efetividade da justiça através de estudos metódicos, preparando-os para o exercício adequado como operador do direito. Propiciar o desenvolvimento do pensamento crítico, fornecendo-lhe informações teóricas, conjugadas às questões práticas, ocorrentes no dia a dia do foro judicial. Situar o ramo do processo civil dentro do ordenamento jurídico, definindo e estudando a sua estrutura, sua cientificidade e sua lógica. Fornecer subsídios necessários para que o aluno solucione as dificuldades que o direito processual civil apresenta.

Específicos:

Possibilitar o aluno a exercício do processo de execução na nova sistemática processual civil brasileira, desenvolvendo habilidades teóricas e práticas quanto à matéria.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

- ✓ As recentes reformas processuais;
- ✓ Títulos Executivos e seus princípios;
- ✓ Liquidação de Sentença; Processo de Execução e Cumprimento de Sentença;
- ✓ Execução definitiva e provisória;
- ✓ Responsabilidade patrimonial;
- ✓ Legitimidade e Competência na Execução;

UNIDADE II

- ✓ Modalidades de Execução;
- ✓ Defesas do Devedor, Expropriação de bens e pagamento do credor;
- ✓ Recursos;
- ✓ Coisa Julgada;
- ✓ Medidas de Urgência;
- ✓ Processo Cautelar; Poder Geral de Cautela;
- ✓ Cautelares nominadas e inominadas;
- ✓ Antecipação de Tutela;
- ✓ Tutelas de Urgência e da Evidência;
- ✓ Procedimentos e defesas;
- ✓ Tutelas diferenciadas;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual De Direito Processual Civil - Volume Único** - 18^a ed.. Ed. Saraiva 2017

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil, Volume V**, 7^a ed, Salvador: Podivm, 2017.

THEODORO JÚNIOR, **Humberto. Curso de Direito Processual Civil, Volume III**, 50^a Ed, Rio de Janeiro: Forense, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MELLO, Cleyson de Moraes; e ARAUJO, Luis Carlos de. **Curso Do Novo Processo Civil** 1^a Edição , Ed. Freitas Bastos, 2015

PIRES, Alex Sander Xavier et al. **Código de Processo Civil - Doutrina e Anotações**. 1^a ed. Ed. Freitas Bastos, 2015

PORTO, Sérgio Gilberto. **Processo Civil Contemporâneo - Elementos, Ideologia e Perspectivas**. 1^a ed. Salvador: JusPodivm, 2018

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. Vol. I, 28^a ed. São Paulo. Saraiva. 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**, Volume I, 56^a Ed, Rio de Janeiro: Forense, 2015

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO A PRÁTICA JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Introdução à prática jurídica e ao ambiente profissional. Procuração e contrato de honorários. Atendimento ao cliente. Apresentação do sistema jurídico constitucional e das funções das carreiras jurídicas. Estudo e topografia do exercício das atividades dos operadores do Direito: Advogado, Ministério Público e Magistratura. Estudo dos órgãos e instituições do ambiente jurídico.

OBJETIVOS

Geral:

Introduzir o aluno no ambiente jurídico profissional e no conhecimento das carreiras jurídicas.

Específicos:

Aprendizado e entendimento acerca das regras da OAB sobre estágio e atuação profissional ética; Consolidar na prática a formação teórica acerca das espécies materiais, processuais e procedimentais; Indicar e estimular pesquisa de estratégias e técnicas de redação de peças processuais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

Iª UNIDADE

- Introdução ao ambiente profissional: atendimento ao cliente.
- Realização de peças processuais em sala de aula: procuração e contrato de honorários.
- Jurisdição de primeiro grau e justiça de segundo grau.
- Os Tribunais, a jurisprudência construtora e as súmulas.

- Rotina judiciária: as funções dos atores no campo jurídico: Advogado (públicos e privados), Ministério Público e Magistratura.
- A decisão judicial e sua fundamentação – Juiz e Tribunal.
- A atuação dos atores jurídicos no processo: devido processo legal, contraditório e ampla defesa.
- Assistência de Palestras.
- Relatórios das atividades práticas extraclasse.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil - Volume Único** - 20ª Ed. 2019;
KFOURI JR, Anis. **Sucesso na Arte de Advogar - Dicas e Reflexões**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva: 2015;
SANTOS, Ernane Fidelis. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO JUNIOR, G. C. de. **Práticas no Processo Civil**. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.
BACELLAR, Roberto Portugal. **Administração judiciária com justiça**. Curitiba: Intersaberes, 2016
JUTAHY, Carlos. **Ministério Público: Legislação institucional**. São Paulo: Freitas, 2016
MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. **Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**. 14ª ed. Barueri-SP: Manole, 2015.
TORRES. Aline Cordeiro. **Primeiros passos de Advogado**. São Paulo: Rideel, 2013

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: REDAÇÃO FORENSE

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Estudo da organização estrutural do discurso jurídico argumentativo bem como dos recursos lógicos e retóricos, utilizados na sua produção, nas dimensões sintático, semântica, **redação jurídica**.

Utilização da linguagem oral, em nível formal, direcionada ao curso de Direito. Estudo, observação interpretação e prática da linguagem forense.

OBJETIVOS

Geral:

Desenvolver a capacidade linguística necessária para a interpretação e elaboração de textos jurídicos, bem como a reflexão acerca da utilização da língua portuguesa como meio de comunicação e expressão no exercício da atividade profissional.

Específicos:

Conhecer a linguagem jurídica; Compreender a importância da língua na comunicação cotidiana; Compreender a noção de texto para, a partir daí, fazer uso dos mecanismos linguísticos responsáveis pela textualidade de um discurso; Valorizar o domínio da palavra no Direito; Ler, redigir e interpretar textos jurídicos com desenvoltura; Desenvolver habilidades linguísticas específicas que qualifiquem os alunos ao exercício da profissão; Produzir textos com coesão e coerência.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0

- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

- ✓ Processo de Comunicação;
- ✓ Variedade linguística padrão: noções gramaticais;
- ✓ Conceito e estrutura de um texto; coesão e coerência textual; produção de textos jurídicos: procuração; petição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAMIÃO, Regina Toledo. **Curso de Português Jurídico.** São Paulo: Atlas, 2015

CHALITA, Gabriel. **A sedução no discurso: o poder da linguagem nos tribunais de juri.** São Paulo: Saraiva, 2007

XAVIER, Ronaldo Caldeira. **Português jurídico.** São Paulo: Forense, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Redação Forense.** São Paulo: Rideel, 2009

FILARDI, Luiz Antonio. **Dicionário de Expressões Latinas.** São Paulo: Atlas, 2ª edição, 2002

HENRIQUES, Antonio. **Prática da linguagem jurídica.** São Paulo: Atlas, 2008

KASPARY, Adalberto. **O verbo na linguagem jurídica.** São Paulo: Livraria do Advogado, 2000

PIMENTEL, Carlos. **Dicionário Prático de Oratória.** 2ª ed. Editora Impetus, 2004.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Organização sindical, sindicatos urbanos e rurais, conflitos coletivos de trabalho, direito a greve, formas de solução de conflitos, negociação coletiva do trabalho. Trabalho do Estrangeiro. Direito Administrativo do Trabalho. Direito Coletivo do Trabalho.

OBJETIVOS:

Geral:

Possibilitar que o aluno tome conhecimento do conceito, das finalidades e da importância do Direito do Trabalho.

Específicos:

Proporcionar ao estudante a possibilidade de entender todas as nuances que surgem do conflito capital e trabalho, materializado na relação entre empregado e empregador e na relação coletiva entre sindicatos e entre sindicato e empresas, permitindo a este que atue profissionalmente nesta área do direito.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

1. Direito Coletivo do Trabalho. Origem histórica dos sindicatos. Princípios do Direito Coletivo do Trabalho;
- 2 Liberdade Sindical;
- 3 Organização Sindical;
- 4 Representação dos Trabalhadores na Empresa;
- 5 Conflitos Coletivos de Trabalho;

UNIDADE II

- 6 Autonomia privada coletiva;
- 7 Negociação coletiva;
- 8 Contrato coletivo de trabalho;
- 9 Convenções e acordos coletivos de trabalho;
- 10 Greve.**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAIRO JUNIOR, José. **Curso de direito do Trabalho**. Salvador: Juspodvm, 2017

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Curso De Direito Do Trabalho**. 4ª ed. SÃO PAULO: LTr, 2017.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALMEIDA, André L.P. **Direito do Trabalho.** São Paulo: Rideel, 2014
- CLT Acadêmica,** São Paulo: Saraiva. 2018;
- CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; NETO, Francisco Ferreira Jorge. **Direito do Trabalho.** 8ªed. São Paulo: Atlas, 2015
- COSTA Machado (org). **CLT interpretada.** São Paulo: Manole, 2015
- GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho.** 9ª ed. Ed. Método, 2016

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO DAS SUCESSÕES

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Direito das Sucessões: conceito, fundamentos e evolução histórica. Sucessão em geral. Abertura da sucessão legítima e testamentária. Transmissão, aceitação e renúncia da herança. Herança jacente. Exclusão da sucessão. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Direito de representação. Sucessão testamentária ativa e passiva. Herdeiros necessários. Formas ordinárias e especiais de testamento. Disposições testamentárias e sua redução. Legados. Direito de acrescer entre os herdeiros e legatários. Substituição e fideicomisso. Deserdação. Testamenteiro. Partilha e inventário. Arrolamento.

OBJETIVOS:

Geral:

Possibilitar ao acadêmico o conhecimento dogmático e a metadogmático sobre o fenômeno do Direito das Sucessões, proporcionando as competências e habilidades necessárias à compreensão e utilização das disciplinas.

Específicos:

Capacitar o aluno para a lida prática com os institutos do Direito das Sucessões, para a boa interpretação das várias situações vivenciais, a partir dos referenciais teóricos e principiológicos característicos desses ramos do Direito Civil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

- ✓ Introdução ao Direito das Sucessões: conceitos preliminares; evolução histórica.
- ✓ Objeto, tempo e lugar da sucessão. Sistemática da transmissão hereditária.

- ✓ Devolução da herança: capacidade para suceder; aceitação, renúncia e cessão da herança.
- ✓ Sucessão legítima: ordem de vocação hereditária; sucessão da Administração Pública; exclusão de herdeiro indigno.
- ✓ Teoria geral da sucessão testamentária: evolução histórica; capacidade para testar e adquirir por testamento; testemunhas testamentárias; conteúdo do testamento; interpretação dos testamentos; herdeiros necessários e herança legítima; substituições testamentárias; legados; deserdação.

UNIDADE II

- ✓ Formas de testamento: testamentos ordinários e extraordinários; codicilos.
- ✓ Execução dos testamentos: testamenteiro; direito de acrescer; revogação; caducidade; redução das liberalidades; anulação dos testamentos; testamento inexistente.
- ✓ Liquidação e partilha da herança: processo de inventário e de partilha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, vol. V, 24ª ed, 2016
TARTUCE, Flávio. **Direito Civil - Direito de Família - Vol. 5** - 12ª ed. São Paulo: Forense, 2017
VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil - Família e Sucessões - Vol. 5** - 17ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA JUNIOR, Fernando Frederico **Direito Civil: Família e sucessões**. São Paulo: Manole, 2012
CASSETTARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017.
FERNANDES, Alexandre Cortez. **Direito Civil: Direito de Família**. EDUCS, 2015
SANTOS, José Carlos Van Clef de Almeida. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011
TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil - Volume Único**. 7ª ed. São Paulo: Ed. Método, 2017

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Direito Internacional Público: Conceito, Fundamentação, Importância, Histórico. Personalidade Internacional. Fontes do Direito Internacional Público. Relações entre o Direito Internacional Público e Direito Interno. Tratados Internacionais. Sujeitos de Direito Internacional Público. Direitos Fundamentais dos Estados. Território do Estado. Órgãos do Estado nas Relações Internacionais. Meios de Solução dos Litígios Internacionais. Responsabilidade Internacional dos Estados. Organizações Internacionais: União Européia e Mercosul. Proteção Internacional dos Direitos Humanos, do Meio Ambiente e da Pessoa Humana. O Direito Humanitário. Apreciação de relações em contato com mais de uma ordem jurídica ao mesmo tempo, chamadas de fatos mistos ou multinacionais, geradoras dos “Conflitos de Leis nos Espaços”.

OBJETIVOS:

Geral:

Familiarizar o estudante com os conceitos fundamentais da sociedade internacional.

Específicos:

Compreender a importância do estudo de uma teoria das relações internacionais, bem como os institutos fundamentais que estruturam a sociedade internacional pós-moderna.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO: UNIDADE I

A - Introdução:

I - Preliminares:

- Iniciação bibliográfica;
- Prolegômenos: Sociedade e Comunidade Internacional;
- Especificidade;
- Denominação e Definição. II - Perspectiva Histórica:
- Observações prévias;
- A idade Antiga;
- O surgimento da Disciplina Autônoma;
- Do Congresso de Wesphalia aos Tratados de Viena (1648-1815);
- Do Congresso de Viena à Primeira Guerra Mundial (1815-1918);
- O período entre as duas Guerras Mundiais (1919-1939);
- Durante a Segunda Guerra Mundial;
- Depois da Segunda Guerra Mundial. III - Sujeitos, Classificação e Fundamento:
- Classificação de Direito Internacional Público;
- Sujeitos de Direito Internacional Público;
- Fundamento de Direito Internacional Público. B - Elaboração do Direito Internacional Público: I - Atos Jurídicos e Fontes:
- O comportamento dos Estados;
- Atos Jurídicos Internacionais;

- Fontes do Direito Internacional Público;
- Atos Jurídicos Estatais Unilaterais.

II - Tratados Internacionais:

- Preliminares;
- Classificação;
- Processo de conclusão;
- Condições de validade;
- Entrada e, vigor, efeitos, revisão e término;
- Reserva;
- Interpretação.

III - Demais Fontes:

- Costume Internacional;
- Princípios gerais de Direito;
- Fontes subsidiárias: decisões judiciais e doutrinas;
- Fonte complementar: equidade;
- Fonte derivada: atos emanados de organizações internacionais.

IV - Codificação:

- Codificação do Direito Internacional. V - Direito Interno e Direito Internacional:
- Relações entre Direito Interno e Direito Internacional;
- Conflitos entre Tratados Internacionais e Leis Ordinárias;
- Conflitos entre Tratados Internacionais e Leis Constitucionais;
- Sanções sobre Conflito.

UNIDADE II

- Direito Internacional Penal
- A solução judiciária de controvérsias entre Estados
- Tribunais permanentes de competência geral e jurisdição mundial: a Corte Permanente de Justiça Internacional e a Corte Internacional de Justiça. Composição, competência, jurisdição, relacionamentos com a ONU;
- A proteção dos direitos humanos;
- A globalização e a proteção internacional do meio ambiente;
- A regulamentação das relações econômicas internacionais;
- Conceito de Direito Internacional Privado;
- Sistemas doutrinários e evolução histórica;
- Normas jusprivatistas Internacionais;
- Os elementos de conexão;
- Aplicação do direito estrangeiro pelo juiz;
- Atos e negócios jurídicos;
- Conflito de leis em matéria de obrigações;
- Conflito de leis em matéria de sucessões;
- A pessoa jurídica.
- Homologação de Sentença Estrangeira

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANNONI, Danielle. **Direito Humanos & Acesso à Justiça no Direito Internacional**. Curitiba: Juruá, 2017.

OLIVEIRA, Hilário. **Direito e negócios internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2017

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito internacional público e privado**. São Paulo: Juspodivm, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL JUNIOR, Alberto. **Direito internacional e desenvolvimento**. São Paulo: Manole, 2015

GOMES, Eduardo Bianchi. **Introdução aos estudos de Direito Internacional**. Curitiba: Intersaberes, 2016

SALIBA, Aziz Tuffi. **Legislação de Direito Internacional**. São Paulo: Rideel, 2015

SEITENFUS, Ricardo. **Relações internacionais**. São Paulo: Manole, 2013

VENTURA, Luis Henrique. **Contratos internacionais empresariais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PROCEDIMENTO ESPECIAL

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Teoria geral dos procedimentos especiais. Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações possessórias. Ação de divisão e demarcação de terras. Ação de dissolução parcial de sociedade. Ação de inventário e partilha. Embargos de terceiro. Oposição. Ação de habilitação. Ações de família. Ação monitória. Homologação de penhor legal. Ação de regulação de avaria grossa. Ação de restauração de autos. Procedimentos de jurisdição voluntária. Protesto, notificação e interpelação judicial. Alienação judicial. Divórcio, separação e extinção de união estável consensuais. Ação de interdição. Mandado de Segurança individual e coletivo. Ação popular e ação civil pública e ação de desapropriação. Juizados especiais cíveis e federais.

OBJETIVOS:

Geral:

Dar a compreender a importância e utilidade prática do Livro IV do Código de Processo Civil brasileiro, habilitando o estudante para o domínio de procedimentos processuais das lides de natureza civil.

Específicos:

Aprendizado e entendimento acerca da especialidade dos procedimentos previstos num livro à parte no Código de Processo Civil; Razões pelas quais os procedimentos especiais não se inserem entre os demais departamentos da lei processual; Consolidar a formação teórica acerca das espécies processuais e procedimentais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

1. Jurisdição 1.1. História e Estrutura. 1.2. Limitações do Judiciário.
 - 1.2.1. Procedimentos de Jurisdição Contenciosa e Voluntária. 1.3 Sistema de aplicação das normas. 1.4 Características.
2. Evolução das Ações de Procedimento Especial no Processo Civil
 - 2.1. A evolução e eficácias das ações. 2.2. O Processo Civil Contemporâneo.

UNIDADE II

3. As Ações de Procedimento Especial frente à Constituição Federal de 1988 e ao Código de processo Civil atual
 - 3.1. Da urgência e relevância. 3.2. Eficácia. 3.3. Os Procedimentos. 3.4. Tipos. 3.5. Fases. 3.6. Prazos. 3.7. Sentença. 3.8. Coisa Julgada. 3.9. Aplicação de Súmulas.
4. Legitimidade de Partes
 - 4.1. Conceito de parte ordinária e extraordinária. 4.2. Titularidade. 4.3. Procedimentos especiais.
 - 4.3.1. Ações possessórias. 4.3.2. Ação de prestação de contas. 4.3.3. Ação monitória. 4.3.4. Nunciação de obra nova. 4.3.5. Ação de Despejo. 4.3.6. Ação Renovatória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil, Volume III**, 15ª ed, Salvador: Podivm, 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novo Curso de Processo Civil. Vol. 3**. São Paulo: RT, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, Volume III**, 51ª Ed, Rio de Janeiro: Forense, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO JUNIOR, G. C. de. **Práticas no Processo Civil**. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MACHADO, Costa. **Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**. 14ª ed. Barueri-SP: Manole, 2015.

Novo Código de Processo Civil. 3ª ed. Editoria Jurídica da Editora Manole, 2017

VENERAL, Débora Cristina (Org.),SOUZA, Marcos da Cunha e
BUKOWSKI, Milena Cristian,SMANIOTTO, Melissa Andrea.

**Procedimentos especiais, Processo de execução e
cumprimento de sentença e Procedimentos extrajudiciais.**1^a
ed, Intersaberes, 2014

VENERAL, Débora Cristina (Org.),CASTELLI, Rodrigo,SILVA, Marco
Antonio Monteiro da,CORAT, Claudia Renata Sanson.

Recursos ,Tutelas de urgência e Processo coletivo. 1^a ed,
Intersaberes, 2014

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL I

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Processo penal: aspectos gerais. Histórico do Direito processual penal. A Constituição e os princípios orientadores do processo penal democrático. Persecução penal. Inquérito policial. Processo e procedimento. Sujeitos processuais. Relação jurídica processual. Ação penal: pública incondicionada; pública condicionada e penal privada. A ação penal e sua natureza jurídica. Condições da ação penal e condições de procedibilidade. Elementos da ação penal. Ação penal pública, privada e privada subsidiária. Da jurisdição penal. Competência.

OBJETIVOS:

Geral:

Compreender os atos que devem ser realizados durante o tramitar da ação penal, demonstrando que esse rito processual está sempre previsto em lei de modo que as partes não podem escolher um procedimento que lhes seja eventualmente mais benéfico, já que é matéria de ordem pública. Tampouco o juiz pode suprimir ou alterar alguma parte de procedimento, sob pena de nulidade.

Específicos:

Fomentar a produção científica na graduação do curso de Direito em Processo Penal; Formar concepção crítica entre o processo penal e as relações sociais; Identificar técnicas para elaboração de documento acadêmico; Estabelecer relações entre vários ramos do conhecimento; Trabalhar problemas propostos, com a integração das disciplinas referentes ao semestre em estudo; Iniciar o graduando no Direito Penal, preparando-o para elaborar textos acadêmicos, além de melhor instrumentá-lo para a realização de pesquisas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

1. Prova, objeto da prova, ônus da prova, sistema de apreciação da prova, prova emprestada, liberdade da prova;
2. Meios de prova, perícia, interrogatório, confissão, declaração do ofendido, testemunha, reconhecimento de coisas e pessoas, acareação, documentos, indícios;
3. Prisão, disposições gerais, formas de prisão, prisão especial, prisão nas eleições;
4. Prisão em flagrante;
5. Prisão preventiva;
6. Prisão temporária;

UNIDADE II

7. Liberdade provisória, hipóteses que o acusado se livra solto, liberdade provisória com e sem fiança;

8. Procedimento comum, ordinário, sumário, sumaríssimo e especial, tribunal do júri, crimes funcionais, crimes praticados com violência doméstica contra mulher;
9. Nulidades processuais
10. Espécies de nulidades, absoluta, relativa e irregularidade;
11. Princípios informadores do sistema das nulidades, da instrumentalidade das formas, do prejuízo, da causalidade, da conservação dos atos processuais, do interesse, da convalidação;
12. Nulidades em espécie.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.
- TAVORA, Nestor. **Curso de direito processual penal**. 12ª ed. Salvador: Juspodivm, 2017
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 17ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GARCIA, Flávio Cardinelle Oliveira. **Noções de Direito Processual Penal**. Curitiba: Intersaberes, 2016
- MACHADO, Antônio Alberto. **Teoria geral do Processo Penal**. 6ed, São Paulo: Atlas, 2014
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo penal**. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2006
- MOSSINI, Heráclito Antônio. **Comentários ao Código de Processo Penal: à luz da doutrina e da jurisprudência, doutrina comparada**. Ed. Manole, 2013
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 21ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Estágio Supervisionado. Prática Jurídica. Direito Civil. Elaboração de peças prático-profissionais. Atendimento às partes e orientação jurídica, sob a supervisão do professor/orientador do NPJ. Visitas ao Fórum para assistir a audiências. Pesquisas de jurisprudência.

OBJETIVOS:

Geral:

Favorecer a formação prática do aluno, introduzindo-o na prática forense real, traduzindo o dia-adia do advogado militante, auxiliando na redação das peças jurídicas em todas as fases do processo.

Específicos:

Orientar os estagiários na elaboração e aprimoramento de peças jurídicas necessárias ao exercício profissional na área Cível, em todas as esferas institucionais. Proporcionar uma compreensão dinâmica e crítica das principais atividades jurídicas cíveis, bem como, sua relação com as demais áreas do Direito. Estimular o pensamento crítico e autônomo para a interpretação e aplicação da legislação Cível, considerando o contexto social vigente, bem como as orientações doutrinárias e jurisprudenciais. Habilitar o aluno estagiário para a para o exercício jurídico-cível.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: comparecimento em audiências judiciais reais. Elaboração de peças processuais. Atendimento às partes no NPJ sob a supervisão de professor/orientador. Participação em situações reais da vida forense.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I UNIDADE

- Relatórios de Audiências - 6,0

- Atividades realizadas no NPJ (Orientação jurídica, agendamento e atendimento às partes, acompanhamento processual cível)- 2,0
- Elaboração de peças jurídicas (ações cíveis) - 2,0

II UNIDADE

- Relatórios de Audiências - 6,0
- Atividades realizadas no NPJ (Orientação jurídica, agendamento e atendimento às partes, acompanhamento processual cível)- 2,0
- Elaboração de peças jurídicas (ações cíveis) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADES I e II:

- Estágio curricular supervisionado em Direito Civil.
- Orientação jurídica, agendamento e atendimento às partes, além de acompanhamento processual cível.
- Relatórios de audiências na Justiça Comum Estadual de 1º e 2º graus, Justiça Federal, Juizados Especiais Estaduais e Federais Cíveis, além de outros órgãos judiciais, tudo sob a supervisão do professor/orientador do NPJ.
- Elaboração de peças jurídicas (ações cíveis): petição inicial, contestação, reconvenção, exceção, recurso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO JUNIOR, G. C. de. **Práticas no Processo Civil**. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil, Vol I** Salvador: Podivm, 2017.

SANTOS, Ernane Fidelis dos. **Manual de Direito Processual Civil**. Vol. I. 16ª ed. São Paulo. Saraiva. 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALCÂNTARA, Silvano Alves; VENERAL, Débora Cristina (Org.); ARAÚJO, Jailson de Souza; DUMAS, Márcio Nicolau. **Juizados**

especiais Processo do conhecimento e Processo eletrônico, Ed. Intersaberes, 2014

BOTELHO, André. **Como iniciar na Advocacia - Primeiros Passos - Teoria e Prática**. 3ª Ed. 2016. Editora Edipro.

MITIDIERO, Daniel. **Colaboração no Processo Civil - Pressupostos sociais, lógicos e éticos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

VENERAL, Débora Cristina (Org.), SOUZA, Marcos da Cunha e, BUKOWSKI, Milena Cristian, SMANIOTTO, Melissa Andréa. **Procedimentos especiais, Processo de execução e cumprimento de sentença e Procedimentos extrajudiciais**. 1ª ed, Intersaberes, 2014

VENERAL, Débora Cristina (Org.), CASTELLI, Rodrigo, SILVA, Marco Antonio Monteiro da, CORAT, Claudia Renata Sanson. **Recursos ,Tutelas de urgência e Processo coletivo**. 1ª ed, Intersaberes, 2014

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA – DIREITO CIVIL

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

As atividades simuladas na área Cível constituem-se de estudo e discussão de casos e de processos judiciais reais; simulação de audiências; elaboração de peças processuais; visitação técnica a instituições da área jurídica de operacionalidade no âmbito Cível; trabalhos simulados de prática jurídica Cível sob orientação de professor. Conhecimento sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, na área específica.

OBJETIVOS:

Geral:

Inspirar no corpo discente o interesse e revelar a importância prática do quanto adquirido de conhecimento teórico em sala de aula. Indicar e estimular pesquisa de estratégias e técnicas de redação de peças processuais.

Específicos:

Orientar quanto a elaboração e ao aprimoramento de peças jurídicas necessárias ao exercício profissional na área Cível, em todas as esferas institucionais. Proporcionar uma compreensão dinâmica e crítica das principais atividades jurídicas cíveis, bem como sua relação com as demais áreas do Direito. Estimular o pensamento crítico e autônomo para a interpretação e aplicação da legislação Cível, considerando o contexto social vigente, bem como as orientações doutrinárias e jurisprudenciais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

- Estudo dirigido à reflexão do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, Lei 8.906/94, e o papel do Advogado dentro do contexto jurídico e social;

- Elaboração de procurações por instrumento particular bem como de contratos de honorários advocatícios;

- Elaboração de substabelecimentos com ou sem reserva de poderes, renúncia e revogação de mandato;

- Elaboração de petição inicial, partes constitutivas da redação Jurídica e seus elementos (Relatório, Discussão e Conclusão);

UNIDADE II

- Elaboração de petição inicial sugerindo o tema: alimentos (Ação de Alimentos / Ação Revisional de Alimentos / Ação de Execução de Alimentos);

- Elaboração de petição inicial sugerindo o tema: Investigação de

paternidade (Ação de Investigação de Paternidade cumulada com Alimento);

- Elaboração de petição inicial para dissolução de sociedade conjugal;
- Elaboração de petição inicial sugerindo o tema: indenização por danos materiais e morais, com aplicação de diversos casos hipotéticos;
- Da Resposta do Réu - Contestação / Reconvenção e Exceção;
- Elaboração de Contestação sugerindo como tema diversos casos hipotéticos conforme legislação pátria, respeitando a terminologia adequada;
- Apresentação de Casos hipotéticos para formulação e simulação de processos com distribuição de temas entre grupos para realização de todos os atos processuais que envolvam desde o protocolo da inicial com a produção das provas que julgarem necessárias, autuação do processo, despacho da inicial, citação e defesa do réu, audiências simuladas até a sentença e recurso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO JUNIOR, G. C. de. **Práticas no Processo Civil**. 23^a ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil, Vol I** Salvador: Podivm, 2017.

SANTOS, Ernane Fidelis dos. **Manual de Direito Processual Civil**. Vol. I. 16^a ed. São Paulo. Saraiva. 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALCÂNTARA, Silvano Alves; VENERAL, Débora Cristina (Org.); ARAÚJO, Jailson de Souza; DUMAS, Márcio Nicolau. **Juizados especiais Processo do conhecimento e Processo eletrônico**. Ed. Intersaberes, 2014

BOTELHO, André. **Como iniciar na Advocacia - Primeiros Passos - Teoria e Prática**. 3^a Ed. 2016. Editora Edipro.

MITIDIERO, Daniel. **Colaboração no Processo Civil - Pressupostos sociais, lógicos e éticos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

VENERAL, Débora Cristina (Org.), SOUZA, Marcos da Cunha e, BUKOWSKI, Milena Cristian, SMANIOTTO, Melissa Andréa.

Procedimentos especiais, Processo de execução e cumprimento de sentença e Procedimentos extrajudiciais. 1ª ed, Intersaberes, 2014

VENERAL, Débora Cristina (Org.),CASTELLI, Rodrigo,SILVA, Marco Antonio Monteiro da,CORAT, Claudia Renata Sanson.
Recursos ,Tutelas de urgência e Processo coletivo. 1ª ed, Intersaberes, 2014

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Conceito, fontes, objeto do Direito Empresarial. O Empresarial e o estabelecimento comercial. Títulos de créditos.

OBJETIVOS:

Geral:

Instruir e capacitar o aluno no conhecimento da matéria empresarial, assim como orientá-lo no campo prático de acordo com a jurisprudência, mostrando o caminho para a compreensão da empresa e suas relações internas e externas. Introduzir noções de títulos de crédito.

Específicos:

Capacitar o aluno a entender as noções fundamentais do direito empresarial e da teoria geral dos títulos de crédito.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0

- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)
2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

I - Noção e Fontes

- ✓ Aspectos históricos. Evolução.
- ✓ Conceitos. Direito Comercial e Direito Econômico.
- ✓ Autonomia.
- ✓ Fontes. Leis comerciais. Usos e costumes.
- ✓ Características.

II -Atos de Comércio

- ✓ Aspectos gerais e teóricos.
- ✓ Teoria de Alfredo Rocco.
- ✓ Sistemas.
- ✓ Elementos contidos no direito brasileiro.

III - Do Empresário

- ✓ Empresário comercial.
- ✓ Conceitos e aspectos definidores.
- ✓ Espécies.
- ✓ Capacidade para comerciar.
- ✓ Condições para o exercício da atividade comercial.
- ✓ Capacidade.
- ✓ Mulher.
- ✓ Incapacidade.
- ✓ Menor comerciante.
- ✓ Autorização.
- ✓ Suprimento.
- ✓ Menor como sócio de sociedade comercial.
- ✓ Interdito.
- ✓ Funcionários públicos.
- ✓ Incompatibilidades.
- ✓ Proibição.
- ✓ Falido.

IV - A Empresa

- ✓ Noção.
- ✓ Conceitos.
- ✓ Abstração.
- ✓ Distinções: sociedade.
- ✓ Microempresa - Empresa de pequeno porte.

V - Obrigações Profissionais do Comerciante

- ✓ Registro das contas.
- ✓ Contabilidade.
- ✓ Auditoria Contábil. Independente,
- ✓ Livros Comerciais.
- ✓ Sistemas.
- ✓ Valor probante dos livros comerciais.
- ✓ Exibição dos livros comerciais - em juízo. Recusa de exibição judicial.
- ✓ Sigilo dos livros comerciais.
- ✓ Conservação escrituração comercial - prescrição.

UNIDADE II

VI - Identificação da empresa

- ✓ Conceito.
- ✓ Natureza jurídica.
- ✓ Espécies.
- ✓ Sistemas.
- ✓ Exclusividade e alienabilidade.

VII - Fundo de Comércio e Registro de Comércio

- ✓ Aviamento.
- ✓ Clientela: Conceito. Desvio de clientela
- ✓ Concorrência desleal. Convenções de não concorrência.
Cláusula de não restabelecimento.
- ✓ Convenções lícitas.
- ✓ Cláusulas restritivas.
- ✓ Juntas Comerciais: atribuições.
- ✓ Registro público - matrícula - arquivamento.
- ✓ Proteção.

VIII - Títulos de Crédito

- ✓ Conceito.
- ✓ Autonomia.

- ✓ Abstração e Formalismo.
- ✓ Inoponibilidade das exceções. Circulação.
- ✓ Espécies:
- ✓ Títulos nominativos.
- ✓ Títulos à ordem.
- ✓ Títulos ao portador.
- ✓ Títulos não à ordem.
- ✓ Títulos de crédito próprios.
- ✓ Títulos de crédito impróprios.
- ✓ Títulos de legitimação.
- ✓ Títulos de Participação.
- ✓ Títulos abstratos e causais.

IX - Espécies de Títulos de Crédito

- ✓ Letra de Câmbio
- ✓ Histórico.
- ✓ Conceito.
- ✓ Lei nº 2.044 de 1908.
- ✓ Lei Uniforme.
- ✓ Reservas à Lei Uniforme.
- ✓ Natureza jurídica da Letra de Câmbio.
- ✓ Emissão. Criação. Formalismo - Rigor Cambiário.
- ✓ Requisitos.
- ✓ Modalidades.
- ✓ Circulação.
- ✓ Endosso - espécies: em preto; em branco; cadeia de endossos; transferência; responsabilidade.
- ✓ Endosso-mandato. Endosso parcial. Endosso "sem garantia". Aceite.
- ✓ Recusa total ou parcial.
- ✓ Aval
- ✓ Conceito.
- ✓ Requisitos.

Vencimento

- ✓ Modalidades: à vista; dia certo; certo termo da data; certo termo da vista.
- ✓ Efeitos.
- ✓ Ação regressiva.

Pagamento

- ✓ Tempo da apresentação.

- ✓ Lugar do pagamento.
- ✓ Pagamento por intervenção.
- ✓ Efeitos.
- ✓ Moeda do pagamento. Falta de pagamento.
- ✓ Recusa do pagamento.
- ✓ Ressaque.

Protesto

- ✓ Modalidades.
- ✓ Efeitos.
- ✓ Cláusula "sem protesto".
- ✓ Tempo e lugar.
- ✓ Sustação do Protesto. Anulação - Cancelamento.

Duplicatas

- ✓ Lei nº. 5.474, de 1968.
- ✓ Emissão.
- ✓ Requisitos.
- ✓ Aceite.
- ✓ Retenção.
- ✓ Garantias.
- ✓ Protesto - por indicação.
- ✓ Triplicata.
- ✓ Escrita especial.

Nota Promissória

- ✓ Conceito.
- ✓ Requisitos.

Cheque

- ✓ Conceito.
- ✓ Noções - Direito uniforme.
- ✓ Natureza jurídica.
- ✓ Uso no Brasil.
- ✓ Criação - emissão.
- ✓ Requisitos.
- ✓ Endosso.
- ✓ Apresentação.
- ✓ Pagamento à vista.
- ✓ Cheque marcado.

- ✓ Cheque visado.
- ✓ Moeda do pagamento.
- ✓ Cheque cruzado.
- ✓ "Travellerschecks".
- ✓ Cheques bancários. Administrativo. De caixa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BASTOS, Pedro Paulo Roberto. **Curso de Direito Empresarial.** São Paulo: RT, 2014
- COELHO, FÁBIO ULHOA. **Novo Manual de Direito Comercial.** 29ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.
- FORGIONI, Paula. **A evolução do Direito Comercial.** São Paulo: RT, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALCÂNTARA, Silvadno Alves. **Direito Empresarial e Direito do Consumidor.** Ed. Intersaberes, 2017
- FINKELSTEIN, Maria Eugenia. **Direito empresarial.** São Paulo: RT, 2015
- MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial.** 39ª ed. Ed. Forense, 2016
- REQUIÃO. Rubens. **Curso de Direito Comercial. V. 1.** 34ª ed São Paulo: Saraiva, 2015.
- NOBREGA, Camile Silva. **Direito Empresarial e Societário.** Curitiba: Intersaberes, 2016

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL – RESPONSABILIDADE CIVIL

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA: Estrutura e funções da responsabilidade civil. Responsabilidade extracontratual subjetiva. Dano patrimonial e dano moral. Responsabilidade extracontratual objetiva. Excludentes de responsabilidade civil. Responsabilidade Contratual.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL: Identificar e aplicar a teoria da responsabilidade civil, extracontratual e contratual, bem como analisar os direitos decorrentes de dano.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Estudar a responsabilidade civil na legislação brasileira;
2. Estudar a Responsabilidade Civil à luz do CDC;
3. Estudar os aspectos processuais na ação indenizatória e a sua cumulação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

Responsabilidade.

- 1.1 Conceito.
- 1.2. Ato ilícito em sentido estrito e amplo.
- 1.3 Espécies de responsabilidade.
- 1.4. Pressupostos.

Responsabilidade Extracontratual Subjetiva

- 2.1. Conduta comissiva e omissiva.
- 2.2. Imputabilidade.
- 2.3. A culpa lato sensu.
- 2.4. Elementos e espécies.
- 2.5. Nexo causal: Teorias
- 2.6 A teoria acolhida pelo nosso Direito Civil;
- 2.7 Causalidade da omissão;
- 2.8 Concausa;
- 2.9 Exclusão do nexo causal;
- 2.10 Fato exclusivo da vítima;
- 2.11 Fato de terceiro;
- 2.12 Caso fortuito e força maior.

- 2.13 Dano;
- 2.14 Conceito;
- 2.15 Patrimonial (dano emergente e lucro cessante);
- 2.16 Moral (evolução doutrinária, posicionamento atual, configuração, prova, arbitramento) ;
- 2.17 Legitimação para pleitear o dano moral;
- 2.18 Dano moral e pessoa jurídica;
- 2.19 Transmissibilidade;
- 2.20 Liberdade de informação e inviolabilidade da vida privada;
- 2.21 Estético;
- 2.22 À imagem;
- 2.23 À imagem da pessoa falecida e reflexo;
- 2.24 Liquidação do dano;
- 2.25 Verbas indenizáveis.

UNIDADE II

Responsabilidade Civil Objetiva.

- 3.1. Evolução Histórica.
 - 3.2. Teoria do risco.
 - 3.3. Responsabilidade Objetiva no Código Civil de 2002.
 - 3.4. Abuso do Direito (art. 187, CC).
 - 3.5. Responsabilidade pelo desempenho de atividade de risco (art. 927, parágrafo único).
 - 3.6. Responsabilidade por dano causado por produto (art. 931, CC).
- ### Responsabilidade por Fato de Outrem e pelo fato das coisas
- 4.1. Responsabilidade direta e indireta.
 - 4.2. Responsabilidade do pai por atos dos filhos menores: dos tutores e curadores e dos incapazes (art. 928, CC)
 - 4.3. Responsabilidade do empregador ou comitente.
 - 4.4. Teoria de guarda:
 - 4.5. Furto ou roubo de veículo;
 - 4.6. Fatos de animais;
 - 4.7. Ruína de edifício e coisas caídas do prédio.

Responsabilidade da Administração Pública.

- 5.1. Evolução histórica:
- 5.2. A responsabilidade objetiva do Estado no Direito Brasileiro;
- 5.3. O § 6º do art. 37 da CF/88;
- 5.4. Danos por omissão do Estado e decorrentes de Obras Públicas.
- 5.5. Responsabilidade subjetiva do Estado:
- 5.6. Culpa anônima

- 5.7 Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de atos judiciais e atos legislativos.
- 5.8 Responsabilidade dos Prestadores de Serviço Público
- Responsabilidade civil nas relações de consumo.
- 6.1. Princípios da Responsabilidade do Fornecedor pelo fato do produto e fato do serviço.
- 6.2. Solidariedade.
- 6.3. Responsabilidade subsidiária do Comerciante.
- 6.4. Excludentes de responsabilidade.
- 6.5. Risco do desenvolvimento.
- 6.6. Responsabilidade Civil nas relações de consumo.
- 6.7. Responsabilidade por vício do produto e vício do serviço.
- 6.8. Decadência e prescrição.
- Responsabilidade Contratual e Pré-contratual.
- 7.1. Pressupostos.
- 7.2. Inadimplemento e Mora.
- 7.3. Juros de mora. Cláusula penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**, 12ª Ed., São Paulo, Atlas, 2015.
- GAGLIANO e PAMPLONA FILHO. **Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil. v.3.** 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- TARTUCE, Flávio. **Direito Civil 2 - Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil.** São Paulo: Método, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BEZERRA DE MELO, Marco Aurélio. **Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil - Volume 4.** 1ª ed. Ed. Atlas, 2015
- NERY JÚNIOR, Nelson. **Código Civil Comentado.** 12ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.
- RIZZARDO, Arnaldo. **Responsabilidade Civil.** 7ª ed. São Paulo:Forense, 2015
- SCHREIBER, Anderson. **Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil: da erosão dos filtros de reparação à diluição dos danos.** 6ª ed. Editora Atlas, 2015.
- STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil.** 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Direito Processual do Trabalho: conceito, histórico, características, princípios - Justiça do Trabalho: Organização e Competência. Atuais questões quanto à competência da Justiça do Trabalho: dano moral, acidente do trabalho, reparação de danos materiais.

OBJETIVO GERAL:

Compreender e apreender e dominar conhecimentos de cunho teórico e técnico, e ser capaz de articulá-los, de forma lógica e argumentativa, para o exercício diário da profissão na área trabalhista.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Propiciar ao aluno o embasamento teórico necessário à instrumentalização das ferramentas processuais na Justiça do Trabalho, tanto em âmbito de dissídios individuais quanto coletivo.
- Despertar a curiosidade científica do aluno para a pesquisa sobre temas relacionados à disciplina, a fim de habilitá-lo para o estudo crítico, ético e reflexivo do Direito do Trabalho

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0

- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)
2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS AO PROCESSO TRABALHISTA

- 1.1. Conceito de Direito Processual do Trabalho
- 1.2. Autonomia científica
- 1.3. Princípios
- 1.4. Peculiaridades e técnicas
- 1.5. Organização Justiça do Trabalho
- 1.6. Jurisdição e competência do Justiça do Trabalho
- 1.7. Partes
- 1.8. Procuradores
- 1.9. Jus Postulandi
- 1.10. Substituição processual

2. PROCESSO

- 2.1.1. Conceito
- 2.1.2. Pressupostos

3. PROCEDIMENTOS

- 3.1. Ordinário
- 3.2. Sumário
- 3.3. Sumaríssimo

UNIDADE II

4. AÇÃO

- 4.1. Conceito
- 4.2. Condições da ação
- 4.3. Classificação
 - 4.3.1. Ações individuais
 - 4.3.2. Ação de cumprimento
 - 4.3.3. Ações coletivas

5. ESPÉCIES DE CONFLITOS

6. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

7. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL

8. PROCEDIMENTO COMUM NOS DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

- 8.1. Reclamação trabalhista
- 8.2. Defesa
- 8.3. Contestação
- 8.4. Exceções

- 8.5. Reconvenção
- 8.6. Audiência de instrução e julgamento
- 8.7. O princípio do livre convencimento
- 8.8. Forma e conteúdo.
- 8.8. A irrecorribilidade das decisões interlocutórias.
- 8.9. Sentenças terminativas e sentenças definitivas.
- 8.10. Eficácia e autoridade da sentença trabalhista.
- 8.11. Antecipação da tutela jurisdicional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CAIRO JÚNIOR, José. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 11ª edição. Salvador: Edições Jus Podivm, 2017.
- CISNEIROS, Gustavo. **Processo do Trabalho Sintetizado**. 2ª ed. Editora Método, 2018
- PESSOA, Valton. **Manual de processo do trabalho**. 4ª ed, Salvador : Juspodivm, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALCÂNTARA, SILVANO Alves. **Legislação trabalhista e rotinas trabalhistas**. Curitiba: Intersaberes, 2018
- CORREA, Antonio de Pádua Muniz. **Novo Processo do Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: LTR, 2018
- MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 39ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SANTOS, José Aparecido dos. **Curso prático de cálculos de liquidação trabalhista**. 4ª ed. Curitiba: Juruá, 2017
- TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Sistemas dos recursos trabalhistas**. 13ª ed. São Paulo: LTR, 2017

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL II

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Estudo da parte especial do código de processo penal. Da instrução criminal. Da prova. Medidas assecuratórias. Teoria geral do procedimento cautelar. Das medidas cautelares de natureza pessoal: prisão, prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão temporária. Das contracautelas: liberdade provisória com e sem fiança. Das medidas cautelares de natureza real. Procedimentos: ordinário, sumário e sumaríssimo. Sentença Criminal e Coisa Julgada. Procedimento e Instrução Criminal. Juizado Especial Criminal. Nulidades.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Compreender os atos que devem ser realizados durante o tramitar da ação penal, demonstrando que esse rito processual está sempre previsto em lei de modo que as partes não podem escolher um procedimento que lhes seja eventualmente mais benéfico, já que é matéria de ordem pública. Tampouco o juiz pode suprimir ou alterar alguma parte de procedimento, sob pena de nulidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Fomentar a produção científica na graduação do curso de Direito em Processo Penal;
2. Formar concepção crítica entre o processo penal e as relações sociais;
3. Identificar técnicas para elaboração de documento acadêmico;
4. Estabelecer relações entre vários ramos do conhecimento;
5. Trabalhar problemas propostos, com a integração das disciplinas referentes ao semestre em estudo.
6. Iniciar o graduando no Direito Penal, preparando-o para elaborar textos acadêmicos, além de melhor instrumentá-lo para a realização de pesquisas;

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

1. Prova, objeto da prova, ônus da prova, sistema de apreciação da prova, prova emprestada, liberdade da prova;
2. Meios de prova, pericia, interrogatório, confissão, declaração do ofendido, testemunha, reconhecimento de coisas e pessoas, acareação, documentos, indícios;
3. Prisão, disposições gerais, formas de prisão, prisão especial, prisão nas eleições;
4. Prisão em flagrante;
5. Prisão preventiva;
6. Prisão temporária;

UNIDADE II

7. Liberdade provisória, hipóteses que o acusado se livra solto, liberdade provisória com e sem fiança;
8. Procedimento comum, ordinário, sumário, sumaríssimo e especial, tribunal do júri, crimes funcionais, crimes praticados com violência doméstica contra mulher;
9. Nulidades processuais

10. Espécies de nulidades, absoluta, relativa e irregularidade;
11. Princípios informadores do sistema das nulidades, da instrumentalidade das formas, do prejuízo, da causalidade, da conservação dos atos processuais, do interesse, da convalidação;
12. Nulidades em espécie.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.
- TAVORA, Nestor. **Curso de direito processual penal**. 12ª ed. Salvador: Juspodivm, 2017
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 17ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **As Nulidades do Processo Penal**. 12ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- MACHADO, Antônio Alberto. **Teoria geral do Processo Penal**. 6ed, São Paulo: Atlas, 2014
- MIRABETE, Julio Fabbrinni. **Processo penal**. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2006
- MOSSINI, Heráclito Antônio. **Comentários ao Código de Processo Penal: à luz da doutrina e da jurisprudência, doutrina comparada**. Ed. Manole, 2013
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 21ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO SOCIETÁRIO

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Sociedades coligadas e controladas. Transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades. Sociedades dependentes de autorização. Nacionalidade das sociedades. Sociedades por Ações: características estruturais e funções econômicas. Companhias abertas e fechadas. A sociedade anônima e o mercado de capitais. Sociedade anônima: constituição. Formação do capital social. Espécies e classes de ações. Outros títulos das S/A: Direitos e deveres de acionistas. Deliberações sociais: assembleias gerais e especiais. As sociedades em comanditas por ações. Contratos empresariais: teoria geral. Compra e venda empresarial. Contratos de cooperação empresarial: Comissão, representação, concessão, franquia, distribuição, transferência de tecnologia. Títulos de crédito: conceito, princípios e atributos.

Constituição do crédito cambiário. Classificação dos títulos de crédito. Títulos ao portador, a ordem e nominativos. Letra de Câmbio: legislação aplicável. Requisitos. Letra de câmbio. Nota Promissória. Duplicata: legislação aplicável. Requisitos. Duplicata de prestação de serviços. Cheque.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Instruir e capacitar o aluno no conhecimento no Direito Societário, assim como orientá-lo no campo prático de acordo com a jurisprudência, mostrando o caminho para a compreensão da empresa e suas relações internas e externa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Capacitar o aluno a entender as noções fundamentais do direito societário.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0

- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)
2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

- 1.As Sociedades
- 2.As pessoas jurídicas de direito privado
- 3.Conceito de sociedade
- 4.Espécies de sociedade: Empresária e Simples
- 5.Adoção da forma de sociedade por ações
- 6.Sociedade que exerce atividade rural
- 7.Atividades elencadas no parágrafo único do art. 966 CC
- 8.Efeitos da condição de empresária pela sociedade
- 9.Tipos societários

- 10.Classificação das sociedades
- 11.Responsabilidade dos sócios
- 12.Sociedade de pessoa e de capital
- 13.Sociedades contratuais e institucionais
- 14.Sociedades de capital fixo e de capital variável
- 15.Sociedades personificadas e não personificadas
- 16.Sociedade unipessoal
- 17.Sociedade entre cônjuges
- 18.Personalidade jurídica das sociedades - aquisição da personalidade jurídica; efeitos da
- 19.Personificação; a desconsideração da personalidade jurídica
- 20.Sociedades não personificadas
- 21.Sociedade em comum
- 22.Sociedade em conta de participação: Natureza e relevância; conceito e responsabilidade dos sócios; o registro do contrato; patrimônio e liquidação da sociedade; falência da sociedade; nome social; sociedade em conta de participação da esfera civil

UNIDADE II

- 23.Sociedade Simples
- 24.Origem
- 25.Constituição
- 26.Sociedade simples ou empresária
- 27.Obrigações dos sócios
- 28.Direitos dos sócios
- 29.Deliberações sociais
- 30.Administração

31. Responsabilidade dos sócios
32. Resolução da sociedade

33. Sociedade Limitada
34. Evolução histórica
35. Característica fundamental
36. Número de sócios e capital
37. Nome empresarial
38. Constituição da sociedade
39. Natureza jurídica
40. A cota social
41. O sócio cotista
42. Dissolução da sociedade
43. Apuração de averes
44. Administração da sociedade
45. Fiscalização dos atos de administração
46. Conselho de administração
47. Deliberações sociais

48. Sociedade em nome coletivo
49. Sociedade em comandita simples
50. Sociedade por ações
51. Sociedade cooperativa
52. Sociedades dependentes de autorização
53. Sociedades coligadas, controladoras e controladas
54. Liquidação das sociedades contratuais: liquidação extrajudicial e liquidação judicial

55. Sociedades Anônimas
56. Conceito. Disciplina legal (Lei ri.' 6.404/76). Desenvolvimento histórico.
57. Nomenclatura (elaboração do nome - regras). Características
58. Objeto social.
59. Exercício social: O balanço patrimonial. Lucros e prejuízos. Reservas. Dividendos. 60. Bonificações.
61. Ações: Forma. Espécie. Classes.
62. O acionista: Direitos e obrigações.
63. Os Direitos da minoria societária.
64. O acionista controlador.
65. Classificação das sociedades anônimas. Responsabilidade dos sócios. Órgãos sociais. 66. Assembléias Gerais. Conselho de Administração. Diretoria. Conselho Fiscal.
67. Dissolução. Liquidação. Extinção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, FÁBIO ULHOA. **Novo Manual de Direito Comercial.**

29ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

FORGIONI, Paula A. **A evolução do Direito Comercial Brasileiro.**

São Paulo: São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

FRANCO, Vera Helena. **Direito Empresarial II.** São Paulo: RT, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALCÂNTARA, Silvano Alves. **Direito Empresarial e Direito do Consumidor.** Curitiba: Intersaberes, 2017

BASTOS, Pedro Paulo Roberto. **Curso de Direito Empresarial.** São Paulo: São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

NOBREGA, Camile Silva. **Direito Empresarial e Societário.** Curitiba: Intersaberes, 2016

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial.** V. 1. 34ª ed São Paulo: Saraiva, 2015.

VIDO, Elisabete. **Prática Empresarial.** São Paulo: São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Estágio Supervisionado. Prática Jurídica. Direito do Trabalho. Elaboração de peças prático-profissionais. Atendimento às partes e orientação jurídica, sob supervisão do professor/orientador do NPJ.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Favorecer a formação prática do aluno, introduzindo-o na prática forense real, traduzindo o dia-adia do advogado militante, auxiliando na redação das peças jurídicas em todas as fases do processo; demonstrar a perspectiva dos profissionais sobre os temas do trabalhista abordados no curso, favorecendo o contato com as principais leis brasileiras de Direito do Trabalho. Transmissão de conhecimentos da prática do Direito Trabalhista.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Orientar os estagiários na elaboração e aprimoramento de peças jurídicas necessárias ao exercício profissional na área do Direito do Trabalho, em todas as esferas institucionais. Proporcionar uma compreensão dinâmica e crítica das principais atividades jurídicas relacionadas ao Direito Trabalhista, bem como sua relação com as demais áreas do Direito. Estimular o pensamento crítico e autônomo para a interpretação e aplicação da legislação trabalhista, considerando o contexto social vigente, bem como as orientações doutrinárias e jurisprudenciais. Habilitar o aluno estagiário para o exercício prático-profissional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: comparecimento em audiências judiciais reais. Elaboração de peças processuais. Atendimento às partes no NPJ sob a supervisão de

professor/orientador. Participação em situações reais da vida forense.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I UNIDADE

- Relatórios de Audiências - 6,0
- Atividades realizadas no NPJ (Orientação jurídica, agendamento e atendimento às partes, acompanhamento processual trabalhista)- 2,0
- Elaboração de peças jurídicas (ações trabalhistas) - 2,0

II UNIDADE

- Relatórios de Audiências - 6,0
- Atividades realizadas no NPJ (Orientação jurídica, agendamento e atendimento às partes, acompanhamento processual trabalhista)- 2,0
- Elaboração de peças jurídicas (ações trabalhistas) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADES I E II

- Estágio curricular supervisionado em Direito do Trabalho.
- Orientação jurídica, agendamento e atendimento às partes, além de acompanhamento processual relativo a causas da seara trabalhista.
- Relatórios de audiências na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, além de outros órgãos judiciais, tudo sob a supervisão do professor/orientador do NPJ.
- Elaboração de peças jurídicas (Rito sumaríssimo e Ordinário): Reclamação Trabalhista - Defesa (contestação) - Instrução Probatória - Formalização de Acordo (Conciliação) - Embargos de Declaração - Recurso Ordinário - Recurso de Revista - Agravo de instrumento - Execução: provisória e definitiva - Embargos à Execução

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAIRO JÚNIOR, José. **Curso de Direito Processual do Trabalho.**

11ª edição. Salvador: Edições Jus Podivm, 2017.

CISNEIROS, Gustavo. **Processo do Trabalho Sintetizado.** 2ª ed. Editora Método, 2018

PESSOA, Valton. **Manual de processo do trabalho.** 4ª ed, Salvador : Juspodivm, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALCÂNTARA, SILVANO Alves. **Legislação trabalhista e rotinas trabalhistas.** Curitiba: Intersaberes, 2018

CORREA, Antonio de Pádua Muniz. **Novo Processo do Trabalho.** 2ª ed. São Paulo: LTR, 2018

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho.** 39ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SANTOS, José Aparecido dos. **Curso prático de cálculos de liquidação trabalhista.** 4ª ed. Curitiba: Juruá, 2017

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Sistemas dos recursos trabalhistas.** 13ª ed. São Paulo: LTR, 2017

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: ORDEM TRIBUTÁRIA

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Sistema Tributário Nacional. Os princípios constitucionais. O poder e o direito de tributar. Os limites constitucionais do poder de tributar. Relação jurídica tributária. Norma jurídica tributária. Vigência, aplicação e interpretação da lei tributária. Obrigação Tributária:

classificação, o fato gerador e os sujeitos da obrigação. Crédito tributário: lançamento, modalidades, suspensão, extinção e isenção. Administração Tributária. Direito Tributário. Sistema Constitucional Tributário. Tributo. Espécies Tributárias. Legislação Tributária. Impostos da União. Impostos dos Estados-membros. Impostos do Distrito Federal. Impostos dos Municípios. A interdisciplinaridade do Direito Tributário Penal, Direito Penal Tributário e Processo Tributário. O processo tributário administrativo. O processo tributário judicial. Denúncia. Dependência da esfera administrativa em relação à esfera judicial. Petição inicial. Citação. Embargos do devedor. Execução fiscal.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Compreender o sistema tributário nacional vigente, sua importância, funcionamento, polêmicas, posicionamentos dos tribunais e aspectos inovadores, com vistas à prática profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Formar concepção crítica sobre o direito tributário
2. verificar as características do sistema tributário nacional.
3. analisar os aspectos pragmáticos da matéria
4. Trabalhar problemas propostos, com a integração das disciplinas referentes ao semestre em estudo.
5. treinar o acadêmico no aspecto material de direito tributário.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será

essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)– 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

1. sistema tributário;
2. sistema constitucional tributário;
3. competência e capacidade tributária
4. princípios constitucionais tributários
5. imunidades tributárias
6. repartição de receita tributária
7. relação jurídica tributária
8. conceitos de tributo e suas espécies

UNIDADE II

9. teorias
10. norma tributária, aplicação, vigência e interpretação
11. regra matriz de incidência tributária
12. obrigação tributária
13. crédito tributário
14. garantias e privilégios de crédito tributário
15. suspensão, exclusão e extinção do crédito
16. direito penal tributário

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ICHIHARA Yoshiaki, **Direito Tributário: Atualizado Até EC 85/15 E LC 149/15**, 19ª ed. Ed. Atlas, 2015.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 3ª ed.
São Paulo: Malheiros, 2017.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Direito Tributário Essencial**.
Editora Método, 5ª ed. 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 22ª ed, São Paulo:
Saraiva, 2017

BRITO, Edvaldo. **Direito Tributário e Constituição - Estudos e
Pareceres**. 1ª ed. Ed. Atlas, 2016

HACK, Érico. **Direito Tributário Brasileiro**. Curitiba:
Intersaberes, 2015

SABBAG, Eduardo. **Código Tributário Nacional Comentado**. 2ª
Ed. Editora Método, 2018

VADE MECUM, 26ª ed, Editora Manole

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA – DIREITO ADMINISTRATIVO

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA: Direito Administrativo. Elaboração de peça prático-profissional. Resolução de questões

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Propiciar aos alunos uma revisão acerca dos grandes temas do Direito Administrativo. Capacitação dos alunos para o trabalho autônomo com as fontes normativas. Demonstrar a perspectiva dos profissionais sobre os temas do direito administrativo abordados no curso. Contato com as principais leis brasileiras de Direito Administrativo. Transmissão de conhecimentos da prática do Direito Administrativo. Apresentação dos debates atuais do Direito Administrativo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Elaborar peças prático-profissionais e resolver questões acerca da matéria de Direito Administrativo. Propiciar, ainda, que o aluno seja capaz de construir uma argumentação lógica e consistente diante das casuísticas apresentadas. Expressão escrita. Organização de ideias.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO UNIDADE I

- Elaboração de petições iniciais sugerindo o tema: mandado de segurança;
- Elaboração de petições iniciais sugerindo o tema: habeas data;
- Elaboração de petições iniciais sugerindo o tema: ação popular;

UNIDADE II

- Elaboração de petições iniciais sugerindo o tema: ação popular;
- Elaboração de petições iniciais sugerindo o tema: recurso administrativo;
- Apresentação de Casos hipotéticos para formulação e simulação de processos com distribuição de temas entre grupos para realização de todos os atos processuais que envolvam desde o protocolo da inicial com a produção das provas que julgarem necessárias, autuação do processo, despacho da inicial, citação e defesa do réu, audiências simuladas até a sentença e recurso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30^a ed.
São Paulo: Editora. Atlas S.A, 2017.

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO. **Manual de Direito**

Administrativo. 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42ª ed,
São Paulo: Malheiros, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAS, José. **Prática profissional de direito administrativo**.

Salvador: Juspodivm, 2011

CARVALHO, Raquel Melo Urbano. **Curso de Direito**

Administrativo. 2ª edição. Salvador: Edições Jus Podivm, 2009.

MARINELA, Fernanda; BOLZAN, Fabrício. **Leituras**

Complementares de Direito Administrativo. 2ª edição. Salvador:
Edições Jus Podivm, 2010.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito**

Administrativo. 5ª ed. Ed. Método, 2017

SILVA, Lauri Romário. **Direito Administrativo v.1**. Educus, 2013

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL – FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESA

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Direito Falimentar: conceito, evolução histórica, princípios, sujeito. Processo falimentar: pedido de falência. Sentença declaratória. Sentença denegatória. Administração da falência. Fase cognitiva do processo falimentar. Fase satisfativa do processo falimentar. Reabilitação do falido. Regime jurídico patrimonial do falido. Regime jurídico negocial do falido. Regime jurídico dos credores do falido. Crimes falimentares. Concordata: condições gerais. Concordata preventiva. Concordata suspensiva. Oposição à concordata. Liquidação judicial das instituições financeiras. O Projeto de Lei de Falências. Os novos institutos no âmbito da quebra. A recuperação judicial da empresa.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL: Instruir e capacitar o aluno no conhecimento do Direito Falimentar, assim como orientá-lo no campo prático de acordo com a jurisprudência, mostrando o caminho para a compreensão do processo de recuperação de empresas e o processo de falência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Capacitar o aluno a entender as noções fundamentais do direito falimentar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

Insolvência Empresarial

Recuperação de Empresas - Lei 11.101/2005

A Recuperação Judicial

A Recuperação Extrajudicial

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas**. 29. ed. São Paulo: RT, 2017.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 19ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MAMEDE, Gladston. **Falência e recuperação de empresa**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, FÁBIO ULHOA. **Novo Manual de Direito Comercial**. 29ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

FINKELSTEIN, Maria Eugenia. **Direito empresarial**. São Paulo: RT, 2015

MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 39ª ed. Ed. Forense, 2016

NERY JÚNIOR, Nelson. **Código Civil Comentado**. 12ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. V. 1. 34ª ed São Paulo: Saraiva, 2015.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL III

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Recursos. Habeas Corpus. Revisão Criminal. Mandado de Segurança. Execução Penal. Relações Jurídicas Internacionais e Disposições Gerais e Finais do CPP. Tribunal do Júri. Do procedimento de ato infracional de menor. Sentença criminal. Coisa julgada. Incidentes. Nulidades processuais. Teoria geral dos recursos. Do recurso em sentido estrito. Da apelação. Do protesto por novo júri. Dos embargos. Da carta testemunhável. Do recurso ordinário constitucional. Do recurso extraordinário. Da revisão criminal. Agravo. Correição parcial. Das questões prejudiciais e procedimentos incidentes.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Perceber os recursos previstos em nossa legislação, compreendendo de que se trata de meio processual voluntário ou obrigatório de impugnação de decisão, utilizado antes da preclusão, apto a propiciar um resultado mais vantajoso na mesma relação jurídica processual, decorrente de reforma, invalidação, esclarecimentos ou confirmação. O reexame de uma decisão por órgão jurisdicional de superior instância ou pelo mesmo órgão que a prolatou.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Fomentar a produção científica na graduação do curso de Direito em Processo Penal;
2. Formar concepção crítica entre o processo penal e as relações sociais;
3. Identificar técnicas para elaboração de documento acadêmico;
4. Estabelecer relações entre vários ramos do conhecimento
5. Trabalhar problemas propostos, com a integração das disciplinas referentes ao semestre em estudo.
6. Iniciar o graduando no Direito, preparando-o para elaborar textos acadêmicos, além de melhor instrumentá-lo para a realização de pesquisas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

1. Recursos, conceito, finalidade, fundamento, classificações dos recursos;
2. Recurso em espécies;
3. Recurso em sentido estrito;
4. Apelação;
5. Do processo e do julgamento dos recursos em sentido estrito e das apelações nos tribunais;
6. Embargos infringentes e de nulidade;

UNIDADE II

7. Protesto por novo juri;
8. Revisão Criminal;
9. Carta testemunhável;
10. Correição parcial;
11. Embargos de declaração;
12. Habeas corpus;
13. Mandado de segurança na justiça criminal;
14. Recurso extraordinário;
15. Recurso especial;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.
- TAVORA, Nestor. **Curso de direito processual penal**. 12ª ed. Salvador: Juspodivm, 2017
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 17ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **As Nulidades do Processo Penal**. 12ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- MACHADO, Antônio Alberto. **Teoria geral do Processo Penal**. 6ed, São Paulo: Atlas, 2014
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo penal**. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2006
- MOSSINI, Heráclito Antônio. **Comentários ao Código de Processo Penal: à luz da doutrina e da jurisprudência, doutrina comparada**. Ed. Manole, 2013
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 21ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO III – NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA: Estágio Supervisionado. Prática Jurídica. Direito Administrativo. Elaboração de peças prático-profissionais. Atendimento às partes e orientação jurídica, sob a supervisão do professor/orientador do NPJ. Visitas ao Fórum para assistir a audiências. Pesquisas de jurisprudência.

OBJETIVOS:

Geral: Favorecer a formação prática do aluno, introduzindo-o na prática forense real, traduzindo o dia-adia do advogado militante, auxiliando na redação das peças jurídicas em todas as fases do processo.

Específicos: Orientar os estagiários na elaboração e aprimoramento de peças jurídicas necessárias ao exercício profissional na área do Direito Administrativo, em todas as esferas institucionais. Proporcionar uma compreensão dinâmica e crítica das principais atividades jurídicas, bem como, sua relação com a área do Direito Administrativo. Estimular o pensamento crítico e autônomo para a interpretação e aplicação da legislação administrativista, considerando o contexto social vigente, bem como as orientações doutrinárias e jurisprudenciais. Habilitar o aluno estagiário para a para o exercício jurídico-administrativo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: comparecimento em audiências judiciais reais. Elaboração de peças processuais. Atendimento às partes no NPJ sob a supervisão de professor/orientador. Participação em situações reais da vida forense.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I UNIDADE

- Relatórios de Audiências - 6,0
- Atividades realizadas no NPJ (Orientação jurídica, agendamento e atendimento às partes, acompanhamento processual em sede de Direito Administrativo)- 2,0
- Elaboração de peças jurídicas (processos da seara do Direito Administrativo) - 2,0

II UNIDADE

- Relatórios de Audiências - 6,0
- Atividades realizadas no NPJ (Orientação jurídica, agendamento e atendimento às partes, acompanhamento processual em sede de Direito Administrativo)- 2,0
- Elaboração de peças jurídicas (processos da seara do Direito Administrativo) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADES I e II:

- Estágio curricular supervisionado em Direito Administrativo.
- Orientação jurídica, agendamento e atendimento às partes, com orientação processual penal.
- Relatórios de audiências na Justiça Comum Estadual de 1º e 2º graus, Justiça Federal, Juizados Especiais Estaduais e Federais Cíveis, além de outros órgãos judiciais, tudo sob a supervisão do professor/orientador do NPJ.
- Elaboração de peças jurídicas correspondentes à atuação profissional no âmbito do Direito Administrativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30ª ed. São Paulo: Editora. Atlas S.A, 2017.

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO. **Manual de Direito Administrativo**. 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42ª ed, São Paulo: Malheiros, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAS, José. **Prática profissional de direito administrativo**. Salvador: Juspodivm, 2011

CARVALHO, Raquel Melo Urbano. **Curso de Direito Administrativo**. 2ª edição. Salvador: Edições Jus Podivm, 2009.

MARINELA, Fernanda; BOLZAN, Fabrício. **Leituras Complementares de Direito Administrativo**. 2ª edição. Salvador: Edições Jus Podivm, 2010.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 5ª ed. Ed. Método, 2017

SILVA, Lauri Romário. **Direito Administrativo v.1**. Educs, 2013

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: OPTATIVA I

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA: A disciplina Optativa I contempla a compreensão aprofundada da legislação especial como forma genuína de direito. Trata-se de uma disciplina que visa analisar, interpretar e pesquisar o contexto social e jurídico previsto na legislação extravagante.

OBJETIVOS:

GERAL:

Promover a análise aprofundada das principais legislações especiais e extravagantes existentes, oriundas do clamor trazidas pelos diversos setores da realidade em relação ao mundo jurídico e social, a partir de reflexões e práticas da construção da perspectiva interdisciplinar.

ESPECÍFICOS:

Proporcionar ao acadêmico do Curso de Direito a discussão aprofundada sobre as leis especiais e extravagante que são de grande importância para o profissional do Direito. Instrumentalizar o aluno para o manejo dos meios jurídicos, preocupando-se com que o aluno venha a construir o raciocínio de não pensar o direito material divorciado do processual, com vistas a prepará-lo para o enfrentamento das questões que a atividade profissional sujeitará a ele. Avaliar o desempenho final do aluno a partir do produto intelectual (bibliográfico, técnico ou artístico/cultural) gerado durante o semestre.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

Aulas expositivas com debates em torno de questões atuais, relacionando-os com os elementos teóricos apresentados.

RECURSOS DIDÁTICOS:

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0

- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

I UNIDADE

1. Crimes contra a economia popular
- 1.2 Os tipos penais da Lei 1.521/51 (crimes contra a economia popular).
- 1.3. A proteção penal do consumidor;
 - 1.3.1. Os crimes contra as relações de consumo;
 - 1.3.2. O Código de Defesa do Consumidor;
2. Os tipos penais da Lei 8.137/90 (crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo);
 - 2.1. Os crimes econômicos;
 - 2.1.1 Crimes do colarinho branco;
3. Os crimes contra o sistema financeiro nacional;
 - 3.1. A lei nº 7.492/86;
 - 3.4.2 Os crimes tributários e previdenciários
- 3.2. Os crimes falimentares;

II UNIDADE

4. Estatuto do Desarmamento;
5. Crimes de Trânsito.
6. Os crimes contra o Meio ambiente.
7. Os crimes de entorpecente.
 - 7.1. Lei Antidrogas
8. Os crimes hediondos.
9. Os crimes de abuso de autoridade.
10. Os crimes de responsabilidade.
11. Os crimes do Estatuto do Idoso.
12. Os crimes falimentares. Os crimes de agiotagem. Os crimes de colarinho branco. Os crimes de imprensa. Os crimes contra o sistema financeiro.
13. Lei Maria da Penha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Edmar Oliveira. **Direito Penal Tributário: crimes contra a ordem tributária e contra a previdência social.** 7^a ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CAPANO, Evandro Fabiani. **Legislação Penal Especial.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: Estudo criminológico e dogmático.** 8^a ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FURTADO, Lucas Rocha. **As raízes Corrupção no Brasil.** São Paulo: Fórum, 2105

MOREIRA, EgonBockman. **Comentários à Lei de Ação Civil Pública.** São Paulo: São Paulo: RT, 2016.

ROCCO, Rogério. **Legislação brasileira do meio ambiente.** 2^a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

SANTOS, José Anacleto Abduch. **Comentários à Lei Anticorrupção.** São Paulo: RT, 2015.

XAVIER, Carlos Eduardo Rangel. **Reclamação Constitucional e precedentes Judiciais.** São Paulo: RT, 2016.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA – DIREITO DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Orientação de estágio - Estatuto da OAB - Teoria e Prática Trabalhista (Rito sumaríssimo e Ordinário): Petição inicial - Defesa (contestação) - Instrução Probatória - Conciliação - Sentença - Embargos de Declaração - Recurso Ordinário - Recurso de Revista - Agravo de instrumento - Execução: provisória e definitiva - Embargos à Execução - Embargos de Terceiros - Mandado de Segurança.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Compreender e apreender e dominar conhecimentos de cunho prático, e ser capaz de articulá-los, de forma lógica e argumentativa, para o exercício diário da profissão na área trabalhista, dominando a prática da advocacia trabalhista

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Elaborar petições trabalhistas em todas as fases do processo
- Conhecimento prático do processo trabalhista em todas as suas fases
- Preparar os alunos para o exercício da advocacia pratica

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

1. Estatuto da OAB
 - 1.1. Principais regras
 - 1.2. Exercício da Advocacia
 - 1.3. Direitos e deveres do advogado
2. Teoria e Prática Trabalhista (Rito sumaríssimo e Ordinário)
 - 2.1 Petição inicial
 - 2.2. Citação inicial
 - 2.3. Defesa (contestação)
 - 2.4 Reconvenção
 - 2.5 Audiência de conciliação instrução e julgamento
 - 2.6 Ação de Consignação em Pagamento no processo trabalhista

UNIDADE II

3. Sentença
 - 3.1. Embargos de declaração
4. Recursos
 - 4.1 - Recurso Ordinário
 - 4.2 - Recurso de Revista
 - 4.3 Agravo de instrumento
5. Execução

- 5.1. Provisória
- 5.2. Definitiva
- 5.3. Embargos à Execução
- 5.4. Embargos de Terceiros
6. Mandato de Segurança

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAIRO JÚNIOR, José. **Curso de Direito Processual do Trabalho.**

11ª edição. Salvador: Edições Jus Podivm, 2017.

CISNEIROS, Gustavo. **Processo do Trabalho Sintetizado.** 2ª ed.

Editora Método, 2018

PESSOA, Valton. **Manual de processo do trabalho.** 4ª ed,

Salvador : Juspodivm, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALCÂNTARA, SILVANO Alves. **Legislação trabalhista e rotinas**

trabalhistas. Curitiba: Intersaberes, 2018

CORREA, Antonio de Pádua Muniz. **Novo Processo do Trabalho.** 2ª

ed. São Paulo: LTR, 2018

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho.** 39ª ed.

São Paulo: Saraiva, 2017.

SANTOS, José Aparecido dos. **Curso prático de cálculos de**

liquidação trabalhista. 4ª ed. Curitiba: Juruá, 2017

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Sistemas dos recursos**

trabalhistas. 13ª ed. São Paulo: LTR, 2017

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: SEGURIDADE SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Direito Previdenciário: noções, fundamentos e fontes. Evolução histórica do sistema previdenciário no Brasil e no mundo. Sistemas previdenciários existentes no direito brasileiro. Princípios e fundamentos do ordenamento constitucional brasileiro. Leis de Custeio e de Benefícios. Constituição Federal de 1988 e o direito da seguridade social: Da Seguridade Social - Título VII (Da ordem Social). Estudo da legislação infraconstitucional. Crimes previdenciários. Previdência privada. As metas, os fundamentos das reformas em curso nos países da Europa e da América Latina. Previdência rural.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL: Fornecer aos alunos conhecimentos necessários, básicos e imprescindíveis para qualificá-los a resolverem questões teórico-práticas, que envolvam relações jurídicas de Seguridade Social, coadunando este aprendizado com a prática da Seguridade Social e da Previdência Social, servindo como elemento para realização da conexão entre o direito objetivo e o direito subjetivo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Identificar as espécies do gênero Seguridade Social.
2. Identificar os elementos das espécies SUS, Assistência Social e Previdência Social.
3. Identificar os elementos do Regime Geral da Previdência Social - Planos de Custeio e Benefícios.
4. Acompanhar criticamente a evolução da literatura especializada em direito da Seguridade Social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0

- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)
2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

I- NOÇÕES FUNDAMENTAIS DA SEGURIDADE SOCIAL.

- a) Conteúdo da Seguridade Social.
- b) Espécies e Características.
- c) Evolução Histórica: Mundial e Brasil.
- d) Princípios da Seguridade Social.
- e) Normas Constitucionais da Seguridade Social.
- f) Fontes e hierarquia da Seguridade Social.
- g) Custeio; Serviços e Benefícios da Seguridade Social.

II - PREVIDÊNCIA SOCIAL.

- a) Regime Geral.
- b) Regime Próprio.
- c) Regime Complementar.

III - PLANO DE CUSTEIO DO REGIME GERAL.

a) Espécies de Segurados e Características:

- Empregado;
- Empregado doméstico;
- Contribuinte individual;
- Trabalhador avulso;
- Segurado especial;
- Segurado Facultativo;
- Filiação X Inscrição.

b) Conceituações:

- Contribuição;
- Salário-de-contribuição;
- Salário-de-benefícios;
- Período Básico de cálculo;
- Renda Mensal Inicial;
- Teto e Piso.

c) Contribuições dos Segurados:

- Requisitos;
- Parcelas remuneratórias e indenizatórias;
- Formas de recolhimento;
- Data-base do recolhimento;
- Alíquotas;
- Presunção de Contribuição;
- Competência da Justiça do Trabalho.

d) Contribuição das Empresas e Equiparados:

- Faturamento;
- Folha;
- Lucro;
- Contribuição sob atividade prejudicial;
- SAT/GILRAT/FAP/CNAE.

e) Outras Receitas.

UNIDADE II

IV – PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL.

a) Conceitos Fundamentais:

- Beneficiários;
- Dependentes;
- Carência;
- Tempo de Contribuição;
- Qualidade de Segurado;
- Graça;
- Fator Previdenciário;
- Taxa Mortalidade IBGE;
- Riscos Sociais;
- Seguro-desemprego como Benefício Previdenciário.

b) Benefícios Incapacitantes:

- Aposentadoria por Invalidez Previdenciária;
- Aposentadoria por Invalidez Acidentária;
- Auxílio-doença Previdenciário;
- Auxílio-doença Acidentário;
- Auxílio Acidente;
- Suspensão x Interrupção Contrato de Emprego;
- Contagem do Tempo sob Gozo do Benefício;
- Cálculo dos Benefícios;
- Habilitação e Reabilitação;
- Perícias: Alta Programada.

c) Aposentadorias:

c.1) Idade:

- Requisitos;
- Forma de Cálculo.

c.2) Tempo de Contribuição e Proporcional:

- Requisitos;
- Forma de Cálculo;
- Direito Adquirido.

c.3) Especial:

- Requisitos;
- Conversão de Tempo;

- Forma de Cálculo;
- d) Salário-maternidade:
 - Requisitos;
 - Forma de Cálculo;
 - Forma de Pagamento.
- e) Benefícios dos Dependentes:
 - e.1) Pensão por Morte:
 - Requisitos;
 - Dependentes;
 - Classes de Dependentes;
 - Inscrição do Dependente;
 - Condição de Dependente;
 - Forma de Cálculo.
 - e.2) Auxílio-reclusão:
 - Requisitos;
 - Forma de Cálculo.

V - ASSUNTOS GERAIS SOBRE BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL

- a) Acumulação de Benefícios;
- b) Competências Previdenciárias;
- c) Contagem Recíprocas;
- d) Prescrição e Decadência.

VI - BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VII - REGIME COMPLEMENTAR DE PREVIDÊNCIA

- a) Espécies;
- b) Leis Complementares 108 e 109 de 2001;
- c) Competências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito da Seguridade Social**. 4ª ed. Ed. Saraiva:2018
- KERTZMAN, Ivan. **Curso Prático de Direito Previdenciário**, 16ª ed. Salvador: Juspodvm, 2018.
- LEITÃO, André Studart; Meirinho, Grieco Santanna. **Manual de direito previdenciário**. 5ª ed, São Paulo: Saraiva, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BALERA, Wagner; MUSSI, Cristiane M. **Direito Previdenciário**. Ed. Método, 2016

GLASGNAPP, Ricardo (org.) **Direito previdenciário**. São Paulo: Freitas Bastos, 2015

MARTINEZ, Wladimir Novaes . **Princípios de Direito Previdenciário**. 6ª Ed. Ed. LTr, 2015

MAUSS, Adriano e MOTTA, Marianna Martini. **Direito Previdenciário e a População LGBTI**. Ed. Juruá, 2018

SANTORO, José Jayme. **Manual de Direito Previdenciário**. São Paulo: Freitas Bastos, 2015

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

O estudo da metodologia da pesquisa jurídica como instrumento colaborador à confecção de teses e trabalhos jurídicos. Abarca, desse modo, conceitos elementares do processo de conhecimento, passando pelas modernas técnicas de pesquisa, até a problematização de questões teóricas bem como a proposição de hipóteses indicadoras de possíveis soluções para os problemas. Elaboração do projeto de artigo.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL: Orientar o estudante na elaboração do projeto de monografia jurídica (Trabalho de Conclusão de Curso-TCC), dentro das normas definidas pela ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e coerente com os objetivos da pesquisa no campo do Direito.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Acompanhar, capacitar e familiarizar o estudante com as técnicas acadêmicas de elaboração de artigos, resenhas e de projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

Levantamento e fichamento bibliográfico para fundamentação teóricado projeto de pesquisa, através do desenvolvimento dos tópicos: introdução, objetivos, materiais e métodos, resultados esperados, cronograma e referências bibliográficas..

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será

essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)– 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

Noções de conhecimentos e métodos científicos.

Noções de métodos de coleta de dados.

Documentação de projetos e trabalhos científicos.

UNIDADE II

Conhecer e utilizar as normas da ABNT na confecção dos trabalhos científicos e acadêmicos.

Desenvolver documentação de projetos e trabalhos científicos.

Desenvolver a capacidade de construir um projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 10^a ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica.** 10^a ed São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014

NUNES, Rizzatto. **Manual de monografia jurídica.** 11^a ed. São Paulo: Saraiva, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos.** São Paulo: Manole, 2009

CERVO, Amado. L. **Metodologia científica.** 6^a ed. São Paulo: Pearson, 2007

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamento, resumos, resenhas**. 12ª ed. Editora Atlas, 2014.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 7ªed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TRIBUTOS EM ESPÉCIE

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Imposto sobre importação. Imposto sobre exportação. Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza. Imposto sobre produtos industrializados. Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Imposto sobre propriedade territorial rural. Imposto sobre grandes fortunas. Impostos extraordinários. Imposto sobre transmissão causa mortis e doação. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Imposto sobre propriedade de veículos automotores. Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana. Imposto sobre transmissão inter-vivos de bens imóveis. Imposto sobre serviços de qualquer natureza. Taxas. Contribuição de melhoria. Empréstimo compulsório. Contribuições sociais. Contribuições de intervenção no domínio econômico. Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL: Compreender as espécies de impostos e o sistema tributário nacional vigente, bem como o processo administrativo e judicial tributário, conciliando a teoria a prática profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Formar concepção crítica sobre o direito tributário
2. verificar as características de cada imposto
3. analisar os aspectos pragmáticos da matéria
4. Trabalhar problemas propostos, com a integração das disciplinas referentes ao semestre em estudo.
5. treinar o acadêmico no aspecto processual de direito tributário.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

1. II;

2. IE;
3. IPI
4. IR
5. ITR
6. IGF
7. IOF
8. ICMS
9. IPVA

UNIDADE II

10. ITCMD
11. ITBI
12. ISS
13. IPTU
14. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
15. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ICHIHARA Yoshiaki, **Direito Tributário: Atualizado Até EC 85/15 E LC 149/15**, 19ª ed. Ed. Atlas, 2015.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Direito Tributário Essencial**. Editora Método, 5ª ed. 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 22ª ed, São Paulo: Saraiva, 2017

BRITO, Edvaldo. **Direito Tributário e Constituição - Estudos e Pareceres**. 1ª ed. Ed. Atlas, 2016

HACK, Érico. **Direito Tributário Brasileiro**. Curitiba: Intersaberes, 2015

SABBAG, Eduardo. **Código Tributário Nacional Comentado**. 2ª Ed. Editora Método, 2018

VADE MECUM, 26ª ed, Editora Manole

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Direito Ambiental: Conceito, Fontes e Princípios. Ecologia e Meio Ambiente. A Crise Ambiental. O Movimento Ecológico. Eco desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável. O Direito e os Recursos Ambientais. Direito Ambiental Brasileiro. Direito Ambiental Comparado. A Conferência de Estocolmo. A Conferência Rio92. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Princípios Legais para a Proteção Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL: O objetivo da disciplina é apresentar ao aluno elementos básicos da tutela jurídico-ambiental e estimular a formação de senso crítico quanto à relevância do Direito Ambiental na atualidade e sua relação com as demais áreas do direito.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Estimular a visão crítica e as atividades de pesquisa;
2. Desenvolver a capacidade de identificar em casos concretos as situações estudadas na teoria;
3. Apresentar ao aluno as particularidades de figuras consagradas e outras que recentemente ganharam importância em nosso ordenamento.
4. Capacitar o aluno para interpretar e valorizar os fenômenos jurídicos e sociais, de forma reflexiva e com visão crítica, inserido em um contexto histórico social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser

adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

1. Evolução histórica do Direito Ambiental:

1.1 Marcos históricos da legislação ambiental brasileira

2. Meio Ambiente e Constituição Federal:

2.1. Conceito de Direito Ambiental;

2.2. Princípios do Direito Ambiental; 2.3. Taxionomia e natureza jurídica

3. Política Nacional do Meio Ambiente

3.1. Contexto histórico; 3.2. Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente; 3.3. Objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente

4. Sistema Nacional do Meio Ambiente:

4.1. Origem; 4.2. Estrutura; 4.3. O SISNAMA e a gestão do meio ambiente

5. A avaliação de impactos ambientais no Direito brasileiro

5.1. o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)

UNIDADE II

6. Dano Ambiental no Direito brasileiro

6.1. Conceito; 6.2. Características; 6.3. Formas de reparação conforme a legislação.

7. Tutela Administrativa do Meio Ambiente

7.1. O poder de polícia ambiental; 7.2. A responsabilidade administrativa ambiental; 7.3. As sanções administrativas em espécie

8. Tutela Civil do Meio Ambiente

8.1. A responsabilidade civil ambiental; 8.2. Princípios e pressupostos da responsabilidade civil ambiental; 8.3. O sujeito responsável

9. Tutela penal do Meio Ambiente

- 9.1. A responsabilidade penal ambiental; 9.2. As normas penais ambientais; 9.3. Sujeito ativo e sujeito passivo; 9.4. Sanções penais
10. A ordem internacional e o meio ambiente
11. Responsabilidade socioambiental nas organizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CARLI, Vilma M. Inocencio. **A obrigação legal de preservar o meio ambiente**. Editora Servanda, 2012
MACHADO, Paulo Affonso. **Direito ambiental brasileiro**. 24^aed. São Paulo: Malheiros, 2016
MELLO, Paula Susanna Amaral. **Direito Ao Meio Ambiente E Proibição Do Retrocesso**. 1^a ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CARVALHO JUNIOR, Moacir. **Apontamentos sobre o Direito Processual Ambiental**. Curitiba: Intersaberes, 2012
CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**, 12^a Ed., São Paulo, Atlas, 2015.
RECH, Adir Ubaldo. **Direito ambiental e sociedade**. EDUCS, 2015
ROCCO, Rogério. **Legislação brasileira do meio ambiente**. 2^a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005
SCHREIBER, Anderson. **Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil: da erosão dos filtros de reparação à diluição dos danos**. 6^a ed. Editora Altas, 2015.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Sociedade, família, criança e adolescente. História da proteção jurídica e social da criança e do adolescente no Brasil. Direito da Criança e do Adolescente: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Doutrinas jurídicas de proteção. O Estatuto da Criança e do Adolescente. A criança e o adolescente e o ato infracional. A Justiça da Infância e da Juventude. Intervenção e prevenção. Atos infracionais e atos de indisciplina escolar. Medidas sócio-educativas. Justiça da infância e da juventude. Ministério Público e advogado. Tutela de direitos transindividuais. Violência contra a criança e o adolescente. Guarda, Tutela e Adoção.

OBJETIVOS:

Geral:

Examinar a questão dos direitos da criança e do adolescente sob uma perspectiva histórica; definir os princípios basilares de uma nova concepção do direito da criança e do adolescente; discutir os principais temas relacionados com os Direitos Infanto-juvenis: acesso à justiça, Convenção Internacional dos Direitos da Criança e outros

documentos internacionais etc. e interligar os conhecimentos teóricos à realidade.

Específicos:

- Examinar a questão dos direitos da criança sob uma perspectiva histórica;
- Definir os princípios basilares de uma nova concepção do direito da criança e do adolescente;
- Discutir os principais temas relacionados com os Direito Infanto-juvenis: acesso à justiça na defesa dos direitos individuais, difusos e coletivos; a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e outros documentos internacionais; Conselhos Tutelares e de Direitos; Ato Infracional, etc.
- Interligar os conhecimentos teóricos à realidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

- História da proteção jurídica e social da infância brasileira;
- Direito da Criança e do Adolescente - tentativa de uma conceituação
- Doutrinas Jurídicas de Proteção: Doutrina da Situação Irregular e Doutrina da Proteção Integral.
- A infância e adolescência no contexto internacional - A Convenção Internacional dos Direitos da Criança e principais documentos internacionais.
- Estrutura geral do Estatuto da Criança e do Adolescente. A regulamentação dos Direitos Fundamentais.
- Princípios Basilares.
- Primeira Infância.
- A Justiça da Infância e da Juventude.

UNIDADE II

- O acesso à Justiça na defesa dos interesses individuais, coletivos e difusos.
- O Ministério Público no ECA (Lei 8.069/90). Competência - Remissão - Ação Civil Pública. Termo de ajustamento da conduta.
- Conselhos Tutelares. Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente. Estrutura. Atribuições. Processo de escolha. Competência.
- A prática de ato infracional. Inimputabilidade. Garantias processuais.
- Medidas especiais de proteção e Medidas Sócio-educativas.
- Medidas pertinentes aos pais e responsável.
- Prevenção e prevenção especial vinculadas à informação, lazer, esportes, diversões e espetáculos.
- Dos produtos e serviços.
- Autorização para viajar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, Guilherme Freire de Melo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3ª edição. Salvador: Edições Jus Podivm, 2010.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência**. 18ª ed, São Paulo: Atlas, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 4ª ed. Editora Forense, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GLANZ, Semy. **A Família Mutante: Sociologia e Direito Comparado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. São Paulo: Saraiva, 2017.

OLYMPIO, Cleber. **Estatuto da Juventude comentado**. São Paulo: Rideel, 2014

VADE MECUM, 26ª Edição, São Paulo: Manole, 2016.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil - Direito de Família - Vol. 5 - 12ª ed.** São Paulo: Forense, 2017

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO DO CONSUMIDOR

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Direito do Consumidor: noções introdutórias e conceitos básicos. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade civil pelo fato do produto. Responsabilidade civil por vício do produto e do serviço. Decadência e prescrição na relação de consumo. Desconsideração da personalidade jurídica e sua consequência em face do Direito do Consumidor. Contratos mercantis e normas contratuais do Código de Defesa do Consumidor. Proteção contratual: cláusulas abusivas; contrato de adesão. Sistema nacional de defesa do consumidor. A Defesa do Consumidor em Juízo. A tutela administrativa das relações de consumo. A tutela individual do consumidor em juízo. Crimes contra o consumidor: tipicidade e antijuridicidade.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Fornecer ao aluno conhecimentos necessários, básicos e imprescindíveis para qualificá-lo a resolver questões teórico-práticas que envolvam relações consumeristas, coadunando este aprendizado com a prática jurídica, servindo como elemento para a realização da conexão entre o direito objetivo e o direito subjetivo

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Possibilitar a compreensão das diferenças existentes entre a relação cível e a consumerista.
2. Analisar aspectos e princípios da relação consumerista, para assegurar ao consumidor a efetiva proteção de seus direitos, respeitando, tanto quanto possível, os interesses econômicos dos fornecedores.
3. Acompanhar criticamente a evolução da literatura especializada em direito do consumidor.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

I - Introdução

- a) Evolução Histórica;
- b) Nomenclatura
- c) Finalidade

II - Relação de Consumo

- a) Consumidor;
- b) Fornecedor
- c) Produto e serviço;
- d) Princípios.

III - Direitos básicos dos consumidores.

IV - Da qualidade de produtos e serviços e a responsabilidade do fornecedor.

- a) Critérios para aferição da qualidade;
- b) Vícios do produto e do serviço;
- c) Fatos do produto e do serviço;
- d) Espécies de Responsabilidade Civil;

UNIDADE II

V - Desconsideração da personalidade jurídica.

VI - Das práticas comerciais:

- a) Oferta;
- b) Publicidade;
- c) Práticas abusivas.

VII - Proteção contratual:

- a) A formação
- b) Conteúdo dos contratos de consumo.

VIII - Da defesa do consumidor em juízo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. **Manual de Direito do Consumidor à luz da jurisprudência do STJ**. 12ª edição. Salvador: Edições Jus Podivm, 2017.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. **Código de Defesa do Consumidor Comentado Artigo por Artigo**. Lei 8078/90. 13ªed. Salvador: Juspodivm, 2017

MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno; OLIVEIRA, Amanda Flávio De. **25 Anos do Código de Defesa do Consumidor - Trajetória e Perspectivas**. 1ª ed. Ed. RT, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALCÂNTARA, Silvadno Alves. **Direito Empresarial e Direito do Consumidor**. Ed. Intersaberes, 2017

AZEVEDO, Ney Queiroz de. **Direito do Consumidor**. Curitiba: Intersaberes, 2015

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, São Paulo: Manole, 2017.

DEL MASSO, Fabiano. **Direito do Consumidor**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

DEL MASSO, Fabiano. **Direito do Consumidor e publicidade clandestina**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV – NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Estágio Supervisionado. Prática Jurídica. Direito Civil. Elaboração de peças prático-profissionais. Atendimento às partes e orientação jurídica, sob a supervisão do professor/orientador do NPJ. Visitas ao Fórum para assistir a audiências. Pesquisas de jurisprudência.

OBJETIVOS:

Geral:

Favorecer a formação prática do aluno, introduzindo-o na prática forense real, traduzindo o dia-adia do advogado militante, auxiliando na redação das peças jurídicas em todas as fases do processo.

Específicos:

Orientar os estagiários na elaboração e aprimoramento de peças jurídicas necessárias ao exercício profissional na área Criminal, em todas as esferas institucionais. Proporcionar uma compreensão dinâmica e crítica das principais atividades jurídicas cíveis, bem como, sua relação com as demais áreas do Direito. Estimular o pensamento crítico e autônomo para a interpretação e aplicação da legislação Penal, considerando o contexto social vigente, bem como

as orientações doutrinárias e jurisprudenciais.
estagiário para a para o exercício jurídico-penal.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: comparecimento em audiências judiciais reais. Elaboração de peças processuais. Atendimento às partes no NPJ sob a supervisão de professor/orientador. Participação em situações reais da vida forense.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I UNIDADE

- Relatórios de Audiências - 6,0
- Atividades realizadas no NPJ (Orientação jurídica, agendamento e atendimento às partes, acompanhamento processual penal)- 2,0
- Elaboração de peças jurídicas (ações penais) - 2,0

II UNIDADE

- Relatórios de Audiências - 6,0
- Atividades realizadas no NPJ (Orientação jurídica, agendamento e atendimento às partes, orientação processual penal)- 2,0
- Elaboração de peças jurídicas (ações penais) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADES I e II:

- Estágio curricular supervisionado em Direito Penal.
- Orientação jurídica, agendamento e atendimento às partes, com orientação processual penal.
- Relatórios de audiências na Justiça Comum Estadual de 1º e 2º graus, Justiça Federal, Juizados Especiais Estaduais e Federais Criminais, além de outros órgãos judiciais, tudo sob a supervisão do professor/orientador do NPJ.
- Elaboração de peças jurídicas (ações criminais).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

TAVORA, Nestor. **Curso de direito processual penal**. 12ª ed. Salvador: Juspodivm, 2017

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 17ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **As Nulidades do Processo Penal**. 12ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MACHADO, Antônio Alberto. **Teoria geral do Processo Penal**. 6ed, São Paulo: Atlas, 2014

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo penal**. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2006

MOSSINI, Heráclito Antônio. **Comentários ao Código de Processo Penal: à luz da doutrina e da jurisprudência, doutrina comparada**. Ed. Manole, 2013

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 21ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: ÉTICA DAS PROFISSÕES

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Conceitos, Fontes e relações com outras disciplinas; A Ética como Ciência; Ética e Moral; O Valor da Consciência Moral; O Operador Jurídico e o Exercício da Profissão; Ética Profissional do Advogado; Proibições e Impedimentos; Deveres Profissionais; A ética e o Dever de solidariedade; O código de Ética e Disciplina; o Sigilo Profissional;

A magistratura e o Estatuto ético; Deveres funcionais; O Ministério Público; Deveres funcionais; A Formação Ética do Operador Jurídico; Bioética: Conceitos e fundamentos filosóficos, jurídicos e políticos.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Estudar a consciência ética nas relações profissionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Estudar a ética e a moral como valores sociais e profissionais;
2. Estudar a ética sob o aspecto do direito;
3. Consolidar a formação ética voltada para os operadores do direito

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

Ética: conceito. Relação com o direito e outras disciplinas
A ética como ciência: ética e moral. o valor da consciência moral.
O operador jurídico e o exercício da profissão. Ética profissional do advogado: proibições e impedimentos; deveres profissionais.

UNIDADE II

A Ética e o dever da solidariedade. O Código de Ética e a disciplina;
O sigilo profissional.
A Magistratura e o Estatuto Ético; Deveres funcionais.
O Ministério Público. Deveres funcionais.
A formação ética do operador jurídico. Bioética. Conceitos e fundamentos filosóficos, jurídicos e políticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MOREIRA DE OLIVEIRA, Marco Aurélio. **Justiça e Ética: ensaio sobre o uso das togas.** 1ª ed Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2006
KFOURI JR, Anis. **Sucesso na Arte de Advogar - Dicas e Reflexões.** 1ª ed. São Paulo: Saraiva: 2015;
SÁ, Antonio Lopes de. **Ética profissional.** 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRAGA JUNIOR, Antonio Djalma. **Fundamentos da ética.** Curitiba: Intersaberes, 2016
MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao Ministério Público.** 9º ed. São Paulo: Saraiva, 2015
RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e competência.** 20ª ed. São Paulo: Cortez, 2011
ROSS, Alf. **Direito e Justiça.** São Paulo: Edipro, 2003
TORRES. Aline Cordeiro. **Primeiros passos de Advogado.** São Paulo: Rideel, 2013

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E TUTELA COLETIVA

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

Teoria Geral dos Juizados Especiais. Juizados Especiais Cíveis. Juizados Especiais Federais.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL: capacitar o aluno não só no campo teórico, mas com noções da prática forense nos juizados especiais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Conduzir o aluno ao estudo de uma nova visão do direito, através de um processo dinâmico previsto na Lei 9.099/95, baseado em princípios norteadores a colimar uma justiça mais rápida e efetiva, com destaque para a conciliação. Promover a contextualização dos institutos, regras e princípios contidos na legislação dos juizados especiais com a realidade social atual e sua prática jurídica, com vistas à preparação do aluno para o mercado profissional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)– 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) – 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) – 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

1. Histórico
 - a) Evolução da ideia dos Juizados de Pequenas Causas e no Brasil.
 - b) A concepção do Sistema Legal e Constitucional.
 - c) A implantação dos Juizados Especiais Cíveis na Justiça Estadual e na Justiça Federal. Estrutura e funcionamento. Critérios.
2. Competência e princípios informadores dos Juizados.
 - a) Aplicação subsidiária da Lei n.º 9.099/95. Importância.
 - b) Dinâmica do processo com a nova visão de solução dos conflitos através da conciliação, transação e arbitramento. Etapas procedimentais
 - c) Descentralização dos Juizados. Sistema Recursal.
3. Juizados Especiais Cíveis.
 - a) Abrangência. Causas de menor complexidade.
 - b) Competência territorial, em razão da matéria e do valor. Modificação. Prorrogação. Causas excluídas. Opcionalidade e obrigatoriedade. Conflito de competência.
 - c) Renúncia tácita.
4. Os Juizados Especiais e o consumidor.
 - a) Partes no processo. Partes excluídas dos Sistemas. A parte e o preposto.
 - b) Litisconsórcio. Mandato e limites.
5. Contraditório e ampla defesa.
6. Curadoria e Assistência judiciária.
7. O Ministério Público.
8. A atuação do advogado nos Juizados.
9. O estudante de Direito nos Juizados.
10. Pedido.
 - a) Modificação.
 - b) Requisitos.

- c) Formas.
- d) Limites.
- 11. A designação da audiência de conciliação.
 - a) Dinâmica das citações e intimações.
 - b) A importância da conciliação e o desempenho do conciliador.
 - c) Homologação do acordo.
 - d) Eficácia da sentença como título executivo.
 - e) Revelia.
 - f) A conciliação e os outros procedimentos.
- 12. Papel do juiz leigo e a audiência de instrução no juízo arbitral. A decisão e o princípio da equidade. Homologação do laudo arbitral. Irrecorribilidade. Critérios diferenciadores do arbitramento da Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais) com o sistema arbitral da Lei 9.307/96 (Lei da Arbitragem).

UNIDADE II

- 13. Audiência de Instrução e Julgamento.
 - a) A produção da prova documental e testemunhal.
 - b) Extinção do processo.
- 14. Sentença.
 - a) Liquidez. Conteúdo e requisitos.
 - b) Efeitos.
 - c) Despesas Processuais.
- 15. Recursos.
 - a) Legitimidade e interesse.
 - b) Pressupostos objetivos e subjetivos.
 - c) Prazo e preparo.
 - d) Resposta.
 - e) Duplo Grau de jurisdição.
 - f) Efeitos do recurso.
 - g) Turma Recursal. Dinâmica e extensão do julgamento.
 - h) Custas e honorários.
- 16. Execução.
 - a) Características e requisitos específicos.
 - b) Multa. Limites.
 - c) Perdas e Danos. Execução por quantia certa. Alienação de bens. Procedimento judicial.
 - d) Execução de Título extrajudicial. Valor. Conciliação. Formas alternativas de pagamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARENHART, Sérgio Cruz. **A tutela coletiva de interesses individuais.** São Paulo: RT, 2014

FIGUEIRA JR., Joel Dias. TOURINHO Fo, Fernando da Costa. **Juizados especiais estaduais cíveis e criminais.** 7ª ed. São Paulo: RT, 2011.

ROCHA, Felipe Borring. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais - Teoria e Prática.** 9ª ed, Ed. Atlas, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALCANTARA, Silvano Sales. **Juizados especiais - Processo do Conhecimento e Processo Eletrônico.** Curitiba: Intersaberes, 2017

AZEVEDO, Ney Queiroz de. **Direito do Consumidor.** Curitiba: Intersaberes, 2015

LUIZ, André. **Tutela Cautelar e Antecipação de Tutela.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SCHREIBER, Anderson. **Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil: da erosão dos filtros de reparação à diluição dos danos.** 6ª ed. Editora Altas, 2015.

VENERAL, Débora Cristina (Org.), CASTELLI, Rodrigo, SILVA, Marco Antonio Monteiro da, CORAT, Claudia Renata Sanson. **Recursos ,Tutelas de urgência e Processo coletivo.** 1ª ed, Intersaberes, 2014

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA – DIREITO PENAL

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

As atividades simuladas na área Penal constituem-se de estudo e discussão de casos e de processos judiciais reais; simulação de audiências; elaboração de peças processuais; visitação técnica a instituições da área jurídica de operacionalidade no âmbito Penal; trabalhos simulados de prática jurídica Penal, sob orientação de professor; conhecimento sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, na área específica.

OBJETIVOS:

Geral:

Inspirar no corpo discente o interesse e revelar a importância prática do quanto adquirido de conhecimento teórico em sala de aula; indicar e estimular pesquisa de estratégias e técnicas de redação de peças processuais.

Específicos:

Orientar quanto a elaboração e ao aprimoramento de peças jurídicas necessárias ao exercício profissional na área Penal, em todas as esferas institucionais. Proporcionar uma compreensão dinâmica e crítica das principais atividades jurídicas penais, bem como sua relação com as demais áreas do Direito. Estimular o pensamento crítico e autônomo para a interpretação e aplicação da legislação Penal, considerando o contexto social vigente, bem como as orientações doutrinárias e jurisprudenciais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO:

UNIDADE I

1- Compreender o CASO PENAL:

- 1.1 - Crime em tela
- 1.2 - Modalidade de ação penal
- 1.3 - Rito processual
- 1.4 - Identificação de cliente
- 1.5 - Situação prisional
- 1.6 - Fixação da competência

2 - Identificação da argumentação jurídica

3 -Verificação da peça processual

- 3.1 - Peças aplicáveis em qualquer instante processual
- 3.2 - Fase inquisitorial
- 3.3- Instrução criminal
- 3.4- Recursos
- 3.5- Execução penal

UNIDADE II

4 - PEÇAS PROCESSUAIS

- 4.1. - Liberdade Provisória
- 4.2. - Relaxamento da Prisão em Flagrante
- 4.3. - Defesa Prévia do Rito de Drogas.
- 4.4 - Defesa Preliminar - Crimes Funcionais.
- 4.5 - Queixa-crime.
- 4.6. - *Habeas Corpus*

Fase processual

Peças anteriores à sentença/decisão interlocutória (e posteriores ao recebimento da denúncia/queixa)

- a) Resposta à Acusação.
- b) Memoriais.

Peças posteriores à sentença/decisão interlocutória (Recursos)

- a) Apelação.
- b) Recurso em Sentido Estrito
- c) Embargos de Declaração
- d) Carta Testemunhável.

Peças posteriores ao acórdão (Recursos)

- a) Embargos Infringentes ou de Nulidade.
- b) Recurso Ordinário Constitucional.
- c) Recurso Especial.

d) Recurso Extraordinário.

Fase pós-processual

a) Agravo em Execução.

b) Revisão Criminal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

TAVORA, Nestor. **Curso de direito processual penal**. 12ª ed. Salvador: Juspodivm, 2017

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 17ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **As Nulidades do Processo Penal**. 12ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MACHADO, Antônio Alberto. **Teoria geral do Processo Penal**. 6ed, São Paulo: Atlas, 2014

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo penal**. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2006

MOSSINI, Heráclito Antônio. **Comentários ao Código de Processo Penal: à luz da doutrina e da jurisprudência, doutrina comparada**. Ed. Manole, 2013

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 21ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TCC II

CARGA HORÁRIA: 80 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

O estudo da metodologia da pesquisa jurídica como instrumento colaborador à confecção de teses e trabalhos jurídicos. Abarca, desse modo, conceitos elementares do processo de conhecimento, passando pelas modernas técnicas de pesquisa, até a problematização de questões teóricas bem como a proposição de hipóteses indicadoras de possíveis soluções para os problemas. Elaboração do artigo científico.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Orientar o estudante na elaboração da monografia jurídica (Trabalho de Conclusão de Curso-TCC), dentro das normas definidas pela ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e coerente com os objetivos da pesquisa no campo do ramo do Direito escolhido.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Acompanhar, capacitar e familiarizar o estudante com as técnicas acadêmicas de elaboração de artigos, resenhas e de projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

O curso compreenderá das seguintes atividades: **aulas expositivas, seminários, estudos de casos, resolução de exercícios e fichamento de livros.**

RECURSOS DIDÁTICOS:

Data show, vídeo, lousa e piloto.

AValiação:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser

adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

Noções de métodos científicos.

Noções de métodos de coleta de dados.

Documentação de projetos e trabalhos científicos.

UNIDADE II

Conhecer e utilizar as normas da ABNT na confecção dos trabalhos científicos e acadêmicos.

Desenvolver documentação de projetos e trabalhos científicos.

Desenvolver a capacidade de construir um trabalho de conclusão de curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 10^a ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica.** 10^a ed São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014

NUNES, Rizzatto. **Manual de monografia jurídica.** 11^a ed. São Paulo: Saraiva, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CERVO, Amado. L. **Metodologia científica.** 6^a ed. São Paulo: Pearson, 2007

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamento, resumos, resenhas**. 12ª ed. Editora Atlas, 2014.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 7ªed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PINTO, Raymundo Antonio Carneiro. **Guia prático de linguagem forense**. São Paulo: LTR, 2017

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: OPTATIVCA II

CARGA HORÁRIA: 40 TEÓRICA | 00 PRÁTICA

EMENTA:

A disciplina Optativa II contempla a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Estudo das características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe. Cultura e identidades surdas. Libras como segunda língua. Vocabulário da Libras em contextos diversos.

OBJETIVOS:

GERAL:

Promover a inclusão socioeducacional de sujeitos surdos, respeitando a sua cultura, os traços e níveis linguísticos dessa língua visuoespacial; Entender a natureza bilíngue do surdo e a partir daí situar sua relação com a língua de sinais e a língua portuguesa.

ESPECÍFICOS:

Conhecer a língua de sinais no seu uso, na sua estrutura e sua importância no desenvolvimento educacional da pessoa surda; Aprofundar as noções básicas de língua de sinais; Iniciar uma

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (ESTRATÉGIAS DE ENSINO):

Aulas práticas dialogadas, estudo de textos e atividades dirigidas em grupo

RECURSOS DIDÁTICOS:

Leitura de textos, debates em sala de aula, visita a uma instituição de/para surdos, apresentação de filme.

AVALIAÇÃO:

A avaliação refletirá o acompanhamento contínuo e sistemático de cada participante, a partir da utilização da própria metodologia a ser adotada. O acompanhamento - apesar de personalizado - será essencialmente objetivo, levando-se em conta a participação do aluno em todas as atividades em classe e extraclasse.

Serão realizadas as seguintes avaliações:

I unidade:

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos)- 2,0

II Unidade

- Avaliação processual (Prova) - 8,0
- Avaliação processual (realização de atividades e trabalhos) - 2,0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ PROGRAMA ANALÍTICO

UNIDADE I

- Estudos linguísticos da Libras: Fonologia, Morfologia e Sintaxe; O surdo por ele mesmo: cultura, identidades, aprendizagem do português;
- Níveis Linguísticos da Libras: Fonologia e Morfologia;
- Níveis Linguísticos da Libras: Sintaxe;
- Cultura e Identidades Surdas;

UNIDADE II

- A Língua Portuguesa como segunda língua e formação de professores;
- Língua de Sinais - exploração de vocabulário e diálogos em sinais;
- Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais;
- Tipos de frases, uso do espaço e de classificadores; nomes (substantivos e adjetivos), alguns verbos e alguns pronomes; cores; Estados do Brasil; esportes; Pronomes pessoais, possessivos, interrogativos, demonstrativos;
- Aspectos do diálogo em libras; antônimos.
- Filme sobre surdez.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERNANDES, S. **É possível ser surdo em Português? Língua de sinais e escrita: em busca de uma aproximação.** In: SKLIAR, C. (org.). Atualidade da educação bilíngüe para surdos. Vol.II. Porto Alegre: Mediação, 1999.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua Brasileira de Sinais: Estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPOVILLA, F. C; RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais.** 3.ed. São Paulo:

EDUSP, 2008. 3. FELIPE, T. A. **Libras em Contexto: curso básico.** Brasília: MEC/SEESP, 2007.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo, Editora Parábola: 2009.

MOURA, M. C. de. **O surdo: Caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.